

bahia

## Acusadas de sonegarem R\$12 mi, empresas do setor supermercadista são alvo de operação

'Operação Marca-Passo' está cumprindo mandados em Irecê

Da Redação

redacao@correio24horas.com.br

29.04.2021, 07:23:42

Atualizado: 29.04.2021, 07:26:39



(Natália Verera/Polícia Civil)

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e **assine o Jornal Correio por apenas R\$ 5,94/mês**

Empresas do setor supermercadista acusadas de sonegarem mais de R\$ 12 milhões aos cofres públicos são alvo de uma operação em Irecê, na manhã desta quinta-feira (29). Estão sendo cumpridos um mandado de prisão e cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela Vara Criminal da comarca de Irecê

A 'Operação Marca-Passo' faz parte da Força-Tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, composta pela Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD/Dececap) do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), do Ministério Público Estadual e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Segundo informações do Ministério Público da Bahia, a ação cumpriu um mandado de prisão do 'proprietário oculto' do Hiper Mercado Coração e também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos.



(Natália Verena/Polícia Civil)

A ação visa coletar provas para a investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente primordialmente na tática de criar empresas em nome de “laranjas” com o intuito de reduzir ou suprimir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.

“As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos fazendários desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo”, informou o diretor do Draco, delegado José Alves Bezerra Júnior.

Já foram remetidas ao MP três notícias-crime relativas ao grupo. Participam da operação três promotores de Justiça, dois policiais militares, cinco delegados de Polícia, 17 policiais civis do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), oito policiais da Companhia Independente de Polícia Fazendária (Cipfaz) e nove servidores do Fisco Estadual.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/Draco) da SSP.

### **Cira**

A operação é parte das ações do Cira que reúne, além do MP, da Sefaz e da SSP, a Secretaria Estadual de Administração, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e a Procuradoria Geral do Estado. Além de operações especiais como a ‘Marca-Passo’, as estratégias do Cira para a recuperação dos créditos sonegados envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.

\*\*\*

*Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, **nosso trabalho tem sido maior do que nunca**. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional.*

*[Assine o jornal.](#)*

Veículo: G1	
Data: 29/04/21	



## Operação cumpre mandados contra empresas do setor supermercadista suspeitas de sonegar R\$ 12 milhões em Irecê

Ação cumpriu um mandado de prisão e cinco de busca e apreensão. Segundo a polícia, investigados criaram empresas em nome de 'laranjas', com o intuito de reduzir ou suprimir o ICMS devido.

Por G1 BA

29/04/2021 07h46 Atualizado há uma hora





**Operação contra empresas do setor supermercadista é deflagrada em Irecê — Foto: Natália Verena/Polícia Civil**

**Uma operação conjunta da Polícia Civil, Ministério Público Estadual (MP-BA) e Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) cumpriu, na manhã desta quinta-feira (29), mandados de prisão e busca e apreensão contra empresas do setor supermercadista de Irecê, norte da Bahia, suspeito de sonegação de R\$ 12 milhões.**

**De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), a Operação Marca-Passo visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal. Ainda de acordo com a SSP-BA, os investigados criaram empresas em nome de “laranjas”, com o intuito de reduzir ou suprimir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.**

**“As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos fazendários desde o ano de 2017, sendo que, desde então, foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo”, informou o diretor do Draco, delegado José Alves Bezerra Júnior.**



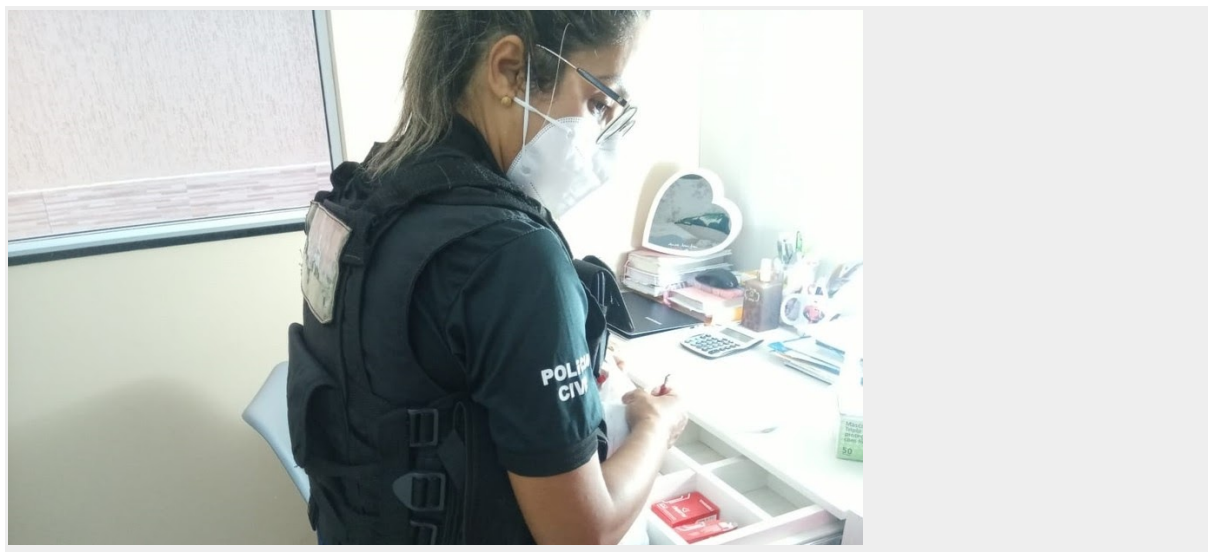
**Ao todo, foram cumpridos um mandado de prisão e cinco de busca e apreensão — Foto: Natália Verena/Polícia Civil**

**Através de nota, o MP-BA informou que, ao todo, a operação cumpriu um mandado de prisão contra o "proprietário oculto" de um hipermercado, e cinco mandados de busca.**



**A ação também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, com a finalidade de assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. O trabalho é resultado das ações do**

**Ainda segundo o MP-BA, as investigações foram iniciadas pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), do qual faz parte, junto com a Sefaz e SSP-BA, em Barreiras, oeste da Bahia. Na região, foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial em nome da filha do líder do esquema criminoso.**



**Segundo a polícia, investigados criavam empresas em nomes de laranjas, para reduzir ICMS devido — Foto: Natália Verena/Polícia Civil**

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/04/21	



## OPERAÇÃO INVESTIGA EMPRESAS ACUSADAS DE SONEGAR R\$ 12 MI



admin 29 Abril, 2021

Uma operação deflagrada na manhã desta quinta-feira (29) pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária cumpriu um mandado de prisão e cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela Vara Criminal da comarca de Irecê em empresas do setor supermercadista acusadas de sonegarem mais de R\$ 12 milhões aos cofres públicos.

Denominada 'Operação Marca-Passo', a ação cumpriu um mandado de prisão do 'proprietário oculto' do Hiper Mercado Coração e também obteve judicialmente o sequestro de ativos das empresas e de seus sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para

assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. O trabalho é resultado das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), do qual fazem parte o Ministério Público estadual e as secretarias de Segurança Pública e da Fazenda.

O objetivo da operação é coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente na tática de criar empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o ICMS devido. As investigações foram iniciadas pelo Cira em Barreiras, onde foram levantados indícios da prática de lavagem de capitais, com a investigação de constituição de empresas para tal fim, entre elas uma holding patrimonial, em nome da filha do líder do esquema criminoso.

As empresas envolvidas estão sendo monitoradas pelos órgãos fazendários desde o ano de 2017. Já foram remetidas ao MP três notícias-crime relativas ao grupo. Participam da operação três promotores de Justiça, dois policiais militares, cinco delegados de Polícia, 17 policiais civis do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), oito policiais da Companhia Independente de Polícia Fazendária (Cipfaz) e nove servidores do Fisco Estadual.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)**; e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/Draco) da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sefaz).

Foto: Ascom / Sefaz-Ba



## Operação cumpre mandados contra sonegação de R\$ 12 milhões em supermercados na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foi deflagrada na manhã desta quinta-feira (29/4), a operação Marca-Passo, que é ação de uma Força-Tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária. São cumpridos mandados de busca contra a sonegação de R\$ 12 milhões em empresas no setor supermercadista, em Irecê, a 480 km de Salvador.

A ação visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente primordialmente na tática de criar empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

A Força-Tarefa é composta pela Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD/Dececap) do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**,

do Ministério Público Estadual e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

'As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

Força-Tarefa combate sonegação de supermercados na Bahia. [pic.twitter.com/truQ7ckZn0](https://pic.twitter.com/truQ7ckZn0)

- Aratu On (de ??) (@aratuonline) April 29, 2021

LEIA MAIS: Caixa paga auxílio emergencial a nascidos em dezembro; veja calendário completo

Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

?Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no [www.aratuon.com.br/aovivo](http://www.aratuon.com.br/aovivo). Nos mande uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS

## Irecê: Força-Tarefa cumpre mandados contra supermercados acusados de sonegar R\$ 12 mi



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma operação cumpre mandados de busca e apreensão na manhã desta quinta-feira (29) em Irecê, no Centro Norte baiano. O alvo são empresas do setor de supermercados acusadas de sonegação de impostos no valor de R\$ 12 milhões. Segundo a Polícia Civil, a ação visa coletar provas de sonegação fiscal das acusadas na tática de criar empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

'As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

Tarefa feita em conjunto entre Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD/Dececap) do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**, do Ministério Público Estadual e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS

Intitulada de Marca Passo, a operação é feita em Força

## Operação da SSP-BA mira empresas do setor supermercadista por sonegação de R\$ 12 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Operação Marca-Passo, deflagrada na manhã desta quinta-feira (29), cumpre mandados de busca contra a sonegação de R\$ 12 milhões em empresas no setor supermercadista em Irecê.

A ação faz parte da força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, composta pela Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD/Dececap) do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**, do Ministério Público Estadual e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

A ação visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente primordialmente na tática de criar empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e**

**Serviços (ICMS)** devido.

'As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS



Veículo: Bocão News	
Data: 29/04/21	



## JUSTIÇA

# Irecê: Com uma prisão, operação mira empresas de supermercados acusadas de sonegar R\$ 12 milhões



29 de Abril de 2021 às

07:17 Por: Divulgação/Natália Verena Por: Redação BNews

O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), deflagrou a Operação Marca-Passo, que apura sonegação fiscal de R\$ 12 milhões supostamente cometida por empresas do ramo supermercadista de Irecê, no Centro Norte baiano. Foram cumpridos, na manhã desta quinta-feira (29), um mandado de prisão e cinco de busca e apreensão.

**Na ação, foi preso o 'proprietário oculto' do Hipermercado Coração, além de ter sido obtido judicialmente o sequestro de ativos das empresas e dos sócios e laranjas, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos.**

**De acordo com o MP-BA, o objetivo da operação é coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonegação fiscal consistente na tática de criar empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o ICMS devido. As empresas envolvidas na Operação Marca-Passo são monitoradas pelos órgãos fazendários desde 2017 e já foram remetidas ao MP três notícias-crime relativas ao grupo.**

## Operação Marca-Passo investiga empresas do setor supermercadista que atuam na região de Irecê



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Fotos: Natália Verena

A Operação Marca-Passo, deflagrada na manhã desta quinta-feira (29), cumpre mandados de busca contra a sonogação de R\$ 12 milhões em empresas no setor supermercadista, em Irecê. A ação faz parte da Força-Tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, composta pela Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD/Dececap) do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**, do Ministério Público Estadual e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

A ação visa coletar provas para instruir investigação que apura a prática de sonogação fiscal consistente primordialmente na tática de criar empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o

**Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.**

'As empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017, sendo que desde então foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo', informou o diretor do **Draco**, delegado José Alves Bezerra Júnior.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS



## Irecê: operação cumpre mandados de busca contra sonegação de R\$ 12 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma força-tarefa do Ministério Público Estadual (MP-BA) e da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz) deflagrou na manhã desta quinta-feira (29) a Operação Marca-Passo, em Irecê. A ação cumpre mandados de busca contra a sonegação de R\$ 12 milhões em empresas no setor supermercadista.

A ação visa coletar provas para uma investigação que apura a prática de sonegação fiscal. Segundo informações da Polícia Civil, são criadas empresas em nome de 'laranjas' com o intuito de reduzir ou suprimir o

**Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** devido.

De acordo com o **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)** do MP-BA, as empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos **fazendários** desde o ano de 2017. Desde então,

foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Fazendários, ICMS

Veículo: Metro1	
Data: 29/04/21	



**METROPOLE**

**Bahia**

## Irecê: operação cumpre mandados de busca contra sonegação de R\$ 12 milhões

Empresas do setor supermercadista de Irecê são alvos da ação



Foto: Divulgação / PC

Por: **Juliana Rodrigues** no dia 29 de abril de 2021 às 07:11

Uma força-tarefa do Ministério Público Estadual (MP-BA) e da **Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz)** deflagrou na manhã desta quinta-feira (29) a Operação Marca-Passo, em Irecê. A ação cumpre mandados de busca contra a sonegação de R\$ 12 milhões em empresas no setor supermercadista.

A ação visa coletar provas para uma investigação que apura a prática de sonegação fiscal. Segundo informações da Polícia Civil, são criadas empresas em nome de “laranjas” com o

intuito de reduzir ou suprimir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.

De acordo com o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) do MP-BA, as empresas envolvidas vinham sendo monitoradas pelos órgãos fazendários desde o ano de 2017. Desde então, foram remetidas três notícias-crime relativas ao grupo.



Veículo: Rádio Cidade Sol – 95 FM (Jequié)	Programa: Notícias
Data: 28/04/2021	Apresentador: --
Assunto: Moradora de Ibirataia ganha prêmio de R\$ 100 mil da <b><u>Nota Premiada Bahia.</u></b>	

**Data:** 28/04/2021

**Horário:** 15:59:06

**Emissora:** Rádio Cidade Sol – 95 FM (Jequié)

**Programa:** Notícias

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Moradora de Ibirataia ganha prêmio de R\$ 100 mil da **Nota Premiada Bahia.**

## Quatro moradores de Feira de Santana são premiados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A campanha **Nota Premiada Bahia** divulgou na última segunda-feira (26), o resultado do sorteio de abril. Foram contempladas mais 90 pessoas com valores de R\$ 10 mil para cada uma. Desse total, 64 são de Salvador e 26 do interior. Uma moradora da cidade de Ibirataia, localizada na região sul do estado, foi a ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram sorteados com o prêmio de R\$ 10 mil, destaque para Camaçari, com cinco pessoas sorteadas, Feira de Santana, com quatro, e Lauro de Freitas, com dois. A lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Eunápolis, Jequié, Cruz das Almas, Senhor do

Bonfim, Itabuna, Lapão, Tucano, Barreiras, Guaratinga, Amargosa, Ruy Barbosa, Capim Grosso, Simões Filho, Pojuca e Santo Antônio de Jesus.

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site da campanha e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 596 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões

distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades, com o último repasse sendo realizado nesse mês de março.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da **Nota Premiada Bahia**. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Rádio Excelsior 106,1 FM	Programa: Notícias
Data: 29/04/2021	Apresentadores: Almir Santana e Armando Mariane
Assunto: Entrevista com o <b><u>diretor de Arrecadação da Sefaz , Augusto Guenem, sobre o IPVA.</u></b>	

**Data:** 29/04/2021

**Horário:** 07:32:06

**Emissora:** Rádio Excelsior 106,1 FM

**Programa:** Acorda Pra Vida

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Entrevista com o **diretor de Arrecadação da Sefaz , Augusto Guenem, sobre o IPVA.**



Veículo: G1	
Data: 28/04/21	



## **Governo da Bahia envia projeto de lei à Alba para venda da rodoviária de Salvador, do Detran e Centro de Convenções**

Projeto foi encaminhado nesta quarta-feira (28) e também solicita a venda de imóveis do interior do estado.

Por G1 BA e TV Bahia

28/04/2021 20h42 Atualizado há 11 horas



Governo do estado emite PL para venda da rodoviária de Salvador e outros imóveis na BA

O governo estadual enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nesta quarta-feira (28), um projeto de lei para a venda de imóveis como a rodoviária de Salvador, a sede do Departamento de Trânsito do Estado da Bahia (Detran) e o Centro de Convenções, todos na capital baiana. Imóveis do interior do estado também estão no projeto de lei.

O Centro de Convenções, por exemplo, está fechado há cerca de seis anos. Ele foi **interditado pela Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) em 2015**. Em **setembro de 2016, parte da fachada do prédio desabou** e foi definida a demolição, no entanto **a derrubada do imóvel foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Trabalho (TRT-BA)**, no final de março de 2017, mas até então o espaço estava sem destino definido.

O projeto de lei encaminhado nesta quarta pelo governo do estado solicita autorização para que o poder executivo baiano possa alienar, por meio de leilão, os bens e imóveis de propriedade do estado que constam no projeto. *[Confira lista completa dos imóveis no final da matéria]*

De acordo com o governo estadual, o valor adquirido com a venda destes e de outros bens será integralmente alocado no Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia (Funprev).

Ainda segundo o governo da Bahia, os recursos obtidos serão para diminuir o déficit previdenciário do estado que vem aumentando à medida que o governo tem alcançado sucessivos recordes de concessão de aposentadoria. O déficit atual do Fundo é de R\$ 5,5 bilhões.

Na lista de imóveis que serão vendidos estão alguns hotéis ocupados de forma irregular em cidades como Campo Formoso, Juazeiro, Jacobina, Uauá, Ibotirama, Cipó e Piritiba.



**Centro de Convenções da Bahia está entre os imóveis — Foto: Natally Acioli/G1**

## **Confira abaixo lista completa dos imóveis:**

- **Prédio – Calçada / Avenida Jequitaia, Largo de Água de Meninos, nº 217, Bairro: Calçada, Município / Salvador;**
- **Terreno - Monte Serrat / Rua Jacuípe, s/n, Bairro: Mont Serrat, Município: Salvador;**
- **Prédio - Rio das Pedras / Praça Frei Lino Graflage, s/n, Município: Campo Formoso;**
- **Prédio – Juazeiro / Rua José Petitinga, nº 466, Bairro: Santo Antonio, Município: Juazeiro;**
- **Terreno – Paramirim / Rua Dr. Aurélio J. Rocha, nº 47, Município: Paramirim;**
- **Prédio - Riacho de Santana / Rua Duque de Caxias e Dois de Julho, nº 346, Município: Riacho de Santana;**
- **Fazenda – Aramari / Fazenda Granja Leiteira, s/n, Município: Aramari;**
- **Fazenda – Eunápolis / Localizado na Região do Rio Santa Cruz, s/n, Município: Eunápolis;**
- **Fazenda - Itapetinga / Estrada Ilhéus/Conquista, Fazenda Mariano Santos, Município: Itapetinga;**
- **Terreno - Iraquara / Rua da Palmeira, nº 9996, Bairro: Centro, Município: Iraquara;**

- Terreno - Itaberaba / Avenida Juracy Magalhães, s/n, Bairro: MontaPrimavera, Município: Itaberaba;
- Prédio – Jacobina / Rua Alto do Monte Tabor, s/n, Bairro: Caixa D'Água, Município: Jacobina;
- Prédio - Uauá / Rua Salomão Dias Ribeiro ou Avenida Vaza Barris, nº 341-369, Bairro: Centro, Município: Uauá;
- Prédio - Ibotirama / Rua General Teixeira Lott, nº 1249, Bairro: Alto do Fundão, Município: Ibotirama;
- Prédio - Cipó / Praça Juracy Magalhães, s/n, Bairro: Caldas de Cipó, Município: Cipó;
- Terreno - Candeal / Alameda Costa e Silva, s/n, Bairro: Brotas, Município: Salvador;
- Prédio - Jardim Armação / Avenida Simon Bolívar, s/n, Bairro: Jardim Armação, Município: Salvador;
- Prédio - Livramento de Nossa Senhora / Rua Ursino S. de Meira Júnior, s/n, Bairro: Centro, Município: Livramento de Nossa Senhora;
- Terreno - Camaçari / Rodovia BA 535 - KM 15, Via Parafuso, s/n, Município: Camaçari;
- Prédio - Amaralina / Rua Fernando de Noronha, nº 03, Bairro: Amaralina, Município: Salvador;
- Prédio - Piritiba / Avenida Dr. Walter Brandão da Silva, s/n, Bairro: Aymoré, Município: Piritiba;
- Prédio - Boca do Rio / Rua do Caxundé, nº 13, Bairro: Boca do Rio, Município: Salvador;
- Terreno - Garibaldi / Estrada São Lázaro e Fazenda Paciência, s/n, Bairro: Ondina, Município: Salvador;
- Prédio - Feira de Santana / Rua Senador Quintino, nº 523, Bairro: Olhos D'Água, Município: Feira de Santana;
- Terrenos – Canela / Rua Pedro Lessa, nº 123, Bairro: Canela, Município: Salvador;
- Prédio – Iguatemi / Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 7744, Bairro: Saramandaia, Município: Salvador;
- Prédio - Iguatemi / Avenida Antônio Carlos Magalhães, s/n, Bairro: Saramandaia, Município: Salvador.



# BRASIL

brasil@grupootarde.com.br

## UNANIMIDADE TRF-4 revoga prisão preventiva de Eduardo Cunha

www.atarde.com.br

**VACINAS** Capitais serão priorizadas devido a condições de armazenamento

# Primeiro lote da Pfizer chega hoje ao Brasil

**JONAS VALENTE E LUCIANO NASCIMENTO**  
Agência Brasil, Brasília

O primeiro lote de vacinas da Pfizer chega hoje ao Brasil. No total, um milhão de doses serão transportadas em voos que chegará ao aeroporto de Viracopos, com aterrissagem prevista para as 19 horas. As doses serão distribuídas para os 26 estados e o Distrito Federal. Segundo o Ministério da Saúde, a orientação é que sejam priorizadas as capitais devido às condições de armazenamento da vacina, que demanda temperaturas muito baixas.

Conforme o Ministério da Saúde, os entes federados receberão de forma proporcional e igualitária. Os frascos serão entregues em temperaturas entre -25° C e -15° C, cuja conservação pode ser feita apenas durante 14 dias. Após entrar na rede de frio, com temperaturas de armazenamento entre 2° C e 8° C,

o prazo para aplicação é de cinco dias. Por essa razão, o ministério informou que enviará duas remessas diferentes. Cada uma terá 500 mil doses e será referente, respectivamente, às primeira e segunda doses que cada cidadão deverá receber.

O Ministério da Saúde comprou 100 milhões de doses do imunizante. Em março, em reunião com a farmacêutica, a pasta apresentou a previsão de que até junho seriam entregues 13,5 milhões de doses.

### Quebra de patentes

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, disse ontem não considerar a possibilidade de quebra de patentes de vacinas contra Covid-19 como caminho mais eficaz para acelerar a vacinação no Brasil. Para o chanceler, a quebra não traria efeitos de curto prazo, devido à limitação de acesso aos insumos para a produção de



Doses serão distribuídas para os 26 estados e o DF

Justin Tallis / AFP Photo

## No total, um milhão de doses desembarcarão no aeroporto de Viracopos

imunizantes e limitações na capacidade de produção.

A quebra temporária de patente de vacinas chegou a ser defendida por deputados e pesquisadores no início do mês, durante comissão geral da Câmara dos Deputados para debater o tema. Os pesquisadores cobram um posicionamento do

Brasil sobre o assunto, que vem sendo debatido tanto na Organização Mundial do Comércio (OMC) quanto na Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em outubro do ano passado, a Índia e a África do Sul levaram à OMC uma proposta de suspensão das patentes de produtos de combate ao

novo coronavírus. A proposta foi apoiada por mais de 100 países. Países desenvolvidos, como os EUA, Reino Unido, Suíça, Noruega, Japão, além de países da União Europeia, são contra a medida. O Brasil, contudo, não se posicionou a favor da quebra de patentes dos imunizantes.

“Não nos parece que esse [a quebra de patentes] seja o caminho mais eficaz. Os motivos são muitos, e começam com a constatação de que a moratória advogada não se limitaria a patentes farmacêuticas. A rigor, não se limitaria sequer a patentes em geral. Abrangeria a globalidade dos direitos de propriedade intelectual relacionados à resposta à pandemia por tempo indeterminado”, disse o ministro.

França compareceu a audiência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara para falar sobre a política externa brasileira durante a pandemia. O ministro disse que conversou com a China sobre a compra de 30 milhões de doses da vacina da BBIBP-CorV, da Sinopharm. A vacina, entretanto, ainda não foi aprovada pela Anvisa.

### Sputnik

Sobre a vacina russa Sputnik V, cujo pedido de importação foi negado pela Anvisa no início da semana, o chanceler disse esperar que as pendências sejam resolvidas em breve. França disse ainda que tem dialogado com a Índia, Israel e Estados Unidos a respeito da aquisição de imunizantes. “O Itamaraty tem prestado todo o apoio necessário à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)”, disse.

# Butantan inicia produção sem teste em humanos

**ELAINE PATRÍCIA CRUZ**  
Agência Brasil, São Paulo

Apesar de ainda não ter dado início aos testes em humanos, o Instituto Butantan anunciou ontem o início da produção de uma nova vacina contra a Covid-19, chamada Butanvac. Segundo o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, o primeiro lote produzido dessa vacina terá 1 milhão de doses. A previsão é que, até junho, sejam produzidas 18 milhões de doses dessa vacina.

A vacina Butanvac será produzida na fábrica do Butantan, onde são feitas anualmente as vacinas contra a gripe, produção que já foi finalizada este ano. A Butanvac será produzida integralmente no Brasil, sem necessidade de importar insumos para a produção. Atualmente, o Instituto Butantan já produz uma vacina contra a Covid-19, a Coronavac, que está sendo aplicada em todo o Brasil por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Mas a Coronavac necessita da importação de matéria-prima da China.

A produção da Butanvac foi dividida em fases. Na primeira fase, que tem início ontem e vai até 18 de maio, serão produzidos seis lotes, totalizando 6 milhões de doses da vacina. Na 2ª fase, entre os dias 14 de maio e 1º de junho, serão produzidos mais seis lotes. Na terceira

Após o pedido feito pelo Butantan, a Anvisa terá prazo de 72 horas para dar seu parecer. No entanto, na segunda-feira (27), a Anvisa paralisou a análise do pedido do Butantan alegando que o instituto não entregou todos os documentos solicitados. “O pedido de autorização do Butantan, enviado à agência no dia 26/3, e o protocolo do estudo clínico enviado na última sexta-feira (23/4) ainda estão incompletos e não atendem aos requisitos técnicos para autorizar pesquisas clínicas de vacinas em seres humanos”, disse o órgão regulador.

### Anvisa

Segundo a Anvisa, entre os documentos que o Butantan ainda precisa enviar estão relatórios técnicos contendo dados e informações sobre a definição do perfil alvo de qualidade da vacina (substância ativa, adjuvantes, interação ativo + adjuvante e produto terminado) e outro contendo informações detalhadas sobre o banco de vírus mestre e de trabalho (fabricantes, etapas de produção, definição de lotes, controle de qualidade, estabilidade, lotes usados até o momento e lotes a serem usados no estudo clínico). Pediu também dados sobre o processo produtivo de controle de qualidade.

A fase inicial de estudos em humanos busca avaliar a segurança da vacina e sua capacidade de induzir uma resposta imunológica.

## Previsão é produzir 18 milhões de doses da Butanvac até junho

### Pedido de testes

Na última sexta-feira (23), o Instituto Butantan enviou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o pedido para início dos testes em humanos da Butanvac, de fases 1 e 2.

PARQUE EÓLICO VENTOS DA BAHIA XIV S.A. CNPJ 31.818.978/0001-99 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 E 2019 (EM R\$ EXCETO QUANDO MENCIONADO EM CONTRÁRIO)									
<b>Relatório da Administração:</b> De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as DFs do exercício encerrado em 31/12/2020. A Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelas normas da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), sediada em Itaquara, Bahia, na Estrada Vicinal a 8,5 km a Sudeste de Várzea do Cerco na BA-427, Fazenda Boa Vista, s/n. A Cia. tem por objeto social desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada EOL Ventos da Bahia XIV, para fins de produção e comercialização de energia elétrica.									
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>									
<b>Resultado abrangente do exercício:</b>									
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>									
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>									
<b>Variáveis dos ativos e passivos operacionais:</b>									
<b>Fluxo de caixa e equivalentes de caixa</b>									
<b>Notas explicativas:</b> As demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil. O texto integral das notas explicativas está ao dispor dos acionistas na sede da Cia. <b>Assinaturas:</b> Diretor Presidente Paulo Alexandre Coelho Abranches, Diretor Alessandro da Costa Nunes, Contador Fábio Luis de Sousa- CRC SP 237605/0-1.									
<b>Relatório dos auditores:</b> As DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.									
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6-F-RJ; Milena dos Santos Rosa - Contadora CRC RJ-100983/O-7									

PARQUE EÓLICO VENTOS DA BAHIA XXVII S.A. CNPJ 32.124.546/0001-40 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 E 2019 (EM R\$ EXCETO QUANDO MENCIONADO EM CONTRÁRIO)									
<b>Relatório da Administração:</b> De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as DFs do exercício encerrado em 31/12/2020. A Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelas normas da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), sediada em Souto Soares, Bahia, na Estrada Vicinal a 8,5 km a Sudeste de Várzea do Cerco na BA-427, Fazenda Várzea Cerco, s/n. A Cia. tem por objeto social desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada EOL Ventos da Bahia XXVII, para fins de produção e comercialização de energia elétrica.									
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>									
<b>Resultado abrangente do exercício:</b>									
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>									
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>									
<b>Variáveis dos ativos e passivos operacionais:</b>									
<b>Fluxo de caixa e equivalentes de caixa</b>									
<b>Notas explicativas:</b> As demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil. O texto integral das notas explicativas está ao dispor dos acionistas na sede da Cia. <b>Assinaturas:</b> Diretor Presidente Paulo Alexandre Coelho Abranches, Diretor Alessandro da Costa Nunes, Contador Fábio Luis de Sousa- CRC SP 237605/0-1.									
<b>Relatório dos auditores:</b> As DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.									
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6-F-RJ; Milena dos Santos Rosa - Contadora CRC RJ-100983/O-7									

PARQUE EÓLICO VENTOS DE SÃO JANUÁRIO 04 S.A. CNPJ 30.558.320/0001-22 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 E 2019 (EM R\$ EXCETO QUANDO MENCIONADO EM CONTRÁRIO)									
<b>Relatório da Administração:</b> De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as DFs do exercício encerrado em 31/12/2020. A Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelas normas da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), sediada em Campo Formoso, Bahia, na Estrada Vicinal que liga a BA-220 a BA-144, Fazenda João Grande, s/n. A Cia. tem por objeto social desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada EOL Ventos de São Januário 04, e as instalações de interconexão e transmissão a ela relacionadas, incluindo a concessão a terceiros dos direitos de utilização de tais instalações de interconexão e transmissão.									
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>									
<b>Resultado abrangente do exercício:</b>									
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>									
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>									
<b>Variáveis dos ativos e passivos operacionais:</b>									
<b>Fluxo de caixa e equivalentes de caixa</b>									
<b>Notas explicativas:</b> As demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil. O texto integral das notas explicativas está ao dispor dos acionistas na sede da Cia. <b>Assinaturas:</b> Diretor Presidente Paulo Alexandre Coelho Abranches, Diretor Alessandro da Costa Nunes, Contador Fábio Luis de Sousa- CRC SP 237605/0-1.									
<b>Relatório dos auditores:</b> As DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.									
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6-F-RJ; Milena dos Santos Rosa - Contadora CRC RJ-100983/O-7									



CÁSSIO SANTANA

Cerca de 30% das prefeituras dos municípios do estado sofrem com dificuldades em saldar dívidas previdenciárias. Com a pandemia da Covid-19, as coisas ficaram ainda piores, e muitas gestões municipais se viram em um cenário em que o pagamento das despesas contraídas tornou-se problema expressivo. A situação chegou a um nível tal que, de acordo com a União dos Municípios da Bahia (UPB), se nada for feito, os municípios enfrentarão o colapso administrativo em seis meses.

Em busca de evitar uma provável e esperada ruína fiscal, a UPB tem buscado sensibilizar autoridades políticas, estaduais e nacionais, a respeito do problema (ver matéria ao lado). Segundo o presidente da entidade, Zé Cocá, os municípios vivem um caos administrativo com receitas que não cobrem as responsabilidades impostas pela legislação vigente. A UPB, que é representada, nacionalmente, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), defende que o Congresso Nacional se debruce sobre o tema e amplie a base da arrecadação municipal.

“A dívida previdenciária é um problema crônico dos municípios, e agora chegamos a um ponto crítico, ao nível de entrar em colapso. Todo início de gestão [municipal], havia um parcelamento da dívida, que ia se tornando uma bola de neve. Desta vez, por conta da pandemia, os municípios não conseguiram pagar ao INSS Patronal. Com isso acumulou o débito e veio tudo junto no início do ano”, afirmou Cocá.

De acordo com Zé Cocá, “30% dos municípios já estão em situação crítica”, com o sequestro de recursos para pagamento da dívida previdenciária. “Se não houver o parcelamento especial [da dívida previdenciária] para ontem, esses municípios podem não conseguir honrar suas folhas de pagamento. Isso é um problema gravíssimo. Peço a Deus que o governo federal se sensibilize e libere esse parcelamento”, frisou Cocá.

O pagamento referente ao INSS deve ser feito pelos municípios até o dia 20 de cada mês. No entanto, diante das dificuldades financeiras, avultadas pela pandemia do novo coronavírus, tem se tornado cada vez mais comum o atraso no cumprimento dos compromissos firmados.

“O município, ao não recolher as contribuições previdenciárias no prazo, abre margem para que a União, por meio da Receita Federal do Brasil, efetue sequestros no FPM [Fundo de Participação Municipal] do Município, em alguns casos zerando a cota recebida. Quando isso acontece, passa-se a utilizar a receita do mês seguinte para quitar obrigações do mês anterior”, destaca o advogado previdenciário Jaime Cruz.

“O problema é que basta que isso aconteça em um único mês para que se repita nos seguintes, promovendo verdadeiro descompasso na organização financeira e fiscal do município. E, para agravar ainda mais essa situação, esses descontos vêm sempre acompanhados da retenção de valores referentes a

INSS Pagamento das despesas torna-se problema e UPB diz que, se nada for feito, municípios enfrentarão colapso

# DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA COM GESTÃO NAS PREFEITURAS BA



juros e multas decorrentes do atraso no recolhimento”, alerta o advogado.

## Renúncia

A redução da alíquota do INSS, bandeira defendida tanto pela

**Municípios vivem caos administrativo com receitas que não cobrem as responsabilidades impostas**

**O pagamento referente ao INSS deve ser feito pelos municípios até o dia 20 de cada mês**

UPB quanto pela CNM, precisa passar, necessariamente, pelo governo federal, por envolver renúncia de receita federal. Entidades representativas e gestores esperam sensibilizar os parlamentares para as pautas dos municípios da região Norte e Nordeste, principais afetados pelo problema.

“É uma questão de sobrevivência. Ou o Congresso Nacional, a União, o ministro da Economia entendem que é uma questão de sobrevivência dos municípios de pequeno porte ou vai ter um verdadeiro colapso nas cidades. Há prefeitos desesperados. É uma situação que se agravou com os parcelamentos que foram feitos nesses últimos 24 anos, o que inviabilizou qualquer boa gestão dos recursos”, disse o presidente da Federação dos Consórcios da Bahia (Fecbahia) e prefeito de Andaraí, Wilson Cardoso (PSB).

Os municípios pedem a prorrogação da dívida previdenciária, contraída até 31/12/20, por 240 meses junto ao INSS. “Nós já pautamos os presidentes das entidades Norte e Nordeste, e esse já foi um passo importante. Já

discutimos com os deputados federais da Bahia e pedimos a todos os presidentes das associações [municipalistas] que façam essa discussão com os deputados e senadores. O deputado Arthur Lira já está sensível às nossas pautas. Esperamos que ele leve isso para o presidente da República”, disse Cocá.

## Dificuldades

“Em Santana, nesse momento que podemos e devemos considerar, sim, de crise, estamos priorizando a folha de pagamento dos servidores, e já tem sido complicado honrar esse compromisso. Suspendemos grande parte das nossas ações, como obras, algumas que estavam com o início já previsto para o ano passado e para esse ano, e seguimos apenas fazendo as manutenções emergenciais e as ações de saúde. A receita própria do município é basicamente proveniente do IPTU, e se nos anos anteriores tínhamos uma média de 30% de inadimplência, no último ano esse índice subiu para 70%, e não sabemos ainda como será em 2021”, avalia o prefeito do

município de Santana, Marcão Cardoso (PP).

“Além disso, o município está com muita dificuldade em renegociar seu débito previdenciário, uma vez que não há, hoje, nenhuma modalidade de parcelamento que favoreça os municípios na renegociação dessa dívida. Na situação atual, ou o município paga os encargos da folha (INSS), ou paga a própria folha (o salário dos servidores). E estamos escolhendo a segunda opção. A pandemia só veio agravar uma situação que para a grande maioria dos pequenos municípios, como Santana, já era muito difícil”, completou Marcão.

O presidente do Consórcio da Bacia do Jacuípe e prefeito de Capim Grosso, José Sivaldo Rios (PSD), afirma que praticamente todos os municípios da região estão com problemas em fechar as contas por causa das dívidas previdenciárias. Segundo o gestor, se nada for feito, haverá prefeituras “fechando as portas”.

“A solução do problema do recolhimento do INSS é crucial para assegurar a sobrevivência dos municípios. Com a alíquota patronal, hoje, em torno de 22%,

os municípios estão sendo focados e não vão conseguir breviar com isso. Se não houver mudança, a gente está vendo que vai ter fechamento de prefeituras do interior porque não vai ter dinheiro para pagar as contas”, disse Rios.

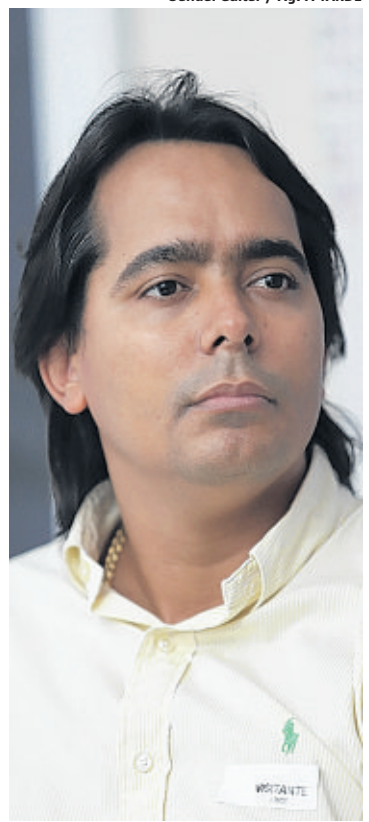
“A maior prefeitura que tem aqui na Bacia, a de Ipirá, também por dificuldades com o INSS. Em Capim Grosso, apesar de tudo, a gente vem fazendo o dever de casa desde 2013, quando assumi a prefeitura. Na última quota da FPM, saímos de 1,1,6%, e isso fez com que a prefeitura tivesse um alívio. A gente está tocando com dificuldade, mas está indo, fazendo sacrifício”, emendou.

Segundo Rios, o movimento encabeçado pela UPB e CNM para refinanciar a dívida previdenciária dos municípios do Nordeste é de suma importância. “A articulação que está sendo feita pela UPB e CNM representa a sobrevivência dos municípios. Sem uma solução para o problema, vamos ver as prefeituras fecharem as portas. O grande calo no sapato dos prefeitos do INSS, é o vilão número um

**Os municípios pedem a prorrogação da dívida previdenciária contraída até 31/12/2020**

**Candeias conseguiu readequar despesas e melhorar a arrecadação, segundo secretário Camilo Pinto**

Uendel Galter / Ag. A TARDE



Dr. Pitágoras, prefeito do município de Candeias

## PANDEMIA AGRAVA SITUAÇÃO

O secretário de Finanças do município de Candeias, Camilo Pinto, acredita que a pandemia da Covid-19 só piorou uma situação que já era complicada. Os municípios, sobretudo os de pequeno porte, de acordo com o secretário, já apresentavam dificuldades em fechar as contas frente à arrecadação. Com o advento da pandemia, em que recursos tiveram que ser aplicados no combate à doença, o cenário tornou-se inviável.

“A situação dos municípios baianos, na sua grande maioria, é bastante complexa, do ponto de vista das finanças públicas. Não foi simplesmente uma emergência de saúde pública, mas, sim, uma emergência econômica. Os municípios passaram a ter sua arrecadação, que já era deficitária, bastante reduzida. Então, isso complicou demais a vida dos municípios baianos”, declarou.

Segundo o secretário, Candeias faz parte de um pequeno e seleto grupo de municípios que conseguiram equacionar receitas e despesas. “Alguns municípios, e podemos citar Candeias como exemplo, têm uma situação diferenciada. Fomos eleitos a segunda melhor gestão fiscal da Bahia. A gente conseguiu fazer aqui uma readequação de despesas e conseguimos, principalmente, melhorar nossa arrecadação”, disse.

Para Camilo, os municípios precisam, primeiro, de um controle e eficiência nos gastos públicos, de modo a diminuir despesas desnecessárias e otimizar a utilização de recursos. “Mas, principalmente, os municípios devem trabalhar no incremento de sua arrecadação, principalmente em suas receitas próprias. Isso através da utilização de novas ferramentas tecnológicas e de conhecimento específico da

área tributária. No momento em que o município consegue fazer isso, ele consegue buscar uma equação entre receita e despesa e consegue uma gestão fiscal responsável”, destacou o secretário.

“Aqui em Candeias, estamos passando por dificuldades como em todos os municípios, mas a gente se encontra em uma situação bem melhor do que a grande maioria dos municípios baianos. A gente buscou essa equação. Nós otimizamos a nossa arrecadação, através do incremento tecnológico e do conhecimento das regras tributárias, e otimizamos nossos gastos, através do controle rígido e rigoroso das despesas públicas”.

De acordo com Camilo, o problema da deficiência nas receitas públicas atinge não apenas os municípios menores, mas os considerados de grande porte. “É

difícil analisar a situação dos municípios em um bojo comum. Não tem municípios que têm condição diferenciada, mas os esses municípios não foram pela melhor fase de arrecadação e de despesas”.

O secretário acredita que a pandemia trouxe ensinamentos para os gestores municipais. “O enfrentamento da pandemia nos trouxe novas despesas, novos desafios, um grande problema que os municípios vão enfrentar no futuro é a empregabilidade. Os municípios tendem a melhorar a cada dia, passa essa sua gestão com a população, principalmente sua relação entre a população e o gestor que você consegue oferecer que você tem de arrecadação e conseguimos ajustar essa situação”, completou.

CÁSSIO SANTANA



# PLICA ANAS



Prefeituras municipais tentam evitar provável e esperada ruína fiscal diante de endividamento

**“A dívida previdenciária é um problema crônico e ponto crítico”**

ZÉ COCÁ, presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e prefeito de Jequié



Divulgação

**“É questão de sobrevivência dos municípios de pequeno porte”**

WILSON CARDOSO, presidente da Fecbahia e prefeito de Andaraí



Danillo Gabriel / UPB

**“Se nada for feito, haverá prefeituras fechando as portas”**

JOSÉ SIVALDO, presidente do Consórcio da Bacia do Jacuípe e prefeito de Capim Grosso



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

## ARTICULAÇÃO BUSCA EVITAR COLAPSO

A União dos Municípios da Bahia (UPB) realizou reunião virtual com os presidentes de associações municipalistas dos estados das regiões Norte e Nordeste, em um contexto de dificuldades orçamentárias enfrentadas pelos municípios das duas regiões. O resultado foi a entrega de uma carta aberta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), ontem.

O presidente da UPB, Zé Cocá (PP), solicitou o apoio de Lira para pautar a votação de projetos de interesse dos municípios, sobretudo do Norte e Nordeste. “O presidente Lira foi muito receptivo às nossas demandas. Ele se preocupou com a nossa pauta do INSS, disse que podia contar com ele e que entende também que o Norte e Nordeste têm uma pauta diferenciada. Esse apoio é importante porque a nossa situação tende a se complicar no segundo semestre, com a queda de receita, e será crucial essa parceria com o Congresso para evitar o colapso dos municípios”, afirmou Zé Cocá após o encontro. “Vamos seguir nessa articulação política”.

Entre as principais demandas expostas no documento está a aprovação da (PEC) 391/2017, que amplia em 1% o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a abertura de um debate sobre a redução da alíquota da previdência pa-



UPB / Divulgação

Participaram do encontro Cacá Leão, Arthur Lira, Zé Cocá, Mário Alexandre e Ciro Nogueira

ra os municípios, dos atuais 22,5% para a ordem de 10%; além da limitação das parcelas pagas por dívidas previdenciárias em 1% da receita corrente líquida mensal do município.

Cocá instou os representantes municipalistas das duas regiões para se unirem à CNM a fim de ter uma pauta fortalecida. “Cabe à gente também apoiar a CNM para mobilizar os deputados e senadores. Precisamos integrar o movimento porque, junto aos parlamentares, nós nas regionais temos mais poder de articulação”, defendeu. “Os municípios do Nordeste e Norte não podem se comparar, as arrecadações são diferenciadas e estamos preocupados com essa queda. O projeto da UPB tem o total e restrito apoio da ATM, é muito louvável”, afirmou o presidente da Associação Municipalista de Tocantins (ATM), Diogo Borges. “Não temos mais condições de esperar”. Na ocasião foi criado um grupo de trabalho para discutir essas pautas com a CNM.

O encontro em Brasília foi intermediado pelo líder do PP na Câmara, deputado Cacá Leão, e contou com a presença do presidente Nacional do Progressistas, Ciro Nogueira, e do diretor da UPB e prefeito de Ilhéus, Mário Alexandre (PSD).

CÁSSIO SANTANA

**Zé Cocá solicitou o apoio de Lira para pautar a votação de projetos de interesse dos municípios**

**Entre as principais demandas está a aprovação da PEC 391/2017, que amplia em 1% o FPM**

**Presidente da UPB instou os representantes municipalistas das duas regiões para se unirem à CNM**

o su-  
ir so-  
tiver  
endo  
pre-  
não  
ar as

emos  
passa  
om o  
esar  
do o  
quan-  
a alí-  
4% a  
pre-  
ente  
dade,  
acrifi-

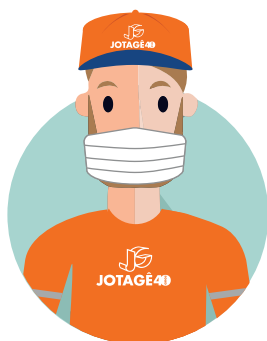
ento  
M pa-  
iden-  
rte e  
rtân-  
endo  
genta  
ípios.  
pro-  
turas  
ande  
s é o  
”.

s mu-  
. Vo-  
uma  
mes-  
pas-  
arre-

pan-  
s aos  
fren-  
roux  
ios, e  
s mu-  
uro é  
ípios  
a que  
coisa  
rela-  
serviço  
, e o  
, pre-  
ção”,



**LAVAR AS MÃOS FREQUENTEMENTE COM ÁGUA E SABÃO**



**USAR MÁSCARA**



**USAR ÁLCOOL EM GEL**



**EVITAR TOCAR NOS OLHOS, NARIZ, BOCA E MÁSCARA COM AS MÃOS SUJAS**



**NÃO PARTICIPAR E NÃO PROMOVER EVENTOS COM AGLOMERAÇÃO**



**EVITAR CONTATO PRÓXIMO COM PESSOAS SUSPEITAS OU POSITIVADAS PARA COVID-19**



**NÃO COMPARTILHAR CELULARES E OBJETOS PESSOAIS**



**COBRIR BOCA E NARIZ AO TOSSIR OU ESPIRRAR COM LENÇO DE PAPEL E DESCARTÁ-LO NA LIXEIRA. NA FALTA DO LENÇO DE PAPEL, USAR O ANTEBRAÇO COMO BARREIRA**



**MANTER OS AMBIENTES DE CASA LIMPOS E AREJADOS**



**PREVENTIVAMENTE, NA HIGIENE DIÁRIA DO BANHO, LAVAR OUVIDOS E NARIZ COM SABÃO E ENXAGUAR**



**BEBER BASTANTE ÁGUA DURANTE TODO O DIA**



**NÃO COMPARTILHAR UTENSÍLIOS COMO COPO, GARRAFA, GARFO E COLHER**

**PREVENIR AINDA É A NOSSA MAIOR SAÍDA CONTRA O CORONAVÍRUS**



**JOTAGÊ 40 ANOS ENGENHARIA**

**TODOS CONTRA O CORONAVÍRUS**





**GESTÃO PÚBLICA** Diretor do TCM-BA orienta prefeituras sobre conduta com gastos, prestação de contas e transparência

# CONTROLE GANHA DIMENSÃO MAIOR

CLAUDIA LESSA

Em face a um cenário complexo e desafiador de gravíssima crise sanitária, como o atual, o controle das finanças ganhou uma dimensão ainda maior nas gestões públicas, levando-se em conta o cumprimento das restrições orçamentárias impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ainda que ela tenha sofrido mudanças temporárias. O diretor do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), especialista em auditoria governamental e professor titular da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Vitor Maciel ressalta que a promoção de ações de controle e de contingenciamento de gastos públicos bem como a realização de políticas sociais efetivas são encaminhamentos administrativos necessários para a qualificação financeira dos municípios neste momento em que o mundo enfrenta a pandemia do coronavírus.

Nos últimos anos, pontua Vitor Maciel, tem-se “uma realidade fática de queda na arrecadação dos escassos impostos de sua competência, acrescida da significativa redução das transferências da União e estados, em relação às receitas públicas”. A este panorama o diretor do TCM-BA incorpora “o abrupto aumento do endividamento público; a imperiosa necessidade de ações com políticas sociais; e a evolução dos gastos com pessoal”. Este último, destaca, é o grande “protagonista” nas rejeições de contas públicas municipais.

“Em princípio, apenas relatei situações preexistentes no cenário anterior à pandemia. A magnitude do choque econômico produzido pela pandemia da Covid-19 alcançou de forma nefasta os municípios brasileiros. Com o aumento do desemprego, a retração da atividade econômica e a redução de transferências representativas do ‘fôlego’ municipal, como o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), por exemplo”.

Ainda assim, observa Vitor Maciel, os eventuais auxílios financeiros transferidos pelo governo federal não estão sendo suficientes. “O que me faz crer que a verdadeira governança no setor público se revele na prática por ‘gestores malabaristas’, cujos desafios transcendem a aplicação de recursos, mas, principalmente, na promoção de ações de controle e de contingenciamento de gastos públicos e a realização de políticas sociais efetivas, notadamente aquelas voltadas à mitigação dos danos produzidos pela Covid-19”.

## Pontos sensíveis

Os pontos mais sensíveis, hoje, em relação à gestão e ao controle das finanças, considera o professor, estão voltados à necessidade de potencializar a arrecadação de receitas municipais; promover a gestão do cronograma de desembolsos e contingenciamento absoluto dos gastos; e redução do endividamento. “São aspectos demandantes de um ‘esforço hercúleo’ na qualificação das finanças locais. Em relação à arrecadação, entendo que no atual cenário seria quase que improvável gerar aumentos significativos em meio à crise econômica que o país vive. Recomendo que as entidades avaliem seus estoques de créditos de dívida ativa, como estratégia de recebimento de valores inadimplidos pelos contribuintes”.

Sobre os gastos, completa, a repactuação de débitos, sobretudo os previdenciários; a redução das despesas correntes; e o inventário dos investimentos passíveis de postergação seriam determinantes para a execução de despesas emergenciais. “Todos estes elementos estariam alinhados à perspectiva da economia de despesa e geração de recursos para a execução de ações prioritárias”.

Os Tribunais de Contas do



**Crise sanitária amplia necessidade de controle das finanças**



**Vitor Maciel: qualificação financeira**

Arquivo pessoal

**Choque econômico produzido pela pandemia alcançou de forma nefasta os municípios brasileiros**

**Os pontos mais sensíveis em gestão e controle estão voltados a potencializar a arrecadação**

## Lei de Responsabilidade Fiscal sofre mudanças frente à pandemia

As autoridades internacionais adotaram ações urgentes para o enfrentamento aos danos produzidos pela pandemia. No Brasil, inicialmente, algumas medidas provisórias e portarias do Ministério da Saúde foram editadas, com o intuito de conter e/ou mitigar os danos. Com a edição do Decreto Legislativo nº 6, efetivamente, houve o reconhecimento da calamidade pública em todo o território nacional. Em maio do ano passado, a União editou a Lei Complementar 173/2020, dispondo sobre o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

Além do auxílio financeiro de R\$ 60 bilhões, mudanças temporárias foram introduzidas e outras permanentes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como explica o professor e diretor do Tribunal de Contas da Bahia (TCM-BA) Vitor Maciel.

A LRF, lembra Maciel, já trazia a possibilidade de flexibilizações fiscais, com reconhecimento da Assembleia Legislativa, como a suspensão da contagem de prazos para condução de endividamento, despesa com pessoal e limitação de gastos. “Com o Decreto Legislativo nº 6, houve a am-

pliação de alguns dispositivos, mesmo que temporariamente, como, por exemplo, as dispensas de limites e condições para a contratação de operações de créditos e recebimento de transferências voluntárias, inclusive pelo inadimplentes e afins”, enumera.

Mesmo com o exaurimento do decreto legislativo, em 31/12/2020, ressalta Maciel, a Lei Complementar 173/2020 se preserva íntegra em muitos aspectos, notadamente quanto às restrições para criação de cargos; alteração na estrutura de carreira; e admissão de novos

servidores, todas relacionadas ao aumento de despesa. “Tudo isso até 31/12/2021. Existem outros aspectos na norma, mas importante registrar que a norma excetua tais condições aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que vinculados ao combate à calamidade pública. Vale ressaltar que em nenhum desses aspectos deixo de lado a premissa da transparência para a legitimação das ações de governo, nem constitui um cheque em banco para gastos indiscriminados”.

CLAUDIA LESSA

Olga Leiria / Ag. A TARDE / .03.2021



# Satélite



## Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

[jairo.junior@redabahia.com.br](mailto:jairo.junior@redabahia.com.br)

@satelite

Estamos em um momento histórico para os produtores de cacau da Bahia. Com a MP, poderão ser reparadas perdas sofridas ao longo de décadas **Leur Lomanto Jr.**

Deputado federal do DEM, ao comemorar a inclusão das dívidas dos cacauicultores afetados pela vassoura-de-bruxa na MP que permite a renegociação a longo prazo de débitos de produtores rurais com descontos, aprovada ontem pela Câmara

## Fora de cogitação

De forma unânime, os integrantes da bancada de oposição na Assembleia Legislativa descartaram qualquer possibilidade de recuo no pedido de cassação do deputado estadual Capitão Alden (PSL), protocolado ontem na Mesa Diretora da Casa. Todos os parlamentares do bloco classificaram como "imperdoáveis" as acusações de que eram beneficiados por uma mesada de R\$1,6 milhão paga pela prefeitura de Salvador, feitas por Alden em live transmitida no último domingo. Para eles, o vídeo em que o deputado do PSL se desculpa pelas declarações, atribuindo o episódio à má interpretação da fala, aumentou ainda mais a vontade de levar o caso até o fim.

### LINHA DE ATAQUE

A partir de agora, a tropa opositora vai intensificar a pressão para que o presidente da Assembleia, Adolfo Menezes (PSD), encaminhe logo o pedido de abertura de processo por quebra de decoro ao Conselho de Ética. Ao mesmo tempo, Menezes já sinalizou à bancada não ter interesse em segurar o cerco contra Alden, que conseguiu a proeza de unir governo e oposição.

## Cachimbo da paz

Escalado pelo comando da Câmara para desenrolar o nó sobre o Orçamento do governo Jair Bolsonaro no Congresso, o deputado federal Cacá Leão (PP) se reuniu ontem com integrantes da cúpula do Ministério da Economia para tentar desatrapar impasses entre o Parlamento e o Palácio do Planalto. Na lista, está o corte de verbas destinadas ao programa Minha Casa Minha Vida, um dos principais pontos de conflito nas negociações.

## Calculadora na mão

A escolha do deputado baiano para costurar uma saída em torno do Orçamento se deve à expertise como relator de propostas orçamentárias no Congresso. "Venho tentando ajudar com alternativas ao modelo definido pelo governo, para achar equilíbrio entre o que ele propõe e as demandas do Parlamento", afirmou Cacá Leão.

## Tratamento precoce

A exoneração de um membro influente da Secretária de Segurança Pública ligado à antiga cúpula da pasta é efeito do novo bote policial que será dado no Detran. Na certeza do que está por vir contra ele, limá-lo serve de antídoto.

## Conexão França

Após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República, o Supremo autorizou que o traficante francês Remi Cohen, procurado pela Interpol e capturado em Itacaré por agentes da PF no início do mês, seja transferido do Presídio de Ilhéus para uma unidade penitenciária de Salvador. Apontado como chefe do maior delivery de drogas de Paris e foragido da Justiça da França, Cohen ficará preso na capital até que seja concluído o processo de extradição.

## Prato feito

Conforme antecipado pela Satélite em 9 de abril, o esforço do Ministério da Infraestrutura para qualificar rapidamente os trechos 2 e 3 da Fiol no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deu resultado. Antontem, o Conselho do PPI incluiu os dois projetos na fila de prioridade das concessões federais.

**A Salvador do Futuro é agora**

Conheça os projetos e iniciativas que colocam a cidade no centro da inovação e tecnologia.

**30/04, aqui no Correio.**

IMAGEM MIERAMENTE ILUSTRATIVA

**SALVADOR DO FUTURO**

**Cidade Inteligente e Inovadora**

Context

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA**  
**AVISO DE ADJUDICAÇÃO**

PAD nº. 055/2021 – PP (SRP) nº. 011/2021. Fica adjudicado o objeto: "eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, visando atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos", a empresa DR DE FIGUEIREDO INFORMÁTICA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.485.844/0001-06, no valor global de R\$ 323.450,00 (trezentos e vinte e três mil quatrocentos e cinquenta reais). Sobradinho-BA, 27/04/2021, Thaciana Carla Silva Mangabeira, Pregoeira.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

Homologação do PAD nº. 055/2021 – PP (SRP) nº. 011/2021. Objeto: "eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, visando atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos". Vencedora: DR DE FIGUEIREDO INFORMÁTICA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.485.844/0001-06, no valor global de R\$ 323.450,00 (trezentos e vinte e três mil quatrocentos e cinquenta reais). Homologado em: 27/04/2021. Regis Cleivys Sampaio Bento – Prefeito Municipal.

Secretaria da Educação **SALVADOR**  
PREFEITURA  
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

**RESULTADO DE LICITAÇÃO HOMOLOGADA**

A Comissão Setorial Permanente de Licitação – COPEL, da Secretaria Municipal da Educação – SMED, atendendo a decisão da Autoridade Superior, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação a seguir: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021; PROCESSO Nº 81339/2021; OBJETO:** contratação de serviço de conversão dos arquivos gravados para as aulas na TV, do tipo MXF para o formato MP4, incluindo o download dos arquivos MXF e upload dos arquivos MP4 no Google Drive da Secretaria Municipal de Educação do Município de Salvador – SMED.

LOTE	LICITANTE VENCEDOR	VALOR DA PROPOSTA (R\$)
ÚNICO	STUDIO CINE VIDEO LTDA.	38.979,20

Data da adjudicação: 26/04/2021. Data da homologação: 26/04/2021. Salvador, 27 de abril de 2021. **Hilaise Santos do Carmo** – Presidente.

Secretaria da Educação **SALVADOR**  
PREFEITURA  
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

A Comissão Setorial Permanente de Licitação – COPEL/SMED torna público aos interessados que o prego a seguir referenciado foi considerado **"FRACASSADO"**. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 007/2021; PROCESSO Nº 59120/2021; OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios (**MASSAS ALIMENTÍCIAS**), através do sistema registro de preço, destinado à Rede Municipal de Ensino visando atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAEC, PNAEP, PNAEQ, PNAEF, PNAE-EJA, MAIS EDUCAÇÃO e AEE). Os lotes **01, 02, 03, 04, 05 e 06** do referido prego foram considerados **"FRACASSADOS"**, conforme histórico dos lotes acostado aos autos, tendo em vista que todos os licitantes participantes foram desclassificados por não atenderem plenamente as exigências editalícias. Salvador, 27 de abril de 2021. **Hilaise Santos do Carmo** – Presidente da COPEL.

**Pedido** foi feito pelos senadores Jorginho Mello, Marcos Rogério e Eduardo Girão

# Bolsonaristas vão ao STF para barrar Renan

Aliado de Bolsonaro quer convocar **Rui Costa**

**Das Agências**

REPORTAGEM  
 correio24horas@reddebahia.com.br

Os senadores Jorginho Mello (PL-SC), Marcos Rogério (DEM-RO) e Eduardo Girão (Podemos-CE), parlamentares alinhados com o Palácio do Planalto, acionaram, ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a Corte retire o senador Renan Calheiros (MDB-AL) da CPI da Covid em razão de suposta "suspeição". Caso o pedido principal não seja atendido, os governistas pedem que o STF ao menos declare o "impedimento" de Renan e casse sua indicação para a relatoria do colegiado.

No mandado de segurança protocolado no STF, os parlamentares vinculam a suposta "suspeição" de Renan ao "parentesco sanguíneo com um possível investigado" - o governador de Alagoas, Renan Filho. A CPI foi proposta inicialmente com o objetivo de investigar apenas as ações e omissões do governo federal na pandemia, mas após pressão do Palácio do Planalto, o alvo do colegiado foi ampliado e passou a incluir eventuais desvios de recursos federais enviados a estados e municípios.

Além disso, os governistas argumentam que Renan já manifestou "posicionamento antecipado contra a Presidência da República e sua gerência" no combate à pandemia da covid-19. "A antecipação de convencimento e julgamento substancia afronta à imparcialidade necessária para procedimento do tipo, e tal preconcepção do senador Renan impõe uma desonestidade a todo o trabalho da Comissão, assim como significa um agir que deturpa os princípios republicanos", registra o documento enviado ao Supremo.

Aliados do presidente Jair Bolsonaro já fizeram outras tentativas para impedir que Renan assumisse a relatoria da CPI conforme haviam acordado senadores independentes e da oposição. Nas redes sociais, bolsonaristas têm feito pressão contra o senador porque ele não apenas é crítico de Bolsonaro como apoia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao jornalista valdo Cruz, da Globonews, ministros do STF disseram que a escolha de re-



Lewandowski será o relator de ação movida por senadores aliados do Planalto contra a indicação de Renan

●● **Renan não pode ser relator. O filho dele poderá ser investigado. Ninguém pode estar na CPI pela metade**  
 Jorginho Mello

Senador

●● **É um direito que eles [governistas] têm, mas não é isso que vai atrapalhar os nossos trabalhos**  
 Omar Azi

Presidente da CPI

●● **A CPI vai chamar [governadores e prefeitos] ou vai querer fazer Carnaval fora de época?**  
 Jair Bolsonaro

Presidente da República

lator de uma CPI é uma decisão interna do Senado, na qual não cabe interferência do Judiciário. Mesmo que os senadores bolsonaristas consigam uma liminar, em uma decisão monocrática de um ministro do Supremo, ela deve cair no plenário da Corte, já que há, no STF, precedentes de mandados de segurança indeferidos em casos envolvendo decisão interna do Legislativo.

**CONVOCAÇÕES**

Instalada anteontem a CPI da Covid é presidida pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), que indicou Renan Calheiros para a relatoria do colegiado após acordo com parlamentares. No plano de trabalho do emendista, o ex-ministro da Saúde de Luiz Henrique Mandetta deverá ser o primeiro nome a prestar depoimento sobre atos ou omissões do presidente Jair Bolsonaro nos primeiro meses

da pandemia. Mandetta foi demitido em abril do ano passado após discordar de Bolsonaro na divulgação e defesa de medicamentos sem eficácia contra a covid.

Renan Calheiros também quer ouvir os ex-ministro Nelson Teich, que substituiu Mandetta por apenas um mês, e Eduardo Pazuello, acusado de improbidade no colapso do sistema de saúde em Manaus no início do ano. O atual titular da pasta, Marcelo Queiroga, também será chamado.

Ontem, o presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), defendeu que não é o momento de solicitar um depoimento à comissão do ministro da Economia, Paulo Guedes, argumentando que poderia gerar "mal-estar econômico" e que não deseja provocar o "caos".

Já foram apresentados requerimentos pedindo o de-

poimento do ministro, mas, segundo Aziz, os pedidos não teriam sido apresentados em um primeiro momento para a discussão do auxílio emergencial na CPI.

"Eu falei: 'não é o momento'. Porque trazer um ministro da Economia para dentro de uma CPI, isso cria um mal-estar econômico internacional, de investidores, de bolsa, uma série de coisas que nós não queremos. Eu não quero o caos econômico", disse o senador, em entrevista à Globonews.

Aziz disse ter sido malinterpretado por alguns colegas, que o acusaram de tentar proteger o governo, e aproveitou para criticar a fala de Guedes na véspera, quando o ministro afirmou que o coronavírus havia sido inventado pela China e que a vacina do país asiático seria menos efetiva que a dos Estados Unidos.

O vice-líder do governo no Congresso, senador Marcos Rogério (DEM-RO), apresentou ontem à CPI da Covid pedidos de convocação dos governadores **Rui Costa**

(PT-BA), João Doria (PSDB-SP), Wilson Lima (PSC-AM) e Helder Barbalho (MDB-PA). Os requerimentos terão de ser analisados pela comissão, criada para investigar ações e omissões do governo Jair Bolsonaro na pandemia e para fiscalizar a aplicação de recursos federais por estados e municípios.

Helder Barbalho é filho de Jader Barbalho (MDB-PA), membro suplente da CPI da Covid. A conduta de governadores na pandemia não é alvo da comissão, e o regimento do Senado diz que não se admite CPI sobre matérias pertinentes aos estados. Apesar disso, o aliado de Bolsonaro propôs que o colegiado tome os depoimentos desses governadores.

Presidente diz que CPI é 'Carnaval fora de época'

Um dia após o Palácio do Planalto sofrer uma série de derrotas na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, o presidente Jair Bolsonaro fez novas críticas contra a comissão do Senado. Em conversa com apoiadores, na manhã de ontem, Bolsonaro cobrou o colegiado que investigue prefeitos e governadores e afirmou que a comissão pode virar "um Carnaval fora de época".

"Os prefeitos agora vão ter responsabilidade por essa CPI que está aí? Será que a CPI vai ouvir prefeito e governador que baixou decreto para confiscar, como Sergipe, a propriedade privada? Lá no Ceará, não o estado, mas em uma cidade, tem que ter autorização (para estar na rua), motivo justificado, toque de recolher, pancada em gente lá na rua. A CPI vai chamar ou vai querer fazer Carnaval fora de época?", perguntou.

Na conversa com apoiadores, Bolsonaro também disse que não pretende se vacinar contra a covid-19 por enquanto e que só vai fazer isso quando estiverem sobrando vacinas.



MP explica regras do programa de redução de jornada

NOVA RODADA As regras para a nova rodada do programa que permite redução de jornada e salários ou a suspensão de contratos de trabalho foram conhecidas ontem, com a publicação da medida provisória (MP) 1.045 no Diário Oficial da União. O governo prevê que sejam firmados quase 5 milhões de novos acordos entre patrões e empregados, metade do total registrado pelo programa em 2020. Conheça os principais pontos desta nova edição do programa.

Quem e como pode ser feito o acordo?

Todos os empregados poderão firmar acordos com as empresas para as medidas de redução de jornada ou de suspensão de contratos, com exceção de órgãos públicos, empresas estatais e organismos internacionais. Serão beneficiados também empregados domésticos, empregados com jornada parcial e aprendizes. Todos os acordos precisarão ser comunicados aos sindicatos no prazo de dez dias corridos, contado da data de sua celebração.

Os acordos serão válidos por

quanto tempo? Por até 120 dias (4 meses). Há possibilidade de prorrogar por igual período a depender do orçamento do governo.

Como será a redução de jornada e de salário?

Nos acordos individuais, os percentuais serão fixos: 25%, 50% ou 70%, com compensação do governo em igual percentual sobre seguro-desemprego a que trabalhador teria direito. Nos acordos coletivos, percentual de redução é flexível, mas compensação é fixa, de acordo com as faixas: até 24,99%: sem compensação do governo federal; de 25% a 49,99%: compensação de 25% da parcela do seguro-desemprego a que trabalhador teria direito; de 50% a 69,99%: compensação de 50% da parcela do segu-

ro-desemprego a que trabalhador teria direito; 70% ou acima: compensação de 70% da parcela do seguro-desemprego a que trabalhador teria direito.

Como será feita a suspensão do contrato de trabalho?

Pode ser feito individualmente ou por acordo coletivo. O governo banca 100% do seguro-desemprego a que trabalhador teria direito.

Posso ser dispensado durante a vigência do acordo?

Não. O programa garante estabilidade ao trabalhador pelo dobro do tempo em que durar o acordo, se a redução de jornada valer por 4 meses, o empregado não pode ser desligado por 8 meses (4 do acordo mais 4 meses seguintes).

COM INFORMAÇÕES DO ESTADÃO.COM.BR

Bahia cria 9,8 mil postos de trabalho no mês de março

COM CARTEIRA A Bahia teve saldo positivo de criação de empregos em março, com a geração 9.820 postos de trabalho com carteira assinada. O número é resultado da diferença entre 57.868 admissões e 48.048 desligamentos. Os dados são do Ministério da Economia, que divulgou ontem as Estatísticas

Mensais do Emprego Formal, o Novo Caged, e foram sistematizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Ainda segundo o ministério, o Brasil registrou, em março, a criação de 184 mil vagas formais.

Os dados também mostram que os novos empregos

foram criados tanto na Região Metropolitana de Salvador quanto no interior. Na RMS foram abertos 2.488 postos, e no interior, 7.332. Exceto Alojamento e alimentação (-1.909 postos) e Comércio (-642 postos), que fecharam posições celetistas, todos os outros setores geraram postos no mês de março de 2021.

INSS: PRIMEIRA PARCELA DO 13º SAI EM MAIO

PANDEMIA O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, informou que será paga no final de maio a primeira de duas parcelas do décimo terceiro salário a aposentados e pensionistas do INSS. Essa antecipação é mais uma das medidas do governo para enfrentamento dos reflexos da pandemia do novo coronavírus na economia. De acordo com Bianco, serão repassados um total de R\$ 56 bilhões a 31 milhões de pessoas que têm direito à antecipação. As informações são do G1.

EXPANSÃO

10 MIL

vagas de trabalho devem ser abertas pelo Assai Atacadista. As contratações visam a meta de abrir 28 lojas este ano.

GOVERNO TEM NOVA AÇÃO PARA INFORMAIS

BÔNUS O governo deve apresentar uma proposta de proteção a trabalhadores informais que, no momento, está sendo chamada de Bônus de Inclusão Produtiva, disse nesta quarta-feira o ministro da Economia, Paulo Gesteira, sem dar detalhes. Segundo fonte do Ministério da Economia, o programa visa estabelecer um novo tipo de contrato de trabalho, mirando principalmente os novos modelos de prestação de serviços que ganharam força no país com a pandemia da covid-19.

INDICADORES

CÂMBIO

Table with 3 columns: Moeda, Compra, Venda. Rows include Dólar Comercial, Dólar Turismo, Euro turismo.

BOLSA

Table with 3 columns: Índice, Pontos, Variação. Row includes Bovespa.

POUPANÇA

Table with 2 columns: Data, Taxa. Row includes 29/04/2021, 0,1159%.

SALÁRIO MÍNIMO

Table with 1 column: Valor. Row includes R\$ 1.100,00.

INFLAÇÃO

Table with 4 columns: Índice, Março, Ano, 12 meses. Rows include IPCA/IBGE, INPC/IBGE, IGP-M/FGV.

DÍVIDA PÚBLICA

5,24

trilhões de reais é o estoque da Dívida Pública Federal (DPF), informou ontem o Tesouro Nacional. O número representa uma alta de 0,85% entre os meses de março e fevereiro deste ano. A DPF inclui a dívida interna e externa do país.

Financial statement for SPE ASSURUÁ GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A. showing balance sheet, income statement, and cash flow for 2020 and 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACI - BA EDITAL DE CONVOCACÃO Nº 003/2021. O Município de Araci - Ba, torna público a realização do Procedimento Licitatório para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico nº PE 003/2021.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO LITORAL NORTE DA BAHIA LTDA EDITAL DE CONVOCACÃO Nº 005/2021. O Presidente da COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO LITORAL NORTE DA BAHIA LTDA, no uso de suas atribuições estatutárias convoca os Senhores associados, que nesta data são em número de 80, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sua sede social, sito a Av. Francisco Benjamim, s/nº - rodovia BA-396, município de Rio Real, estado da Bahia, CEP nº 48.330-000, no dia 10/05/2021, em 1ª convocação às 09h30min com 2/3 dos associados, em 2ª convocação às 09h30min com metade mais um dos associados e em 3ª e última convocação às 10h30min com o mínimo de 10 (dez) associados, para tratar da seguinte ordem do Dia: I - Apresentação, Discussão e votação da prestação de contas do exercício 2020 conforme Art. 44 inciso I e II da Lei 5764/71, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal; II - Destinação da Solares ou Roteiro das Perdas e Ganhos do exercício de 2020; III - Planejamento e Orçamento para exercício 2021; IV - Eleição e Posse do Conselho Fiscal.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE Avenida Botim, Nº 01, Largo de Roma - Salvador - Bahia CEP: 40.420-000 Tel. (071) 3310 - 1603 Fax (071) 3313 - 8852 e-mail: licitacoes@irmadulce.org.br

AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS Nº 005/2021 CONVÊNIO Nº 883562/2019 A ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE - AOSID torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, para aquisição de 02 (dois) Microscópios Laboratoriais, utilizando-se de divulgação eletrônica através do Portal dos Convênios - Plataforma "Brasil, no âmbito do Convênio nº 883562/2019 firmado com o Ministério da Saúde. Prazo de acolhimento das propostas: das 08h do dia 29/04/2021 às 17h do dia 12/05/2021, conforme horário de Brasília/DF. Abertura das propostas: dia 13/05/2021, às 09:00 horas (horário de Brasília - DF). Aquisição do edital: disponível gratuitamente no sistema Plataforma "Brasil, no site www.irmadulce.org.br. Informações e consultas: E-mail: compras.simplificadas@irmadulce.org.br. Salvador, Bahia, 28 de abril de 2021 Consule Vital Presidente da Comissão de Compras

ECONOMIA

MIRIAM LEITÃO

[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)



# O pacto do foco na CPI da Covid

A maioria da CPI vai trabalhar para a produção de provas, usando os depoimentos, mas principalmente a busca de documentos. A ideia que eu ouvi de senadores é que o tempo está a favor da CPI porque, a cada dia, o próprio governo fornece mais indícios com suas falas e trapalhadas. O grupo governista já tem uma divisão, apenas três assinaram ontem o mandado de segurança impetrado contra a relatoria de Renan Calheiros. A estratégia oficial tem sido insistir nessa briga, acusar governadores, defender a vida de médicos que prescrevem remédios ineficazes. Isso alimenta a milícia digital, mas não tem resultado prático e jurídico.

Há um "pacto do foco", me explicou um dos senadores com os quais conversei. E o foco está sobre as ações e omissões do governo federal nesta pandemia, como diz o fato determinado. Houve pelo menos 11 oportunidades de compra de vacina que o governo desperdiçou, há inúmeros indícios de prevaricação e negligência na gestão da pandemia que já se aproxima de 400 mil mortos. Há até a atitude do presidente, um governante que nunca visitou um hospital e

tratou de forma desumana o sofrimento do país. "Vamos parar com mimimi, vão ficar chorando até quando?" Existe uma coleção interminável de falas absurdas, mas também dados concretos sobre erros e omissões.

O governo adiou a compra de vacinas e as desqualificou. Como acaba de ser repetido pelo ministro da Economia em relação à coronavac. Há informações de que no kit intubação houve um movimento do governo para compra através da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Só que ele poderia comprar até US\$ 40 milhões, mas reduziu, deliberadamente, o total das aquisições para algo como US\$ 2 milhões. Existem dados concretos das despesas do governo em remédio com ineficácia comprovada. Mesmo que

os senadores governistas sustentem a tese de que esses remédios do "tratamento precoce" são uma liberdade do médico, não há justificativa para fazer com eles uma política pública, se nenhum outro país fez isso.

— Quais são as armas da CPI? Os fatos — diz um dos senadores.

A linha governista desenhada até agora é amadora, na definição de um dos senadores. O mandado de segurança que foi parar na mesa do ministro Ricardo Lewandowski continua na linha de arguir a suspeição do senador Renan Calheiros em abstrato. O impedimento só faz sentido diante de um fato concreto. Além disso, eles devem repetir na sessão de hoje a estratégia de tumultuar, protelar e empurrar a CPI sobre os gover-

adores. Dificilmente vai funcionar. Alguns senadores defendendo a tese de que se convide, por exemplo, o governador Wellington Dias, coordenador do Fórum, ou que se requisite as informações dos órgãos de controle sobre os repasses, mas a maioria da CPI está determinada a não perder o foco.

Entre o grupo majoritário, dos independentes e oposicionistas, há diferença de abordagem. Alguns defendem que haja sub-relatorias, outros acham que isso só dispersa. Alguns preferem o caminho mais técnico e sóbrio para o início dos trabalhos, outros são mais políticos. Mas todos estão preparados para as estratégias que os governistas podem usar. Alguns dos senadores na comissão são políticos experientes e difícil-

mente se deixariam enrolar, como Renan Calheiros, Omar Aziz, Otto Alencar e Tasso Jereissati.

Entre os governistas, o senador Ciro Nogueira fez alguns movimentos de se separar dos outros três. Ciro Nogueira já foi da base de sustentação de governos petistas e começa a ser hostilizado nas milícias bolsoneiristas, acusado de traidor. Ele votou em Omar Aziz e não assinou o mandado de segurança. Ele é do centrão, está fazendo as contas de para onde sopra o vento.

Os governistas também vão tentar desqualificar os depoentes que falarem algo contra o governo. Isso não confunde, por exemplo, uma pessoa como o ex-ministro Mandetta, que está sendo alvo dos bolsoneiristas.

Em resumo, o clima na CPI é de definição de estratégia. Hoje, Renan Calheiros apresenta o plano de trabalho e haverá a requerimento para a convocação dos três ex-ministros da Saúde e do atual titular da pasta. Os governistas preparam seu espetáculo. Vão fazer barulho. Mas o fato é que, como definiu um experiente senador, "o governo está assombrado". Outro me disse que "o tempo está a favor de quem quer investigar."

**A GENTE TEM PASSADO SUFICIENTE PARA ACREDITAR NO FUTURO**

Os 25 anos da sua parceria nos encoraja no caminho por dias melhores.

Entre as muitas certezas que a experiência nos dá ao longo dos anos, existe uma muito especial: qualquer percurso fica mais fácil ao lado de quem acredita no que a gente acredita. **Obrigado por fazer parte da nossa vida.**

**CENTER LAPA**  
25 ANOS



BRASIL

# Supremo determina que governo realize o Censo

**JUSTIÇA** O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o governo federal tome as providências para realizar o Censo demográfico. A decisão atendeu a um pedido do governo do Maranhão. Procurado, o Palácio do Planalto informou que não irá se manifestar sobre a decisão. Na semana passada, o governo confirmou que o Orçamento de 2021 não reservava recursos para o Censo e, portanto, ele não seria realizado neste ano. Por lei, o Censo deve ser realizado a cada dez anos. O último ocorreu em 2010. No ano passado, a pesquisa, conduzida pelo IBGE, foi adiada devido à pandemia de covid-19.

“Defiro a liminar, para determinar a adoção de medidas voltadas à realização do Censo, observados os parâmetros preconizados pelo IBGE, no âmbito da própria discricionariedade técnica”, diz Mello na decisão. Em despacho publicado horas depois, o ministro determinou que a decisão individual seja levada à análise do plenário. O julgamento em plenário virtual está marcado para começar no próximo dia 7.

Na decisão, Marco Aurélio criticou o corte no orçamento para o Censo. Para o ministro, isso fere a Constituição. “A União e o IBGE, ao deixarem de realizar o estudo no corrente ano, em razão de corte de verbas, descumpriram o dever específico de organizar e manter os servi-



**Defiro a liminar, para determinar a adoção de medidas voltadas à realização do Censo Marco Aurélio Mello**

Ministro do STF

ços oficiais de estatística e geografia de alcance nacional – artigo 21, inciso XV, da Constituição de 1988”, escreveu o ministro.

O ministro negou que a decisão represente interferência. “Surge imprescindível atuação conjunta dos três Poderes, tirando os compromissos constitucionais do papel. No caso, cabe ao Supremo, presentes o acesso ao Judiciário, a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais e a omissão dos réus, impor a adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica”.

Marco Aurélio Mello destacou a importância da pesquisa para o país. “O direito à informação é basilar para o Poder Público formular e implementar políticas públicas. Por meio de dados e estudos, governantes podem analisar a realidade do País. A extensão do território e o pluralismo, consideradas as diversidades regionais, impõem medidas específicas”.

Na ação, o governo do Maranhão sustenta que “a ausência do Censo demográfico afeta de maneira significativa a repartição das receitas tributárias, pois os dados populacionais são utilizados para os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), bem como do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

## Após demissão de Sueli Macedo, equipe do Inep entrega cargos

**EDUCAÇÃO** Após a demissão da coordenadora-geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Sueli Macedo Silveira, quatro dos seus cinco subordinados diretos, que ocupavam cargos comissionados, entregaram pedido de afastamento.

Em nota, o Inep disse que foi uma mudança técnica. A exoneração da coordenadora, que foi publicada ontem no Diário Oficial da União, não agradou a equipe. Sueli estava na autarquia havia mais de dez anos e assumiu a coordenação da área em 2016. Seu trabalho sempre foi respeitado entre os servidores e também no ambiente acadêmico.

A nova coordenadora da área é a médica veterinária Helena Cristina Carneiro Cavalcanti de Albuquerque.

## CORTES NA POLÍCIA FEDERAL

# R\$ 130 MI

do orçamento previsto para a Polícia Federal em 2021 foram bloqueados pelo governo. Segundo o Ministério da Justiça, o Congresso autorizou o governo, no orçamento, a destinar R\$ 1,21 bilhão para a PF em 2021. No entanto, com o bloqueio, o montante caiu para R\$ 1,08 bilhão.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BONINAL**  
CNPJ N: 13.922.612/0001-83

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021**  
O MUNICÍPIO DE BONINAL - CNPJ 13.922.612/0001-83, Pregoeiro Designado DECRETO Nº 1893/2021, TORNA PÚBLICO licitação, OBJETO: Contratação de empresa especializada, para prestação de serviço de fornecimento de vale combustível (cartão magnético/chip) na forma eletrônica, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Boninal, Estado da Bahia, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO), nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/19, Decreto nº 7.746/12, Lei Complementar nº 123/06, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis, nos termos das exigências estabelecidas no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 29/04/2021 às 08h00min do dia 12/05/2021. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h55min do dia 12/05/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h50min do dia 12/05/2021. LOCAL: www.bllcompras.com (www.bll.org.br "Acesso BLL Compras"). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Telefone: (75) 3330-2375. O Edital e Divulgação dos demais atos - Diário Oficial: <https://www.boninal.ba.gov.br/>. Boninal - Bahia, 28 de abril de 2021. Holdimar Alonso Paiva - Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM**

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2021 - PA Nº 0496/2021** Sessão - dia 13 de maio de 2021 às 09h00min. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de materiais de escritório para atender a demanda da Prefeitura Municipal, Secretarias e Fundos que compõem a Esfera Administrativa do Município de Senhor do Bonfim-BA. Local da Disputa: <https://emunicipio.com.br/pmsb/pregoeletronico/index.php>. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail [copel.pmsb@hotmail.com](mailto:copel.pmsb@hotmail.com), ou pelo tel. (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Pregoeiro. Publique-se.

**AVISO DE LICITAÇÃO 2ª CHAMADA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 - PA Nº 0443/2021** Sessão - dia 17 de maio de 2021 às 09h00min. Objeto: Contratação de empresa para implantação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto no Distrito de Igará, para atendimento ao convênio nº 8728/9/2018, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Regional, por intermédio da Caixa Econômica Federal e o Município de Senhor do Bonfim - BA. [www.senhordobonfim.ba.gov.br](http://www.senhordobonfim.ba.gov.br) (Link Portal da Transparência/Licitações). Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail [copel.pmsb@hotmail.com](mailto:copel.pmsb@hotmail.com), ou pelo tel. (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Presidente da COPEL. Publique-se.

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2021 - PA Nº 0501/2021** Sessão - dia 14 de maio de 2021 às 09h00min. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de implemento agrícola tipo Roçadeira Hidráulica que será utilizado na roçagem de aceiros, margens de caminhos, rodovias, pode de cerca vivas e arbustos do interior e sede do município de Senhor do Bonfim- Bahia. Local da Disputa: <https://emunicipio.com.br/pmsb/pregoeletronico/index.php>. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail [copel.pmsb@hotmail.com](mailto:copel.pmsb@hotmail.com), ou pelo tel. (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Pregoeiro. Publique-se.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUNÁPOLIS**  
CNPJ N: 16.233.439/0001-02

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021 E CONCORRÊNCIA Nº 001/2021**  
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021 - O MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS, ESTADO DA BAHIA, através da Comissão Permanente de Licitação, com fundamentos na Lei nº 12.232/2010 e Lei Federal nº 8.666/1993, torna público pelo AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021, que estão abertas as INSCRIÇÕES de interessados em participar de Subcomissão Técnica, visando a Seleção de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, através de sorteio em data previamente agendada, para analisar e julgar as propostas técnicas apresentadas em licitação a ser realizada pelo Município de Eunápolis, na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo "técnica e preço", objetivando a Contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade no interesse do Município de Eunápolis. As inscrições ocorrerão entre os dias 03/05/2021 a 13/05/2021, no horário das 08h00 às 12h, no endereço: Rua do Casa nº 30 - Centauro, CEP nº 45821210 Eunápolis-BA. O edital se encontra à disposição para retirada e no site [www.eunapolis.ba.gov.br](http://www.eunapolis.ba.gov.br) - Diário Oficial do Município. A divulgação dos outros atos-Diário poderá ser vistas no Diário Oficial do Município, através do site <http://www.eunapolis.ba.io.org.br/diariooficial>. Eunápolis, 03 de maio de 2021. José Gonçalves de Oliveira, Gestor do Núcleo de Licitações e Contratos.

**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2021** - O Município de Eunápolis torna pública a realização da Concorrência "TÉCNICA E PREÇO", objetivando a CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE NO INTERESSE DO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS. Sessão acontecerá: 17 de junho de 2021, às 09:00 horas. O edital se encontra à disposição para retirada no site [www.eunapolis.ba.gov.br](http://www.eunapolis.ba.gov.br). As divulgações dos outros atos poderão ser vistas no Diário Oficial do Município, através do site <https://www.eunapolis.ba.gov.br/site/DiarioOficial>. Maiores informações através do e-mail: [licitacaoeunapolis@gmail.com](mailto:licitacaoeunapolis@gmail.com) ou no Núcleo de Licitações e Contratos, sito na Rua dos fundadores, nº 204, 1º Andar - Centro, CEP nº 45.820.120, Eunápolis - Bahia, em 03 de maio de 2021. José Gonçalves de Oliveira, Gestor do Núcleo de Licitações e Contratos.

**IMPLANTES ORTOPÉDICOS. (ORTÊSES, PRÓTESES, ARTROSCÓPIA)**  
**TECNOLOGIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO.**  
**PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS.**  
**ATENDIMENTO PERSONALIZADO.**

**BAHIA MED**  
CENTRO DE IMPLANTABILIDADE ORTOPÉDICA

RUA PROFESSOR LEMOS DE BRITO, 28 - BARRA TEL: 3264.9699

# Tribuna

## Bilionário!

O Supremo Tribunal Federal pode concluir hoje o julgamento do processo de maior impacto financeiro em curso na corte. Está prevista para esta tarde a análise do recurso da União contra decisão de 2017, que excluiu o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS e da Cofins. Se a sentença for confirmada, os cofres públicos sofrerão uma perda calculada em quase R\$260 bilhões.

## Cacau

Defensor da lavoura cacaujeira e das bandeiras dos produtores baianos, o deputado federal Leur Lomanto Jr (DEM), comemorou a aprovação hoje, da MP 1.016/2020, que inclui o parcelamento das dívidas dos produtores de cacau da Bahia. A MP que trata da renegociação dos recursos dos fundos constitucionais da Amazônia e Nordeste incluiu também as dívidas originadas no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaujeira. Dessa forma, será permitido que o produtor pague o valor da dívida com descontos de até 80%, no prazo de 10 anos, com o início do pagamento a partir de 2023. A Medida aprovada segue agora para o Senado, onde pode ainda sofrer alguns ajustes.

## Produtividade

Os deputados estaduais da Bahia aprovaram ontem o projeto que autoriza modificações na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A matéria estabelece normas para destinação de bens imóveis do Estado, com o intuito de viabilizar empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, inclusive mediante parcerias com o setor privado. Além dessa matéria, os parlamentares votaram e aprovaram, em dois turnos, o projeto enviado pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA), que altera quadros na instituição, sem o aumento de despesas. O projeto teve apoio de todos os parlamentares.

## Encontro

O vice-governador João Leão se reuniu com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para tratar de ações de enfrentamento à pandemia e de apoio ao setor empresarial, na Conferência Nacional da Indústria (CNI), no Distrito Federal. "Queremos vencer a pandemia e garantir a retomada da economia. E, para isto, essa união de forças entre governos e setor privado é essencial. Na Bahia, provamos isso, no primeiro momento da crise sanitária, com diversas empresas fazendo doações para o setor público de Saúde, o apoio do Cimatec Park e o trabalho de excelência do Governo do Estado. Este encontro de hoje, com Ministério da Saúde, Federação das Indústrias da Bahia, CNI, parlamento Federal e governo baiano é outro passo importantíssimo para ampliarmos a vacinação e reestruturarmos o poderio econômico da população e dos investidores", disse Leão.

## Imóveis

O Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia, na tarde de ontem, o projeto de lei para a venda de imóveis na capital e interior. Entre os imóveis em Salvador estão a Rodoviária, o Detran e o Centro de Convenções. O valor adquirido com a venda desses e de outros bens será integralmente alocado no Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia (Funprev).



# Tribuna

## Rui quer vender 27 imóveis e oposição pede transparência

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) enviou ontem para a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto de lei que pede autorização para a venda de 27 imóveis no estado. Da banca de oposição, o deputado estadual Paulo Câmara (PSDB) afirmou que o governo precisa deixar evidente para onde será destinado o recurso da negociação das áreas.

De acordo com a gestão estadual, o dinheiro, com a venda dos imóveis, será destinado ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia (Funprev) que, segundo a administração, vem "aumentando à medida que o governo tem alcançado sucessivos recordes de concessão de apo-

sentadoria".

Dos 27 imóveis, que podem ser vendidos se a AL-BA aprovar, 10 ficam em Salvador. Entre eles, estão a rodoviária, o Detran e o Centro de Convenções. Também serão vendidas áreas em: Campo Formoso, Juazeiro, Paramirim, Riacho de Santana, Aramarí, Eunápolis, Itapetinga, Iraquara, Itaberaba, Jacobina, Jauá, Ibotirama, Cipó, Livramento de Nossa Senhora, Camaçari, Piritiba e Feira de Santana.

Segundo o governo, o Funprev tem hoje um déficit de R\$ 5,5 bilhões. Para Paulo Câmara, o governo precisa deixar mais clara a proposta. "Qual será a destinação (do dinheiro)? Qual a finalidade? Para onde vai? Se fizer isso de maneira transparente, eu não tenho nada contra (a proposta)", declarou o tucano, em entrevista à Tribuna. Segundo ele, o governador Rui Costa,

até hoje, não explicou para onde foi o dinheiro da venda do Colégio Estadual Odorico Tavares, que ficava no Corredor da Vitória, em Salvador.

A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou a comercialização da unidade escolar em janeiro do ano passado. Na época, a oposição criticou duramente a venda da escola. O então prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse que era um ato de "desvalorização da educação". "Eu acho que um patrimônio do estado que não tem nenhuma utilidade pode ser vendido, eu fiz isso com vários terrenos do município. Mas não vendi escola de jeito nenhum. Eu acho que não tem preço que pague o recado ruim que é dado de desvalorização da educação", declarou o democrata.

Já o governador Rui Costa defendeu a ação governista. Disse que a escola sofria



**O GOVERNADOR**  
Rui Costa (PT) enviou ontem para a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto de lei que pede autorização para a venda de 27 imóveis no estado

com a perda de alunos a cada ano, chegando a cerca de 300 estudantes matriculados em 2019, quando tinha capacidade para mais de 3 mil. "Eu penso que equipamentos de qualidade podem e devem estar onde o povo

mora. Na polêmica, fico do lado do povo, de onde eu vim. A escola serve de referência não somente para aprendizado stricto sensu, serve para a prática cultural. Um equipamento educacional em comunidade pobre tem uma

função social extraordinária porque vai ser usado nos 365 dias do ano, não apenas nos dias que tiver aula. Salvador praticamente não tem equipamento de convivência social nas comunidades pobres", afirmou na época.

# Tribuna

## Vilas-Boas critica impasse sobre vacina russa

Secretário de Saúde disse nas redes sociais que toda essa situação com a Sputnik é um contrassenso

YURI ABREU  
REPORTEIRO

**N**o mesmo dia em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não aprovou a importação da vacina russa Sputnik V, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por sua vez, consentiu a liberação comercial do imunizante produzido pelo Instituto Gamaleya.

O veto da agência federal deveu-se à falta de dados consistentes e confiáveis. Conforme a equipe técnica da gerência-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED) foram identificadas falhas no desenvolvimento do produto, em todas as etapas dos estudos clínicos (fases 1, 2 e 3). Além disso, também houve ausência ou insuficiência de dados de controle de qualidade, segurança e eficácia, conforme a Anvisa.

Contudo, no início da noite da última segunda-feira, a CTNBio decidiu pela liberação comercial da vacina Sputnik V. Na semana anterior, o órgão deu início à análise de

biossegurança dos dados apresentados pela farmacêutica União Química - que é o laboratório autorizado para fazer a produção da vacina no Brasil -, em reunião extraordinária, e solicitou a empresa a apresentação de dados complementares sobre o método de obtenção das linhagens dos adenovírus e os respectivos mapas dos plasmídeos (moléculas circulares duplas de DNA), que compõem o imunizante.

O imunizante produzido pelo Instituto Gamaleya tem como principal característica usar dois adenovírus humanos, sendo a primeira dose com um tipo e a segunda aplicação com outro tipo. "Avaliamos todos os aspectos. A qualidade da expressão, se os vetores, que são os adenovírus, seriam seguros, se havia sido de fato retiradas as sequências que permitem a multiplicação desse adenovírus. Também avaliamos eventual escape para o meio ambiente e as consequências disso, assim como a segurança em relação a outros aspectos da vacina humana", explicou Paulo Barros.

Porém, esse "bate-cabeça" entre órgãos federais virou motivo de críticas por parte do



Fotos: Romildo de Jesus

**SECRETÁRIO Vilas-Boas disse que situação não será resolvida com "bravatas e trocas de acusações, mas apenas de maneira técnica e com respostas científicas**

secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas. Em uma rede social, ontem, ele citou a aprovação da CTNBio quanto a segurança da vacina russa, mas destacando que a homologação quanto a eficácia do imunizante é de responsabilidade da Anvisa. "Sendo a segurança, o principal ponto questionado da Sputnik V, aqui temos uma certificação do

Governo Federal, válida em todo o país, garantindo a segurança da vacina", afirmou o titular do órgão estadual.

Para ele, a situação é um contrassenso. "A Anvisa diz que a vacina não é segura e a comissão do governo responsável por atestar a segurança de produtos como esse, diz o oposto. O CTNBio responde ao questionamento da Anvisa

sobre os adenovírus usados na Sputnik V e conclui: não há riscos", salientou o secretário estadual da Saúde.

Em entrevista à TV Bahia, no início da tarde de ontem (28), Vilas-Boas salientou que a situação não será resolvida com "bravatas e trocas de acusações, mas apenas de maneira técnica e com respostas científicas muito

bem consolidadas em evidências". "A Anvisa está insistindo em transformar esse processo de importação dentro do mesmo ritmo de uso emergencial. A Lei aprovada no dia 10 de março deste ano não pede comprovação de eficácia, nem de segurança. Ela autoriza que seja importada a vacina aprovada por outras autoridades regulatórias", afirmou.

Em nota, a Sesab informou que: "De acordo com o parecer da Anvisa, a vacina Sputnik não tem autorização para importação. Se não houver uma manifestação do STF, é possível que governadores façam essa provocação o que entraria no território da judicialização. Caso o STF entenda que a Anvisa foi clara em provar que há evidências suficientes para que não seja feita a importação, a decisão estará tomada e a vacina não será entregue. Pelo menos não até que não haja nova decisão por parte da Agência reguladora".

A reportagem da TB entrou em contato com a assessoria de comunicação da Anvisa para comentar a decisão da CTNBio, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.



## INFRAESTRUTURA

### BA-120 começa a ser recuperada na região sisaleira

PEDRO OLIVEIRA  
REPORTER

Atendendo solicitação de moradores e motoristas da região sisaleira, o governo do estado iniciou na primeira quinzena deste mês, os serviços de tapa-buracos e de reparação de trechos intransitáveis da BA-120 que liga as cidades de Conceição do Coité a Riachão do Jacuipe, com 30 quilômetros de extensão. As áreas críticas da pista vêm sendo feitas pela Mazza Engenharia. Já os serviços

de tapa-buracos por outra empresa.

A intervenção visa melhorar o escoamento da produção agropecuária da região, além de proporcionar mais segurança e qualidade de vida para a população que transita por essa importante via de acesso estadual e, consequentemente, impacta também na economia e geração de empregos. A rodovia é a principal ligação entre os municípios de Coité e Riachão. Por ela, trafegam veículos, ônibus e caminhões que transportam produtos da economia regional.

Os serviços recém iniciados na BA-120 são de tapa buracos e de remendos da pista com a remoção da base e implantação de nova capa asfáltica. Segundo populares, o governo estadual tem trabalhado para garantir a manutenção viária, seja nas rodovias pavimentadas ou estradas de terra. Os trabalhos contínuos pelo interior baiano servem para dar condições para que haja logística e escoamento da agropecuária, além de



Foto: Pedro Oliveira

**RODOVIA** Serviços recém-iniciados pelo governo são de tapa-buracos e remendos nas pistas

assegurar à população o direito de transitar com segurança.

No início do mês de fevereiro, a reportagem da Tribuna da Bahia, foi procurada por alguns produtores da região sisaleira para expor suas indignações com a situação da rodovia e

pediram ao governador Rui Costa uma ação urgente, por conta da região ser desprovida de bons representantes. O apelo foi aceito pelo chefe do Executivo Estadual e nos primeiros dias deste mês, a secretaria de Infraestrutura, deu início da reparação da estrada.

#### SAPELBA

EMPRESA DE CAPITAL FECHADO

#### ORIA

apreciação de V.S.ªs e demais acionistas, editor independente, referente ao exercício em 31.12.2019. Desde já nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários. Salvador (BA), 23 de Abril

2019 (Em Milhares de Reais)		
<b>INTE</b>	<b>10.756</b>	<b>11.857</b>
Ativos	4.335	4.007
Ativ. Financeiras	-	1.876
Sociais e Tributárias	3.782	3.455
Contas a Pagar	1.436	1.355
a Pagar	1.203	984
<b>CULANTE</b>	<b>346</b>	<b>89</b>
Ativ. Financeiras	345	88
Pass. e Dividendos	1	1
<b>IDO</b>	<b>46.609</b>	<b>44.559</b>
Patrimônio Integralizado	42.104	42.104
Reserva	12	12
Reserva de Imobilizado	2.584	2.584

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 29/04/2021	Página: 06

# Tribuna

## Bahia cria quase 10 mil postos de trabalho em março e lidera no Nordeste

A Bahia liderou a geração de emprego no Nordeste em março de 2021, com a criação de 9.820 postos de trabalho com carteira assinada. O resultado positivo decorre da diferença entre 57.868 admissões e 48.048 desligamentos. Os dados são do Ministério da Economia, que divulgou hoje (28) as Estatísticas Mensais do Emprego Formal, o Novo Caged, siste-

matizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

"Mesmo com o agravamento da pandemia do coronavírus em todo o país e a necessária intensificação das medidas restritivas, a Bahia lidera a geração de emprego no Nordeste em

março e também no acumulado deste ano, com 42.718 postos criados entre janeiro e março, ocupando a sexta colocação entre os estados da Federação. Vale destacar que desde julho de 2020 a Bahia vem apresentando saldo positivo na geração de trabalho com carteira assinada", ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

# Tribuna

## Salvador foi o destino nacional mais vendido em 2020, segundo anuário

As diversas ações e estratégias para fortalecer o turismo em Salvador realizadas pela Prefeitura, através da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), vêm dando certo e contribuem para a economia

da cidade, principalmente neste período de pandemia de Covid-19. De acordo com a divulgação do anuário da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA), a capital baiana foi o destino mais vendido nacionalmente em 2020, seguido de Maceió e Natal (2º) e Rio de Janeiro e São Paulo (3º). Somente o Nordeste recebeu cerca de 2 milhões de turistas através das operadoras da Braztoa, representando 70% das vendas nacionais.

Para Salvador voltar a ser escolhida pelo turista foi necessária a realização de ações para mostrar ao visitante a importância de conhecer ou voltar à cidade. Tudo isso foi possível devido à adoção da estratégia de marketing turístico na promoção do destino, que inclui as campanhas digitais em formato de webseries que conquistaram milhões de visualizações.

Também integram a lista de iniciativas de atração de

visitantes as obras de requalificação da orla, a criação do Selo Verificado e certificação do Safe Travel, a revitalização do Centro ao Atendimento ao Turista (CAT), o Capacita – programa de capacitação dos trabalhadores formais e informais do segmento turístico, e a promoção de press trips com jornalistas internacionais. Houve, ainda, a reabertura dos equipamentos culturais administrados pela Secult seguindo todos os protocolos de segurança e sanitários: Casa do Carnaval, no Centro Histórico; Casa do Rio Vermelho – Jorge Amado e Zélia Gatta; e espaços Carybé das Artes, no Forte São Diogo, e Pierre Verger da Fotografia Baiana, no Forte de Santa Maria. Para o titular da Secult, Fábio Mota, os resultados são gratificantes pelo esforço realizado pela administração municipal de resgate da cultura e do orgulho dos soteropolitanos em receber os turistas.

CASTRO. EM 21 DE OUTUBRO DE 1969

Propriedade:  
Site-Editora

### REDAÇÃO

Editor de Política.....Guilherme Reis  
Editor Raio Laser.....Raul Monteiro  
Editor de Esportes.....Luiz Brito

Gerente Administrativo Financeiro Gerente de Circulação  
Mário Saback

**1.tribuna@terra.com.br**



Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/04/21	



## LEI APROVADA NA ALBA DEVE RESULTAR EM 36 MIL NOVOS EMPREGOS E EM R\$30 BI DE INVESTIMENTOS



admin 28 Abril, 2021

O Projeto de Lei 24.069/2021, aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia nesta quarta-feira (28), que dispõe sobre o regime jurídico dos bens imóveis do Estado destinados a viabilizar empreendimentos industriais, terá como principais benefícios a retomada do crescimento econômico, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A pasta informa ainda que a nova legislação vai viabilizar a implantação de cerca de 300 empreendimentos, com estimativa de gerar 36 mil empregos diretos e um volume de R\$ 30 bilhões em investimentos privados.

“Agradecemos aos deputados e deputadas que entenderam a importância da matéria e votaram pela aprovação deste importante projeto. Além de viabilizar novos investimentos e empregos para o estado, essa nova lei não permitirá a especulação imobiliária em áreas públicas e concederá legitimidade ao trabalho da SDE na atração de novos investimentos para a Bahia”, destacou o vice-governador João Leão, titular da pasta de Desenvolvimento Econômico do Estado.

A SDE explicou ainda que a legislação aprovada no parlamento baiano vai dar andamento à processos de alienação ou concessão de áreas e imóveis do Estado descontinuados com a extinção da Sudic e do CIS e possibilitará a validação dos atos administrativos, de alienação ou concessão, destinados às empresas antes da extinção das duas autarquias, gerando maior segurança jurídica.

Em outro ponto, esclarece a Secretaria, o Projeto de Lei dará autonomia para a SDE gerir os mercados varejistas e centrais de abastecimento do Estado – Ceasa, Mercados de Paripe, das Sete Portas, do Ogunjá e do Rio Vermelho. Isto implica na regularização do uso das áreas e boxes dos equipamentos, aplicação de atos jurídicos para concessão de novos boxes, exploração de estacionamento, além de permitir celebrar acordos e transações extrajudiciais com permissionários inadimplentes.

Foto: Manu Dias/GOVBA

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/04/21	



## DÍVIDA PÚBLICA SOBE 0,85% E ULTRAPASSA R\$ 5,2 TRILHÕES



admin 28 Abril, 2021

O vencimento de um grande volume de títulos corrigidos pela Selic diminuiu o ritmo de alta da Dívida Pública Federal (DPF) em março. Mesmo assim, o indicador ultrapassou a barreira de R\$ 5,2 trilhões no mês.

Segundo números divulgados hoje (28) pelo Tesouro Nacional, a DPF subiu de R\$ 5,199 trilhões em fevereiro para R\$ 5,243 trilhões em março, com alta de 0,85%. O Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, prevê que o estoque da DPF encerre o ano entre R\$ 5,6 trilhões e R\$ 5,9 trilhões.



A dívida pública mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 0,74%, passando de R\$ 4,951 trilhões em fevereiro para R\$ 4,987 trilhões em março. No mês passado, o Tesouro emitiu apenas R\$ 1,11 bilhão em títulos a mais do que resgatou, mas a apropriação de juros somou R\$ 35,36 bilhões. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública.

Em março, o Tesouro emitiu R\$ 164,52 bilhões, acima de R\$ 150 bilhões pelo sétimo mês consecutivo. Os resgates somaram R\$ 163,41 bilhões, impulsionados principalmente pela concentração de vencimentos de títulos indexados à Selic (juros básicos da economia). Esses vencimentos contribuíram para segurar a alta da dívida pública no mês passado.

A dívida pública federal externa (DPFe) aumentou 3,04%, passando de R\$ 247,93 bilhões em fevereiro para R\$ 255,46 bilhões em março. Contribuiu para a alta de 3,02% do dólar no mês passado.

## Colchão

Nos últimos meses, o Tesouro tem emitido mais títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência), que foi parcialmente consumido no início da pandemia da covid-19. Essa reserva subiu de R\$ 933,2 bilhões em fevereiro para R\$ 1,119 trilhão em março e atualmente cobre sete meses de vencimento. Em abril e maio, vencerão R\$ 435 bilhões em títulos federais.

Nos primeiros meses da pandemia da covid-19, o governo queimou parte desse colchão para compensar a instabilidade no mercado financeiro. Em agosto do ano passado, o Banco Central teve de repassar ao Tesouro R\$ 325 bilhões para ajudar a recompor essa reserva. O restante está sendo feito com o aumento das emissões.

## Composição

Com a concentração de vencimentos de títulos corrigidos pela Selic, a proporção desses papéis na DPF caiu de 34,82% em fevereiro para 33,78% em março. O PAF prevê que a fatia da Selic na dívida pública encerre o ano numa faixa entre 28% e 32%.

A proporção de títulos prefixados na DPF subiu levemente, de 34,36% para 34,67%. O PAF prevê que o indicador feche 2021 entre 38% e 42%.

A fatia de títulos vinculados à inflação foi a que mais aumentou, passando de 25,78% para 26,38%. Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública subiu levemente, de 5,05% para 5,17%. Os dois tipos de indexadores estão dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2021, entre 24% e 28% para a inflação e entre 3% e 7% para o câmbio.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

<b>Veiculo: Bahia.BA</b>	
<b>Data: 29.04.2021</b>	<b>Caderno: Economia</b>

Publicado em 29/04/2021 às 07h36.

## **Bahia recebe mais 336,3 mil doses de vacinas nesta quinta-feira**

**Voo com 6.800 doses de CoronaVac e 329.500 doses de Oxford/AstraZeneca está previsto para desembarcar no estado às 9h45**

**Rayllanna Lima**

A Bahia recebe na manhã desta quinta-feira (29) uma nova carga com doses de vacinas contra a Covid-19, enviadas pelo governo federal.

Conforme informou o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, um voo com 6.800 doses de CoronaVac e 329.500 doses de Oxford/AstraZeneca está previsto para desembarcar no aeroporto de Salvador às 9h45.

“Tem vacina chegando hoje! Com emoção”, comemorou, em publicação nas suas redes sociais.

A vacina contra a Covid-19 tem chegado na Bahia e em outras regiões do país a passos curtos, gerando a suspensão da vacinação em algumas cidades.

Diante disso, Vilas-Boas publicou uma lista com [respostas](#) sobre os problemas que envolvem a vacinação e implicam no atraso da segunda dose.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 29.04.2021	Caderno: Economia

Publicado em 29/04/2021 às 06h49.

# Atrasou a segunda dose da CoronaVac? Veja o que fazer

## Secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas fez uma lista para tirar possíveis dúvidas sobre a falta de vacinas e suas implicações

Rayllanna Lima

Foto: Fernando Vivas/GOVBA

Os imbróglios envolvendo a vacinação contra a Covid-19 no Brasil têm gerado muitas dúvidas à população, sobretudo aos que aguardam a segunda dose da vacina.

Pensando nisso, o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, publicou em seu perfil no Instagram, nesta quinta-feira (29), uma lista com perguntas e respostas que podem ajudar com alguns esclarecimentos.

Na publicação, Vilas-Boas explica a motivação da falta de vacina, as implicações disso e o que fazer caso o tempo estipulado para a aplicação da segunda dose seja ultrapassado. Confira abaixo:

### **1) Por que está faltando vacinas para a segunda dose?**

De acordo com o Ministério da Saúde, os fabricantes não estão conseguindo entregar as vacinas conforme contrato estabelecido, sobretudo, por dificuldades na importação do IFA (Insumo Farmacêutico Ativo), que é a base da produção da vacina. Deste modo, o cronograma de entregas previsto pelo Ministério da Saúde não está sendo cumprido, ocasionando o desabastecimento da segunda dose na maioria dos municípios baianos.

Cabe esclarecer 60% das segundas doses a serem aplicadas a partir de 1º de maio já foram enviadas aos municípios. Os 40% restantes aguardam envio do Ministério da Saúde. Vale ressaltar que neste período foram identificados frascos que embora indicassem conter 10 doses, apresentavam nove e em alguns casos oito doses.

**2) O Governo do Estado e as prefeituras não deveriam provisionar 50% do que fosse entregue pelo Ministério da Saúde a fim de garantir as duas doses?**

Até a sétima entrega realizada pelo Ministério da Saúde, o Estado provisionava 50% do carregamento a fim de garantir a imunização completa com a segunda dose. Entretanto, por determinação do Ministério da Saúde, as remessas posteriores foram integralmente distribuídas sem que existisse a retenção habitual. Na prática, isso significa que o Ministério da Saúde tem a obrigação de garantir a segunda dose em tempo hábil, sob risco de reduzir o efeito da primeira dose.

**3) Qual a implicação disso?**

Pode acontecer uma menor proteção em virtude da aplicação de apenas uma dose.

**4) Se eu não tomar a segunda dose dentro do prazo estabelecido, perco a primeira dose?**

Não há evidências de que se perca o efeito protetor. O que pode acontecer é uma menor proteção em virtude da aplicação de apenas uma dose. E assim que possível, deve-se completar o esquema vacinal com a segunda dose.

**5) Terei que tomar uma terceira dose?**

Não. Similar ao que ocorre com a vacina contra a gripe, o Programa Nacional de Imunização (PNI) deve incluir a vacina contra o coronavírus no calendário vacinal permanente, sendo necessário o reforço da imunização anualmente.

**6) Quantos dias pode atrasar?**

O fabricante da Coronavac, que é o Instituto Butantan, determina que o prazo máximo entre as duas doses seja de 28 dias. No entanto, o Ministério da Saúde tem sinalizado que este prazo deve ser ampliado para 40 dias, sem que haja redução da eficácia.



Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/04/2021	



## Lei aprovada na Alba deve resultar na geração de 36 mil empregos, aponta SDE

28 abril 2021



Foto: Manu Dias/GOVBA

O Projeto de Lei 24.069/2021, aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nesta quarta-feira (28), que dispõe sobre o regime jurídico dos bens imóveis do Estado destinados a viabilizar empreendimentos industriais, terá como principais benefícios a retomada do crescimento econômico, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A pasta informa ainda que a nova legislação vai viabilizar a implantação de cerca de 300 empreendimentos, com estimativa de gerar 36 mil empregos diretos e um volume de R\$ 30 bilhões em investimentos privados.

“Agradecemos aos deputados e deputadas que entenderam a importância da matéria e votaram pela aprovação deste importante projeto. Além de viabilizar novos investimentos e empregos para o estado, essa nova lei não permitirá a especulação imobiliária em áreas públicas e concederá legitimidade ao trabalho da SDE na atração de novos investimentos para a Bahia”, destacou o vice-governador João Leão, titular da pasta de Desenvolvimento Econômico do Estado.

A SDE explicou ainda que a legislação aprovada no parlamento baiano vai dar andamento à processos de alienação ou concessão de áreas e imóveis do Estado descontinuados com a extinção da Sudic e do CIS e possibilitará a validação dos atos administrativos, de alienação ou concessão, destinados às empresas antes da extinção das duas autarquias, gerando maior segurança jurídica.

Em outro ponto, esclarece a secretaria, o Projeto de Lei dará autonomia para a SDE gerir os mercados varejistas e centrais de abastecimento do Estado – Ceasa, Mercados de Paripe, das Sete Portas, do Ogunjá e do Rio Vermelho. Isto implica na regularização do uso das áreas e boxes dos equipamentos, aplicação de atos jurídicos para concessão de novos boxes, exploração de estacionamento, além de permitir celebrar acordos e transações extrajudiciais com permissionários inadimplentes.

**Fonte: Ascom/SDE**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/04/2021	



## **Governo da Bahia envia projeto de lei à Assembleia Legislativa para venda de imóveis na capital e interior**

28 abril 2021

O Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), na tarde desta quarta-feira (28), o projeto de lei para a venda de imóveis na capital e interior. Entre os imóveis em Salvador estão a rodoviária, o Detran e o Centro de Convenções. O valor adquirido com a venda desses e de outros bens será integralmente alocado no Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia (Funprev).

O projeto de lei encaminhado solicita autorização para que o poder executivo baiano possa alienar, por meio de leilão, os bens e imóveis de propriedade do Estado que constam no projeto.

Os recursos obtidos com a venda serão destinados ao Funprev para diminuir o déficit previdenciário do Estado, que vem aumentando à medida que o governo tem alcançado sucessivos recordes de concessão de aposentadoria. O déficit atual do Fundo é de R\$ 5,5 bilhões.

Na lista de imóveis que serão vendidos estão alguns hotéis ocupados de forma irregular em cidades como Campo Formoso, Juazeiro, Jacobina, Uauá, Ibotirama, Cipó e Piritiba.

### **Confira abaixo lista completa dos imóveis:**

Prédio – Calçada / Avenida Jequitaia, Largo de Água de Meninos, nº 217, Bairro: Calçada, Município / Salvador

Terreno – Monte Serrat / Rua Jacuípe, s/n, Bairro: Mont Serrat, Município: Salvador

Prédio – Rio das Pedras / Praça Frei Lino Graflage, s/n, Município: Campo Formoso

Prédio – Juazeiro / Rua José Petitinga, nº 466, Bairro: Santo Antonio, Município: Juazeiro

Terreno – Paramirim / Rua Dr. Aurélio J. Rocha, nº 47, Município: Paramirim

Prédio – Riacho de Santana / Rua Duque de Caxias e Dois de Julho, nº 346, Município: Riacho de Santana

Fazenda – Aramari / Fazenda Granja Leiteira, s/n, Município: Aramari

Fazenda – Eunápolis / Localizado na Região do Rio Santa Cruz, s/n, Município: Eunápolis

Fazenda – Itapetinga / Estrada Ilhéus/Conquista, Fazenda Mariano Santos, Município: Itapetinga

Terreno – Iraquara / Rua da Palmeira, nº 9996, Bairro: Centro, Município: Iraquara

Terreno – Itaberaba / Avenida Juracy Magalhães, s/n, Bairro: MontaPrimavera, Município: Itaberaba

Prédio – Jacobina / Rua Alto do Monte Tabor, s/n, Bairro: Caixa D'Água, Município: Jacobina

Prédio – Uauá / Rua Salomão Dias Ribeiro ou Avenida Vaza Barris, nº 341-369, Bairro: Centro, Município: Uauá

Prédio – Ibotirama / Rua General Teixeira Lott, nº 1249, Bairro: Alto do Fundão, Município: Ibotirama

Prédio – Cipó / Praça Juracy Magalhães, s/n, Bairro: Caldas de Cipó, Município: Cipó

Terreno – Candeal / Alameda Costa e Silva, s/n, Bairro: Brotas, Município: Salvador

Prédio – Jardim Armação / Avenida Simon Bolívar, s/n, Bairro: Jardim Armação, Município: Salvador

Prédio – Livramento de Nossa Senhora / Rua Ursino S. de Meira Júnior, s/n, Bairro: Centro, Município: Livramento de Nossa Senhora

Terreno – Camaçari / Rodovia BA 535 – KM 15, Via Parafuso, s/n, Município: Camaçari

Prédio – Amaralina / Rua Fernando de Noronha, nº 03, Bairro: Amaralina, Município: Salvador

Prédio – Piritiba / Avenida Dr. Walter Brandão da Silva, s/n, Bairro: Aymoré, Município: Piritiba

Prédio – Boca do Rio / Rua do Caxundé, nº 13, Bairro: Boca do Rio, Município: Salvador

Terreno – Garibaldi / Estrada São Lázaro e Fazenda Paciência, s/n, Bairro: Ondina, Município: Salvador

Prédio – Feira de Santana / Rua Senador Quintino, nº 523, Bairro: Olhos D'Água, Município: Feira de Santana

Terrenos – Canela / Rua Pedro Lessa, nº 123, Bairro: Canela, Município: Salvador

Prédio – Iguatemi / Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 7744, Bairro: Saramandaia, Município: Salvador

Prédio – Iguatemi / Avenida Antônio Carlos Magalhães, s/n, Bairro: Saramandaia, Município: Salvador

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/04/2021	



## Bolsa Presença beneficia famílias de estudantes indígenas, quilombolas e do campo

28 abril 2021



As famílias de estudantes indígenas, quilombolas e do campo da rede estadual de ensino já estão utilizando o benefício do Programa Bolsa Presença. Elas fazem parte das 311 mil famílias, com cadastro no CadÚnico, que receberão o crédito mensal de R\$ 150, por seis meses, para que os 357 mil estudantes alcançados com a iniciativa permaneçam na escola e possam continuar fortalecendo suas aprendizagens. O Bolsa Presença faz parte do Programa Estado Solidário, do Governo da Bahia, e representa um investimento com recursos próprios do Estado em torno de R\$ 280 milhões.

O vice-cacique Natan Neves, da etnia Pataxó, residente na Aldeia Tawá, localizada em Prado, já pegou o cartão de sua família, juntamente com a esposa, Luciene dos Santos, no Colégio Estadual Indígena Tawá. Ele falou sobre a importância do programa. “Sou pai de oito filhos e é muito bom, neste momento de pandemia difícil para todos nós, receber mais este benefício. Para nós, esta iniciativa é de grande valor, pois temos certeza de que não vai faltar o pão na mesa dos nossos filhos”, afirmou. Lucilene também ficou feliz com o Bolsa Presença. “Agradeço muito ao Governo do Estado por este auxílio, pois vamos poder comprar alimentos para os nossos filhos”, disse.

No distrito de Laje dos Negros, em Campo Formoso, a quilombola Patrícia Ferreira, mãe dos estudantes Rian Ferreira dos Santos, 18, 3º ano, e Thais Santos Ferreira, 16, 1º ano, já pegou o cartão de sua família, no Colégio Estadual Quilombola Luís José dos Santos. “Neste tempo de pandemia, tudo fica mais difícil e este benefício do Bolsa Presença veio em boa hora, pois vai ajudar a nós, mães e pais de família, na compra de alimentos para os nossos filhos”, afirmou.

### Sobre o programa

O benefício do Bolsa Presença é por família, mas o aluno pode acumular com os demais benefícios que recebe, ou seja, os R\$ 55, por parcela, do vale-alimentação estudantil e os R\$ 100 se for monitor do programa Mais Estudo. Cada beneficiário possui um cartão específico para utilização. O valor poderá ser utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios, artigos de limpeza e compras em farmácias ou para outra destinação de interesse da família, como material escolar, por exemplo.

Além de a família estar cadastrada no CadÚnico, as condições para que o aluno matriculado receba o auxílio Bolsa Presença são: assiduidade nas aulas ministradas pela unidade escolar em que esteja matriculado, com frequência mínima de 75%; participação do estudante e da sua família nas atividades e avaliações escolares;



desenvolvimento do projeto de vida e intervenção social; e manutenção atualizada dos dados cadastrais na unidade escolar e no CadÚnico.

### **Consulta**

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) disponibilizou um link para a consulta sobre o direito ao Programa Bolsa Presença. A consulta pode ser feita através do sistema SIADIANTE, da Secretaria da Educação, pelo endereço <https://bit.ly/2Ri1WrX>. Quem não tem acesso à internet poderá ligar para a escola e solicitar a consulta no sistema.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/04/2021	



## Bahia cria 9.820 postos de trabalho em março e lidera o Nordeste

28 abril 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

A Bahia liderou a geração de emprego no Nordeste em março de 2021, com a criação de 9.820 postos de trabalho com carteira assinada. O resultado positivo decorre da diferença entre 57.868 admissões e 48.048 desligamentos. Os dados são do Ministério da Economia, que divulgou nesta quarta-feira (28) as Estatísticas Mensais do Emprego Formal, o Novo Caged, sistematizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan).

“Mesmo com o agravamento da pandemia do coronavírus em todo o país e a necessária intensificação das medidas restritivas, a Bahia lidera a geração de emprego no Nordeste em março e também no acumulado deste ano, com 42.718 postos criados entre janeiro e março, ocupando a sexta colocação entre os estados da Federação. Vale destacar que desde julho de 2020 a Bahia vem apresentando saldo positivo na geração de trabalho com carteira assinada”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

No terceiro mês do ano, no Nordeste, cinco estados criaram posições de trabalho. A Bahia (+9.820 postos) foi acompanhada pelo Maranhão (+3.629 postos), Rio Grande do Norte (+2.116 postos), Paraíba (+2.082 postos) e Piauí (+1.236 postos). Em contrapartida, Alagoas (-8.310 postos), Pernambuco (-2.762 postos), Ceará (-1.564 postos) e Sergipe (-1.457 postos) encerraram posições celetistas.

“Avaliando-se os dados referentes aos saldos de empregos distribuídos no estado, em março de 2021, constata-se ganho de emprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e no interior. De forma mais precisa, na RMS, foram criados 2.488 postos de trabalho, em março deste ano, e no interior foram geradas 7.332 posições celetistas”, destaca o secretário estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Davidson Magalhães. Quanto ao saldo de emprego acumulado no ano de 2021, enfatiza-se a abertura de postos de trabalho com carteira assinada na RMS (+14.068 postos) e no interior (+28.650 postos).

Exceto Alojamento e alimentação (-1.909 postos) e Comércio (-642 postos), que fecharam posições celetistas, todos os outros setores geraram postos no mês de março de 2021: Administração pública (+4.273 postos), Indústria geral (+2.719 postos), Informação, comunicação e outras atividades (+1.536 postos), Construção (+1.478 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+1.449 postos), Transporte, armazenagem e correio (+592 postos), Outros serviços (+321 postos) e Serviços domésticos (+3 postos).

**Fonte: Ascom/SEI**

Veículo: Política Livre	
Data: 29/04/2021	Caderno: Economia



## Impasse entre empresas e governo sobre retirada do ICMS da base do PIS/Cofins está no STF

### ECONOMIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decide a partir desta quinta-feira, 29, o desfecho de um impasse bilionário entre a União e empresas em torno da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A Corte já decidiu em 2017 que a cobrança é inconstitucional, mas o alto impacto nas contas levou o governo a pedir a “modulação” dos efeitos apenas para o futuro. As empresas, por sua vez, querem a devolução do que foi recolhido indevidamente no passado.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estima que uma decisão favorável às empresas tenha impacto potencial de R\$ 258,3 bilhões, volume capaz de agravar ainda mais a situação das contas brasileiras. As empresas, por sua vez, questionam o cálculo e também argumentam que ignorar o passivo pode prejudicar os balanços das companhias.

A questão é tão sensível para a equipe econômica que, às vésperas do julgamento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com o presidente do STF, ministro Luiz Fux, para tentar apresentar os argumentos da União em defesa do recurso federal. Ele esteve acompanhado do procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano.

Nos últimos meses, a Receita Federal já tem observado um crescimento expressivo nas chamadas compensações tributárias, quando empresas declaram ter créditos a receber e usam isso para pagar menos imposto. Em outubro do ano passado, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, reconheceu que esse aumento era fruto da decisão do STF.

Na prática, as empresas começaram a se antecipar à decisão do STF e passaram a cobrar os créditos. Só no ano passado, as compensações somaram R\$ 167,7 bilhões, um aumento de quase 60% em relação ao observado em 2019, quando o valor ficou em R\$ 105,5 bilhões. A tendência permanece para este ano. No primeiro trimestre de 2021, as compensações somaram R\$ 48,4 bilhões, contra R\$ 34,5 bilhões em igual período de 2020. Os números já estão corrigidos pela inflação.

Caso as empresas tenham uma derrota no STF, elas poderão ter que restituir à Receita esses valores descontados indevidamente. Um integrante da equipe econômica explicou ao Estadão/Broadcast que, independentemente da origem da compensação, ela precisa ser homologada pela Receita em até cinco anos. Nesse período, ela pode ser validada ou alterada se estiver em desacordo com a legislação. “Se a decisão for distinta da que motivou a compensação, necessariamente haverá revisão”, explicou a fonte.

Após o julgamento de 2017, diversas companhias, inclusive aquelas listadas na Bolsa de Valores, começaram a incluir os créditos a que julgam ter direito em seus balanços como ativo. O risco, caso o STF decida favorável à União, é essas empresas precisarem reconhecer as perdas, o que teria impacto sobre o mercado de capitais brasileiro, argumentaram empresas, investidores institucionais e companhias abertas em carta aberta divulgada também na véspera da decisão.

“Haverá prejuízos e perda de valor de mercado das ações. Estamos falando de bilhões e bilhões. Valores substanciais e companhias importantes afetadas”, disse ao Estadão/Broadcast o presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Eduardo Lucano.

Há preocupação também em relação à percepção de insegurança jurídica que será passada aos investidores internacionais e agentes econômicos no caso de reversão de uma decisão tomada em plenário e com repercussão geral conhecida. “Se isso acontecer, será um tsunami. O mercado de capitais sofre como um todo, o investimento sofre”, diz Lucano.

Apesar da ansiedade em torno do tema, o julgamento pode não terminar nesta quinta-feira. O primeiro item da pauta é uma ação sobre patentes farmacêuticas, tema considerado complexo por integrantes da corte, o que pode levar a discussão tributária a se estender até a semana que vem.



# Corte mantém na pauta patentes e exclusão do ICMS

Expectativa de especialistas, porém, é a de que o julgamento tributário só aconteça na próxima quarta-feira

**Por Beatriz Olivon** — De Brasília

29/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

Dias Toffoli: indicação de voto contra prazo estendido, com modulação dos efeitos — Foto: Divulgação

Duas importantes questões ficaram para a pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) de hoje. Além do julgamento sobre patentes, iniciado ontem e que reúne 15 partes interessadas (*amicus curiae*), um possível recorde, os ministros poderão voltar à chamada “tese do século”, que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Discussão que, no pior cenário, pode custar R\$ 258,3 bilhões à União.

Preocupado com o desfecho da questão tributária, que permanecia na pauta até a noite desta quarta-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu ontem com o presidente do STF, ministro Luiz Fux. A expectativa de especialistas, porém, é a de que o julgamento seja transferido para a próxima quarta-feira. A análise do recurso da União no caso (embargos de declaração) está sendo aguardada desde 2017.

A questão das patentes vem sendo pautada nas últimas semanas, em decorrência da pandemia. O procurador-geral da República, Augusto Aras, que propôs a ação, indica que a decisão pode afetar patentes ligadas a tratamentos que podem ter algum efeito no contexto atual.

Os ministros vão decidir sobre a validade do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (nº 9.279, de 1996), que estabelece prazo mínimo de dez anos de proteção para patentes, em caso de demora na análise dos pedidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Vale para os casos em que a análise superar uma década. Em geral, o período previsto para invenções é de 20 anos.

Na sessão realizada ontem, o relator, ministro Dias Toffoli, afirmou que já havia adiantado seu voto, dando a entender que vai manter o entendimento adotado na liminar concedida no começo do mês. Na decisão, afastou o prazo estendido apenas para as patentes de medicamentos ou equipamentos da área de saúde que ainda seriam concedidas com atraso.

Na liminar, há uma parte com o título “do voto de mérito a ser proferido”. Nela, Toffoli diz que o dispositivo é inconstitucional e que o prazo indeterminado tem como consequência prática a ausência de uma limitação temporal para a proteção patentária no Brasil. Como modulação de efeitos, o voto indica como marco inicial a data do julgamento, não atingindo as patentes já concedidas com o prazo estendido.

A modulação gerou desconforto na sessão. O relator não gostou de um dos advogados da ação ter dito se tratar de uma “modulação de alfaiataria” na sustentação oral. Toffoli disse se tratar de “tratamento desleal” ao STF.

“Quanto maior a mora para que o INPI aprecie o pedido, maior o benefício temporal fruído”, afirmou Aras, em sustentação oral. A inexistência de um termo certo a partir do qual os concorrentes poderão explorar o produto impede o surgimento de competidores, acrescentou ele, “pois dificilmente uma empresa fará investimentos sem saber quando poderá fruir do produto, por causa da patente”.

Já o advogado-geral da União, André Mendonça, disse que a lei não viola a Constituição e haverá insegurança jurídica se for adotado efeito retroativo a eventual inconstitucionalidade. De acordo com ele, a compensação temporal é importante porque havia um desequilíbrio entre o volume de pedidos depositados e análises. Ele acrescentou que, no fim deste ano, o tempo médio para concessão de patentes passará a ser de dois anos.

Já Felipe Santa Cruz, advogado do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (IBPI), destacou outros dados. Neste ano, disse, 51% das patentes farmacêuticas sairão com a extensão indevida e em dez medicamentos com extensão patentária no Brasil a proteção chega a 30 anos, enquanto nos Estados Unidos esses mesmos medicamentos têm proteção de 20 anos.

Ainda de acordo com o advogado, esse fato impacta o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem 20% de suas despesas com a compra de medicamentos. A economia com 18 medicamentos, disse, chegaria a R\$ 3,2 bilhões.

Gustavo Freitas Moraes, que representa a Interfarma, que reúne farmacêuticas estrangeiras, afirmou, por sua vez, que as empresas não se beneficiam da demora do INPI. “Já entramos com ações contra o INPI pela demora. O atraso causa grande desconforto para as empresas”, disse ele, acrescentando que não há desabastecimento de medicamentos ligados à covid-19 em razão dessa extensão de prazo.





# Impasse entre empresas e governo sobre retirada do ICMS da base do PIS/Cofins está no STF

*Corte já decidiu em 2017 que cobrança do imposto é inconstitucional, mas governo pediu adiamento dos efeitos da sentença, devido ao impacto potencial de R\$ 258,3 bilhões nas contas públicas*

**Idiana Tomazelli, Rafael Moraes Moura e Mariana Durão, O Estado de S.Paulo**

29 de abril de 2021 | 05h00

BRASÍLIA E RIO - O **Supremo Tribunal Federal (STF)** decide a partir desta quinta-feira, 29, o desfecho de um impasse bilionário entre a **União** e empresas em torno da retirada do **ICMS** da base de cálculo do **PIS/Cofins**. A Corte já decidiu em 2017 que a cobrança é inconstitucional, mas o alto impacto nas contas levou o governo a pedir a “modulação” dos efeitos apenas para o futuro. As empresas, por sua vez, querem a devolução do que foi recolhido indevidamente no passado.

A **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)** estima que uma decisão favorável às empresas tenha impacto potencial de R\$ 258,3 bilhões, volume capaz de agravar ainda mais a situação das contas brasileiras. As empresas, por sua vez, questionam o cálculo e também argumentam que ignorar o passivo pode prejudicar os balanços da companhias.

A questão é tão sensível para a equipe econômica que, às vésperas do julgamento, o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, se reuniu com o presidente do STF, ministro **Luiz Fux**, para tentar apresentar os argumentos da **União** em defesa do recurso federal. Ele esteve acompanhado do **procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano**.

Nos últimos meses, a **Receita Federal** já tem observado um crescimento expressivo nas chamadas compensações tributárias, quando empresas declaram ter créditos a

receber e usam isso para pagar menos imposto. Em outubro do ano passado, o **chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias**, reconheceu que esse aumento era fruto da decisão do STF.

Na prática, as empresas começaram a se antecipar à decisão do STF e passaram a cobrar os créditos. Só no ano passado, as compensações somaram R\$ 167,7 bilhões, um aumento de quase 60% em relação ao observado em 2019, quando o valor ficou em R\$ 105,5 bilhões. A tendência permanece para este ano. No primeiro trimestre de 2021, as compensações somaram R\$ 48,4 bilhões, contra R\$ 34,5 bilhões em igual período de 2020. Os números já estão corrigidos pela inflação.

Caso as empresas tenham uma derrota no STF, elas poderão ter que restituir à Receita esses valores descontados indevidamente. Um integrante da equipe econômica explicou ao **Estadão/Broadcast** que, independentemente da origem da compensação, ela precisa ser homologada pela Receita em até cinco anos. Nesse período, ela pode ser validada ou alterada se estiver em desacordo com a legislação. “Se a decisão for distinta da que motivou a compensação, necessariamente haverá revisão”, explicou a fonte.

### **Insegurança jurídica**

Após o julgamento de 2017, diversas companhias, inclusive aquelas listadas na **Bolsa de Valores**, começaram a incluir os créditos a que julgam ter direito em seus balanços como ativo. O risco, caso o STF decida favorável à União, é essas empresas precisarem reconhecer as perdas, o que teria impacto sobre o mercado de capitais brasileiro, argumentaram empresas, investidores institucionais e companhias abertas em carta aberta divulgada também na véspera da decisão.

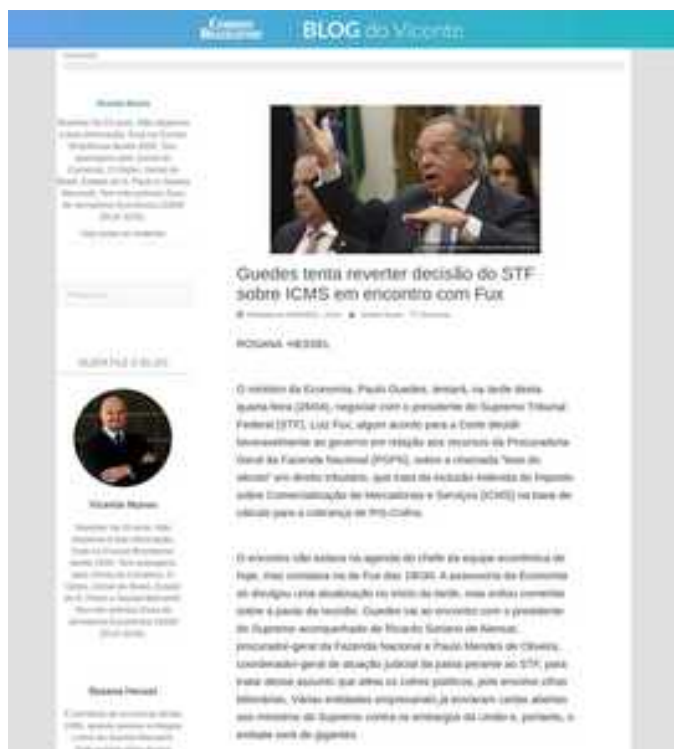
“Haverá prejuízos e perda de valor de mercado das ações. Estamos falando de bilhões e bilhões. Valores substanciais e companhias importantes afetadas”, disse

ao **Estadão/Broadcast** o **presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Eduardo Lucano**.

Há preocupação também em relação à percepção de insegurança jurídica que será passada aos investidores internacionais e agentes econômicos no caso de reversão de uma decisão tomada em plenário e com repercussão geral conhecida. “Se isso acontecer, será um tsunami. O mercado de capitais sofre como um todo, o investimento sofre”, diz Lucano.

Apesar da ansiedade em torno do tema, o julgamento pode não terminar nesta quinta-feira. O primeiro item da pauta é uma ação sobre patentes farmacêuticas, tema considerado complexo por integrantes da corte, o que pode levar a discussão tributária a se estender até a semana que vem.

## Guedes tenta reverter decisão do STF sobre ICMS em encontro com Fux



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

ROSANA HESSEL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tentará, na tarde desta quarta-feira (28/04), negociar com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, algum acordo para a Corte decidir favoravelmente ao governo em relação aos recursos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), sobre a chamada 'tese do século' em direito tributário, que trata da inclusão indevida do Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo para a cobrança de PIS-Cofins.

O encontro não estava na agenda do chefe da equipe econômica de hoje, mas constava na de Fux das 18h30. A assessoria da Economia só divulgou uma atualização no início da tarde, mas evitou comentar sobre a pauta da reunião. Guedes vai ao encontro com o presidente do Supremo acompanhado de Ricardo Soriano de Alencar, procurador-geral da Fazenda Nacional e Paulo

Mendes de Oliveira, coordenador-geral de atuação judicial da pasta perante ao STF, para tratar desse assunto que afeta os cofres públicos, pois envolve cifras bilionárias. Várias entidades empresariais já enviaram cartas abertas aos ministros do Supremo contra os embargos da União e, portanto, o embate será de gigantes.

O Supremo deverá julgar, amanhã (29/04), os embargos de declaração da PGFN contra o acórdão da Corte que considerou, em 2 outubro de 2017, a inclusão do Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo para a cobrança de PIS-Cofins. O processo foi relatado pela ministra Cármen Lúcia e o placar da votação foi 6 a favor e 4 contra, sendo vencidos os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Antonio Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Votaram a favor e junto com a relatora os ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello e Celso de Melo.

Naquele ano, as estimativas do Ministério da Economia que constavam no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) é que os prejuízos poderiam chegar a R\$ 250,3 bilhões e, de acordo com a pasta, o valor atualizado para 2020 sobre o impacto econômico é de R\$ 258,3 bilhões. 'É importante destacar que esses valores não consideram a possibilidade de dedução do ICMS destacado na nota, o que tornaria o impacto orçamentário mais difícil de prever', informou a pasta.

Esse montante de perdas, contudo, não é muito bem explicado, na avaliação de analistas, pois o Fisco não vem registrando queda na **arrecadação** após a decisão do Supremo de 2017. Vale lembrar que, recentemente, o ministro Paulo Guedes, comemorou o dado recorde registrado em março, de R\$ 137,9 bilhões, com

aumento real (descontada a inflação) de quase 20% sobre o mesmo mês de 2020.

Para especialistas, um favorecimento da União para uma decisão sobre uma tese consolidada - a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo sobre PIS-Cofins - e que tem decisões transitada em julgado em várias instâncias após o acordão da decisão de março de 2017 deverá provocar mais insegurança jurídica.

Nos embargos de declaração, a PGFN pede uma nova data para a modulação da decisão e pede a consideração dos créditos de ICMS nos descontos do ICMS, ou seja, a inclusão desse desconto na base de cálculo de PIS-Cofins, para que seja destacado nas notas o tributo 'efetivamente recolhido'.

'O Supremo demorou muito a decidir esse tema que estava sendo discutido desde 2000. Foram 17 anos e não quero entrar no mérito se a decisão foi boa ou ruim. O certo é que foi decidido em 2017 e fazer uma nova modulação não faz sentido. A modulação existe para evitar que determinadas decisões gerem insegurança jurídica, porque a modulação tem que ocorrer em um período próximo da decisão e não quatro anos depois', alertou o advogado Eduardo Maneira, presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da Organização dos Advogados do Brasil (OAB). Para ele, qualquer parâmetro a ser utilizado para modulação a partir de agora será injusta.

'Os processos já foram julgados em sua maioria e como obrigar agora a devolução desse dinheiro. Nossa posição em relação aos desembargos de declaração é que decisão de 2017 deve ser mantida na íntegra', disse Maneira. O advogado contou que o escritório dele não

tem mais nenhum processo pendente sobre esse assunto.

No entender do especialista, além de modular temporalmente, o Ministério da Economia quer que seja apenas o ICMS efetivamente recolhido, ou seja, o que se pagou em dinheiro, para reverter a decisão do plenário do Supremo. 'As empresas já estão descontando o ICMS destacado nas notas fiscais para o cálculo do pagamento de PIS-Cofins, porque estão cumprindo uma decisão do Supremo, que manda excluir o ICMS da base de cálculo, mas isso não quer dizer que o ICMS não está sendo pago, porque, se elas possuem crédito, têm o direito de fazer o desconto. O imposto está sendo pago de qualquer forma. Seja em dinheiro, seja na forma de créditos', frisou o representante da OAB.

O advogado tributarista Raphael Longo, sócio do escritório R. Longo Advogados e professor da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP), também considera um risco jurídico qualquer mudança na decisão do STF de 2017 e vai impactar milhares de ações já julgadas, aumentando a insegurança jurídica, porque vai mudar uma tese consolidada e que gera mais desconfiança de investidores internacionais. 'Naquele momento, fixou-se a teste de que o ICMS não pode compor a base de cálculo de PIS-Cofins, porque isso é inconstitucional e vai contra o princípio da não cumulatividade. A decisão podia retroagir até 2012, porque a lei tributária só permite a devolução de impostos cobrados indevidamente nos últimos cinco anos. Foi proclamado um resultado que é definitivo e não poderia sofrer alteração, pois os Supremo demorou meses para publicar o acordo', defendeu.

'A PGFN quer modular os efeitos da decisão e quer que o resultado do julgamento somente depois que os



embargos forem julgados e fixar o ICMS que precisa ser descontado da base, considerando apenas os valores recolhidos efetivamente. Essas medidas tendem a diminuir o alcance da decisão', afirmou. Segundo Longo, mesmo antes da decisão do STF sobre os embargos, a Receita já está considerando essa repactuação do cálculo antes mesmo de o Supremo se pronunciar.

'O governo já está incluiu a interpretação dos embargos nas normas internas antes mesmo do julgamento', alertou. 'Mas muitas empresas entraram com ação sobre o assunto e já ganharam em transitório e julgado nesse período e já apresentaram as compensações para a Receita Federal, porque elas confiam na jurisprudência de uma decisão do plenário e que está repercutindo em outras ações, como a exclusão do Imposto sobre Serviços (ISS), porque já existem processos semelhantes', acrescentou.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

## Aras pede ao STF a derrubada da lei de autonomia do BC

Procurador-geral apontou um vício técnico na tramitação da proposta no Congresso Nacional

Por **Luísa Martins e Isadora Peron** — De Brasília

29/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Aras: para procurador-geral, a lei complementar versa sobre uma matéria sujeita à regulamentação por lei ordinária —  
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Augusto Aras, manifestou-se pela derrubada da lei que estabeleceu a autonomia do Banco Central (BC), sancionada em fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro.

O procurador-geral apontou um vício técnico na tramitação da proposta no Congresso. Segundo ele, um projeto de autoria do Palácio do Planalto foi “juntado” a outro semelhante, proposto por um parlamentar (o senador tucano Plínio Valério, do Amazonas), sendo que apenas esse último foi alvo de deliberação pelo Senado.

Aras também afirma que, apesar de ser de autoria de um senador, a lei complementar sancionada versa sobre uma matéria sujeita à regulamentação por

lei ordinária de iniciativa do presidente da República - o que caracterizaria outra inconstitucionalidade formal, na sua visão.

“Seja por vício de iniciativa, seja por afronta ao processo legislativo bicameral, a Lei Complementar 179/2021 há de ser declarada formalmente inconstitucional”, escreveu ele. O parecer foi encaminhado ao ministro Ricardo Lewandowski, relator do processo no STF.

A ação foi impetrada em março pelos partidos de oposição PT e pelo Psol. Segundo as siglas, a concessão de mandatos fixos e longos ao presidente do BC e a seus oito diretores, não coincidentes com o do presidente da República, pode trazer graves consequências econômicas para o país, na medida em que estabelece uma “descoordenação das políticas monetária e fiscal”.

“Não se pode pensar em um Banco Central com objetivos distintos das políticas do governo federal, quando mais em um país em desenvolvimento e repleto de demandas sociais, políticas e econômicas prementes”, diz um dos trechos da petição.

Nos autos, a Advocacia-Geral da União (AGU) posicionou-se pela rejeição da ação, por entender que as legendas estavam apenas “irresignadas contra a liberdade de conformação legislativa, buscando fazer prevalecer uma posição política diversa daquela que preponderou após o debate parlamentar”.

Os partidos pediram a Lewandowski uma liminar para derrubar a lei, mas o ministro adotou o chamado “rito abreviado”, em que a ação vai direto ao plenário para julgamento, após as manifestações das partes. No entanto, ainda não há data definida. Procurado, o BC informou que não comenta processos judiciais em curso.  
**(Colaborou Estevão Tair)**

## Conteúdo Publicitário

---

**Celebridades pedem a Biden que recuse qualquer acordo ambiental com Bolsonaro**

UM SÓ PLANETA

**Bolsonaro volta a criticar medidas restritivas e diz que governo busca ‘salvar empregos’**

VALOR INVESTE

**Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter**

VALOR INVESTE



COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Mills compra controle de empresa de locação de plataformas Nest Rental**

Companhia pagará R\$ 5,1 milhões pela aquisição



# Acordos do Mercosul ficam esquecidos e ‘dormem’ na Câmara

Entendimentos como abertura de compras públicas e até fim do roaming estão parados

Por **Daniel Rittner** — De Brasília

29/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Marcos Pereira: “Quando eu era ministro, me empenhava pessoalmente para obter avanços na Câmara e no Senado”  
— Foto: José Cruz/Agência Brasil

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anda cada vez mais irritado com a Argentina pela falta de avanços no Mercosul em temas como corte unilateral das tarifas de importação e flexibilidade para negociar sozinho novos tratados de livre-comércio, mas simplesmente “esqueceu” uma série de acordos internos assinados nos últimos três anos com a intenção de revitalizar o bloco e que agora adormecem no Congresso Nacional - sem nenhum empurrãozinho do governo para destravá-los.

Estão parados na Câmara dos Deputados pelo menos cinco acordos anunciados pelas gestões Michel Temer e Jair Bolsonaro, em cúpulas presidenciais do Mercosul, como relevantes para dar novo dinamismo ao bloco: o protocolo de compras governamentais (para permitir que empresas de um país participem de licitações públicas em outro), facilitação de comércio (com simplificação de trâmites e exclusão de taxas aduaneiras), indicações geográficas (proteção dos produtos conhecidos pela denominação de origem), fim da cobrança de roaming na telefonia celular e reconhecimento mútuo de certificados de assinatura digital.

Curiosamente, todos esses temas são mencionados por Guedes e sua equipe como objeto da nova geração de acordos comerciais. O “Posto Ipiranga” de Bolsonaro e seus auxiliares próximos costumam afirmar que os tratados de livre-comércio negociados hoje são cada vez menos focados em eliminação de tarifas, enfatizando a remoção de barreiras não tarifárias e a redução de custos que dificultam o intercâmbio.

O Mercosul, criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, concentrou-se na agenda mais antiga: eliminação de alíquotas para o comércio intrabloco e adoção de Tarifa Externa Comum (TEC) sobre produtos oriundos de terceiros países. Apenas nos últimos anos os temas mais novos da agenda comercial ganharam tração.

Boa parte do avanço se deve ao indicativo de conclusão das negociações entre o Mercosul e a União Europeia para um tratado de livre-comércio. O bloco sul-

americano se viu numa situação inusitada: fechou compromissos com os europeus, em muitos desses assuntos, sem que houvesse regras válidas dentro do próprio grupo - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Por isso, foi preciso recuperar o tempo perdido.

O acordo de facilitação de comércio, por exemplo, nem sequer tem relator designado na Câmara. É um entendimento com pouco apelo, mas que diminui na veia o custos de exportadores. O Uruguai cobra 3% do valor do produto a título de taxa consular. No Paraguai, taxa semelhante varia entre US\$ 25 e US\$ 50 por mercadoria. O acordo, fechado em dezembro de 2019, só foi enviado pelo governo à Câmara em outubro do ano passado. Desde então, não houve nenhum movimento.

O acordo de comércio eletrônico, celebrado por impedir preventivamente a cobrança de tarifas sobre transmissões eletrônicos (como compras on-line de aplicativos ou streaming de filmes) e garantir direitos aos consumidores no e-commerce, ainda não foi enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional.

O deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), ex-ministro da Indústria e Comércio Exterior, atribui essa paralisia na tramitação dos acordos à falta de empenho do Poder Executivo. “O Parlamento tem uma agenda ampla e discute muitos assuntos concomitantemente. Se o governo não se dedica, a coisa não anda na velocidade que poderia”, observa.

Em 2017, em um esforço para tirar o Mercosul do marasmo, Pereira foi um dos ministros do governo Temer que assinaram acordo para facilitação e proteção de investimentos no bloco. Foi um dos poucos atos da agenda de modernização que entraram em vigência. “Quando eu era ministro, me empenhava pessoalmente para obter avanços na Câmara e no Senado.”

Sem apontar culpados, o embaixador Pedro Miguel Costa e Silva ressalta a importância de implementar os entendimentos que foram negociados com sucesso. “Seria excelente aprovar acordos já concluídos sobre os temas normativos e regulatórios. O risco é avançarmos mais com parceiros extrarregionais [como a UE] do que dentro do próprio bloco”, diz Costa e Silva, que é secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Itamaraty.

Em março, no aniversário de 30 anos do Mercosul, as principais entidades patronais da região divulgaram manifesto conjunto em que cobram a aprovação desses acordos. “A falta de internalização das normas prioritárias limita o avanço da integração econômica e frustra os esforços e o trabalho técnico do Mercosul”, afirma o documento, que foi firmado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Brasil, pela argentina UIA, pela uruguaia CIU e pela paraguaia UIP.

O deputado Pereira avalia que as atuais divergências entre Brasil e Argentina no âmbito do Mercosul se devem principalmente à “diferença ideológica” entre os dois presidentes. “Com paciência e diálogo, poderemos resolver. O Mercosul merece ser revitalizado”, acredita. Ele lembra que o país vizinho “ainda é o nosso maior parceiro comercial na América Latina”, compra muitos bens industriais e não deve ser relegado a segundo plano.

## Conteúdo Publicitário

---

**Renault Kwid elétrico é tão lento que não consegue ser multado por radares em estradas**

UM SÓ PLANETA

**Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter**

VALOR INVESTE

**Gabriela Hearst é a nova diretora artística da Chloé e nós amamos a notícia! Entenda**

UM SÓ PLANETA



COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Webinar: como trabalhar a saúde mental nas organizações**

Acompanhe o debate sobre o papel das empresas nessa questão que hoje afeta milhares de trabalhadores



# Bolsonaro promete reajustar Bolsa Família para R\$ 250 no 2º semestre

Aumento passaria a valer em agosto ou setembro, diz presidente

Por **Matheus Schuch** — De Brasília

29/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o governo deverá propor um aumento no valor do Bolsa Família para começar a ser pago em agosto ou setembro, elevando a parcela mensal do benefício para R\$ 250. Desta forma, o valor se equipararia à média do auxílio emergencial pago neste ano.

"Só com auxílio emergencial, no ano passado gastamos mais que dez anos de Bolsa Família", exaltou o presidente, em fala a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

“O PT, que fala tanto em Bolsa Família, hoje a média é de R\$ 192; a gente pretende passar para R\$ 250 em agosto ou setembro”, afirmou o presidente.

O orçamento do Bolsa Família para este ano é de R\$ 34,8 bilhões, já supondo um reajuste para R\$ 202 e medidas para incentivar estudos e desempenho esportivo, que fazem parte do novo programa social que o Planalto pretende lançar.

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo federal implemente, a partir do ano que vem, um programa de renda básica nacional.

Deverão receber o benefício, segundo a decisão do Supremo, os brasileiros que estejam vivendo na extrema pobreza.

Nesta quarta-feira, em contato com seus apoiadores na entrada do palácio, Bolsonaro também avaliou que, “apesar dos problemas, a economia está reagindo bem” no país.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Nova máscara está sendo recomendada na Europa**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.**

SAÚDEJÁ

LINK PATROCINADO

**A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador**

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

**SALVADOR: Por que as pessoas estão comprando essa sandália ortopédica?**

CLICOU E LEVOU

LINK PATROCINADO

**Depois que descobri isso nunca mais gastei com pedicure**

PORTAL G3

LINK PATROCINADO

## Com novo pacote social, Biden reverte em cem dias ideário de Estado mínimo

Com três pacotes de gastos (um com a pandemia, outro de infraestrutura e um de benefícios sociais), Biden está revertendo a doutrina de governo mínimo que se tornou dominante nos EUA com Ronald Reagan

Por Christopher Condon e Jennifer Epstein — Bloomberg

29/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

O governo grande está de volta. Quatro décadas depois que a receita de Ronald Reagan de redução de impostos e encolhimento do governo se consolidou - e culminou com os cortes de impostos de Donald Trump em 2017 - o presidente Joe Biden iniciou uma reversão na política econômica dos EUA.

Ao longo dos últimos 14 meses, o Congresso aprovou três pacotes de auxílio para fazer frente à pandemia, que injetaram quase US\$ 5 trilhões na economia. O

presidente, pelo seu plano mais recente, divulgado ontem, quer aprovar mais US\$ 1,8 trilhão em gastos e benefícios fiscais, para financiar iniciativas que se vão da educação e creches até licenças remuneradas.

E esse plano se segue à proposta de gastos de US\$ 2,25 trilhões em infraestrutura, assistência médica domiciliar e outros itens feita em março. Essas novas despesas seriam financiadas por uma série de aumentos de impostos direcionados a empresas e americanos ricos.

Tudo isso visa elevar a produtividade, expandir a força de trabalho e distribuir os ganhos da economia de forma mais equitativa.

Economistas de esquerda e direita têm opiniões bem diferentes sobre se isso vai beneficiar ou prejudicar a economia dos EUA. E não há muita garantia sobre quanto do seus pacotes Biden conseguirá aprovar no Congresso, dadas as maiorias frágeis dos democratas e a ferrenha oposição republicana.

Mas, mesmo que as propostas sofram cortes, há uma percepção cada vez maior de que uma grande mudança está em andamento na política americana, uma mudança que está a ponto de acabar com a filosofia de “governo pequeno” que dominou Washington por grande parte dos últimos 40 anos.



“Não acho que isso seja um exagero”, disse William Gale, economista e pesquisador sênior da Brookings Institution, em Washington. “Existe um reconhecimento de que a revolução da economia pelo lado da oferta na verdade não produziu o que era prometido.”

Como resultado, diz Gale, houve uma mudança no que é permitido discutir a respeito de políticas públicas, inclusive sobre quanto deve ser tributado e gasto.

A “economia da oferta” refere-se à filosofia econômica e política popularizada durante o governo Reagan, nos anos 1980. Seus defensores argumentavam que a redução de impostos e o encolhimento do governo estimulariam mais investimentos privados, o que alocaria capital de forma mais eficiente e levaria a um crescimento econômico maior, que beneficia a todos.

Progressistas e conservadores tendem a medir resultados com lentes diferentes. Os primeiros apontam para o crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) nos EUA, cuja média foi de 2,3% desde 1991 e de 1,7% desde 2001. Isso ficou bem abaixo dos 4% dos anos que vão de 1950 a 1970 - a era do governo grande do pós-guerra e de impostos maiores.

Argumentam ainda que impostos menores e a erosão dos serviços de bem-estar social contribuíram para um agravamento preocupante da desigualdade econômica e para o descaso com infraestrutura, educação e outros bens públicos.

Biden diz que a pandemia foi especialmente devastadora para os americanos de baixa renda e exacerbou problemas econômicos e sociais que vêm de longa data. Depois de fazer uma forte campanha por mais gastos e impostos, que ele agora pede ao Congresso que aprove, Biden e assessores dizem que sua vitória eleitoral e pesquisas recentes provam que os americanos apoiam sua abordagem.

O plano de Biden para a infraestrutura foi aprovado por 68% dos americanos, segundo pesquisa da Universidade Monmouth divulgada na segunda-feira. Já 64% disseram que apoiariam um grande plano de gastos com medidas de assistência às crianças, à educação e saúde, como o Plano das Famílias Americanas divulgado ontem.

A pesquisa indicou ainda que quase dois terços dos americanos apoiam a ideia de pagar os planos de Biden com aumento de impostos para empresas e indivíduos que ganham mais de US\$ 400 mil.

“Se há algo que a pandemia deixou claro foi que o governo precisa de grandes programas”, disse Ted Kaufman, um antigo conselheiro de Biden que foi um dos diretores de sua transição presidencial. “A ideia de Reagan era que o governo não pode fazer nada certo. Bem, eu acredito que o governo faz sim as coisas certas e precisa fazer as coisas certas para a classe média.”

À medida que abordam a desigualdade econômica, os planos também podem agradar boa parte da base política dos democratas.

As propostas de Biden representam “uma política econômica realmente sólida e têm importantes implicações de igualdade racial”, disse Bradley Hardy, chefe do Departamento de Administração Pública e Política da American University, em Washington. “Portanto, o trabalho de vender a ideia do plano também pode incluir falar sobre esses benefícios.”

Do lado conservador, muitos reconhecem que a infraestrutura e a educação precisam de investimentos e reformas. Mas rejeitam a ideia de que impostos menores levaram a um crescimento menor.

Para Mickey Levy, economista-chefe para os EUA e a Ásia do Berenberg Capital Markets, é mais instrutivo comparar outros países durante um mesmo período. Ele aponta para um crescimento consistentemente maior nos EUA do que em países da Europa Ocidental que há muito adotaram um governo maior e impostos maiores. De fato, desde 1992, a zona do euro cresceu em média 1,3% ao ano, enquanto os EUA cresceram 2,4%.

“A noção de que impostos maiores não prejudicariam a economia e não têm prejudicado a economia está errada”, disse Levy.

A proposta de Biden de elevar o imposto sobre ganhos de capital para os mais ricos e de fechar uma brecha para a tributação de ganhos de capital no caso de morte afetará apenas 0,3% das famílias, argumenta a Casa Branca.

Mas, mesmo isso, segundo Levy, pode alterar a forma como essas famílias ricas investem e ter um efeito dominó para os preços das ações e o comportamento das empresas. Ele argumenta que, do lado empresarial, alguns dos impostos maiores reduziriam lucros, mas grande parte deles afetaria os trabalhadores, pois levaria a menos empregos ou salários menores.

Ainda assim, Levy não contesta a ideia de que o vento político está mudando. “A revolução de Reagan, por gastos e impostos menores, foi uma mudança significativa em termos de filosofia”, disse. “O que acontece nos últimos tempos é definitivamente uma mudança dramática em direção a um governo muito maior, não só em termos de tamanho, mas do seu papel.”

## Conteúdo Publicitário

---

**Cade rejeita compra da Innova pela Videolar**

VALOR INVESTE

**Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter**

VALOR INVESTE

**Celebridades pedem a Biden que recuse qualquer acordo ambiental com Bolsonaro**

UM SÓ PLANETA



COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Mastercard tem lucro 8,3% maior e supera previsões**

O ganho da empresa de cartão aumentou para US\$ 1,83 bilhão

# Câmara aprova desconto de 90% para dívidas com fundos regionais

Impacto fiscal é desconhecido

Por **Marcelo Ribeiro** — De Brasília

29/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação simbólica, o texto-base da medida provisória (MP) que prevê a renegociação extraordinária de dívidas de empresas e pessoas físicas com os fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A proposta permite desconto de até 90% em renegociação de dívidas com os fundos constitucionais.

Em função de um acordo selado entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Bia Kicis (PSL-DF), para que



o colegiado retomasse a sessão, a análise dos destaques não foi concluída ontem o que deve acontecer hoje.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, os fundos constitucionais acumulam cerca de R\$ 9,1 bilhões em dívidas alcançadas pela medida provisória (MP), sendo R\$ 5,2 bilhões em débitos rurais.

Em seu parecer, o deputado Júlio Cesar (PSD-PI) ampliou o percentual de desconto que pode ser concedido durante as renegociações para até 90%. Apesar de ser considerada uma pauta-bomba nos bastidores, ainda não há informação oficial sobre o impacto financeiro da medida. Além disso, o relator propôs a suspensão das cobranças judiciais em curso e o prazo de prescrição de dívidas até o término da análise da renegociação extraordinária.

O texto prevê que poderão ser renegociadas operações de crédito que tenham sido completamente provisionadas ou lançadas em prejuízo nas demonstrações financeiras dos fundos constitucionais. Além disso, também contempla dívidas que foram parcialmente provisionadas ou lançadas a prejuízo, desde que sejam contratadas até o fim de 2022.

O projeto prorroga, em um ano após a última prestação, o vencimento das parcelas de financiamentos contratados com recursos dos fundos feitos por mini e pequenos produtores rurais que tenham vencido no ano passado.

Essa medida também é válida, entre janeiro e dezembro deste ano, para operações não rurais de mini, micro e pequenos mutuários que tenham tido suas atividades afetadas pela crise sanitária.

A sessão foi marcada pela união inusitada de Novo e partidos da oposição em obstrução ao avanço da proposta.

O deputado Paulo Ganime (Novo-RJ) afirmou que o texto original fazia sentido e ponderou que as mudanças do relator podem ser consideradas um recado pra os devedores de “que é melhor não pagar”.

O deputado Nilto Tatto (PT-SP) reclamou que as alterações feitas pelo relator beneficiam grandes empresários do agronegócio que, “com a moeda desvalorizada, registram lucros recordes”. A renegociação ampla, em sua avaliação, enfraquece os fundos constitucionais.

Em defesa do seu parecer, Júlio Cesar rechaçou as críticas e disse que os setores da indústria, comércio e serviços, pecuária e agricultura já eram contemplados no texto enviado pelo governo. “Há uma grande expectativa de todo o setor produtivo para aprovar esta medida, que vai abranger mais de 500 mil mutuários, principalmente o mini e o pequeno produtor, o agricultor, o industrial e o comerciante”.

## Conteúdo Publicitário

---

**Celebridades pedem a Biden que recuse qualquer acordo ambiental com Bolsonaro**

UM SÓ PLANETA

**Porsche Taycan Cross Turismo é a perua mais eletrizante à venda no Brasil**

UM SÓ PLANETA

**Gurgel Itaipu foi o primeiro carro elétrico nacional, mas morreu por problemas que existem até hoje**

UM SÓ PLANETA

 **COMENTÁRIOS**

# FGTS adiado pode injetar R\$ 40 bi na economia

Cálculos do governo preveem ainda mais R\$ 56 bi com antecipação do 13º de aposentados

Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

29/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O governo espera injetar R\$ 40 bilhões na economia nos próximos quatro meses, com a permissão para que empresas adiem recolhimentos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O diferimento consta da Medida Provisória 1.046, editada ontem. Os pagamentos de abril, maio e junho poderão ser quitados em quatro parcelas a partir de setembro.

Nos próximos dias, o governo anunciou a antecipação do 13º salário de aposentados e , para 31 milhões de pessoas. O

pagamento dependia da sanção do Orçamento de 2021. Os recursos devem ser liberados em maio e junho, mas as datas ainda estão em estudo.

Também está em fase final a reedição do Programa Nacional de Apoio à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte (Pronampe). Poderá conceder até R\$ 20 bilhões em novos empréstimos às micro e pequenas empresas, a partir de um aporte de até R\$ 6 bilhões nos fundos garantidores.

Essas medidas se somam aos R\$ 44 bilhões que o governo vai destinar à nova etapa do auxílio emergencial e aos R\$ 10 bilhões da reedição do Benefício de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm, que prevê redução ou suspensão da jornada), que consta da MP 1.045, também publicada ontem.

Além disso, o governo retomou discussões que estiveram em andamento no final de 2020, para o período pós-pandemia. O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a dizer ontem que, ao fim dos quatro meses do auxílio emergencial, a assistência social aterrissará numa versão melhorada do Bolsa Família.

Os planos envolvem lançar o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), voltado aos 40 milhões de informais. O presidente Jair Bolsonaro tem cobrado um programa de apoio a esse público, disse o ministro. “É a possibilidade de esse pessoal informal conseguir trabalho assim que a vacinação em massa permitir o retorno seguro ao trabalho”, comentou.



“Estamos ainda com auxílio emergencial, mas estamos elaborando uma proteção específica para informais”, informou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Ele acrescentou que o governo busca “mais formalização” e “criação de um novo contrato de trabalho”, que se adeque ao momento pós-pandemia e às novas formas de trabalho. A ideia é dar um “incentivo aos informais”. O programa está em elaboração e precisa passar pelo aval de Guedes e Bolsonaro, segundo Bianco. O secretário não deu mais detalhes sobre a medida em estudo.

Na virada do ano, o BIP foi elaborado como o substituto turbinado do Bolsa Família. Estudos na área técnica permitem vários formatos para o programa. Pode estar associado à Carteira Verde Amarela, que pretende formalizar os “invisíveis”, com menos obrigações tributárias. Essa política, por sua vez, pode vir combinada com a ideia de o governo distribuir para a população parte dos dividendos pagos pelas empresas estatais e parte das receitas obtidas com privatizações.

A reedição do BEm, disse Guedes, veio num momento em que a economia ainda cria empregos. Com isso, ele rebateu críticas de atraso na volta do programa. Segundo Bianco, a expectativa é atender 5 milhões de trabalhadores. Dos R\$ 10 bilhões destinados ao programa, R\$ 7 bilhões decorrem do cancelamento de restos a pagar do próprio BEm de 2020.

A medida provisória que recria o programa contém um dispositivo que permite sua extensão, de acordo com o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo. Para que isso ocorra, porém, são necessários recursos orçamentários. Ele avaliou que os R\$ 10 bilhões já destinados ao programa serão “mais do que suficientes” para atender às empresas.

## Conteúdo Publicitário

---

**Audi A6 e-tron é o conceito elétrico que antecipa o design dos próximos carros da marca**

UM SÓ PLANETA

**'Determinei que neutralidade climática seja alcançada até 2050', diz Bolsonaro**

## Marketing digital como insumo de PIS/Cofins

Para uma empresa que vende apenas pela internet, esse tipo de investimento não é apenas essencial, mas integra sua atividade

Por **Gabriel de Sá B. Cerviño e Guilherme Chambarelli**

29/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

Antes dominado pelos outdoors, jornais e televisão, o marketing tradicional das empresas, em virtude do avanço da internet, rapidamente converteu-se em marketing digital. Ainda que as mídias clássicas ainda existam, não há dúvidas de que a transformação digital experimentada nos últimos anos impactou bastante a estratégia de vendas empresarial.

Como não poderia ser diferente, até mesmo o marketing digital se encontra mergulhado nas controvérsias tributárias, com relevantes discussões nos tribunais superiores e na seara administrativa que estão, direta ou indiretamente,

relacionadas com tais atividades. Estas tem como ponto central a essencialidade do marketing digital para as empresas, a ponto de converter-se em um insumo para o pagamento de PIS e Cofins. A crescente importância não é sinônimo automático de essencialidade, considerando que parcela considerável das receitas empresariais ainda decorre de publicidade e atividades em meio físico.

## **Para uma empresa que vende apenas pela internet, esse tipo de investimento não é apenas essencial, mas integra sua atividade**

A definição de insumos para fins de créditos de PIS e Cofins não cumulativos foi trazida pelo STJ no REsp 1221170, que trouxe uma interpretação mais extensiva, tratando-o como todo bem ou serviço de caráter essencial, ou relevante, para a atividade econômica desempenhada pelo contribuinte.

Nos anos seguintes, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) aplicou a definição do REsp 1221170 em alguns de seus julgados. Entretanto, em certos acórdãos, o órgão excluiu da aquisição de créditos as despesas com serviços de marketing, por não considerar tais atividades essenciais para o recebimento de receitas por parte das empresas.

No acórdão nº 3402-005.553, o tribunal administrativo argumentou que os insumos capazes de conferir o direito à apropriação de créditos devem seguir os critérios do artigo 3º, inciso II, das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, que define como geradores de crédito somente a prestação de serviços e a produção de bens e produtos destinados à venda.

Com a importância cada vez maior do marketing digital, tal decisão é passível de críticas, pois essas despesas são essenciais às atividades e à manutenção da empresa, em meio a uma concorrência cada vez maior e mais informatizada.

Além disso, o avanço das estratégias de marketing digital permitiu ao empresário, além da divulgação do produto, medir comportamentos, acompanhar métricas de consumo e performance da empresa (CAC, LTV, ROI etc), entender as necessidades do consumidor, e assim traçar novas estratégias comerciais. A tal ponto que já existem técnicas como o growth hacking, muito utilizado pelas startups, que buscam o crescimento de formas não tradicionais.

Esses aspectos do marketing digital, por enquanto, pouco foram examinados pelo Carf. Em alguns julgados, aplicou-se o critério da essencialidade para as atividades de marketing, como é o caso do acórdão nº 3201-005.668. O Conselho determinou que atividades de marketing são insumos somente se o marketing for a finalidade principal da empresa, e não apenas um meio para aumentar as vendas dos produtos e serviços.

No âmbito da Receita Federal, outro exemplo disso é recém-publicada Solução de Consulta Cosit nº 32, editada neste ano, na qual não se reconheceu como insumos os gastos com publicidade e propaganda de uma empresa de limpeza que não possuía estabelecimento físico e realizava seus anúncios exclusivamente pela internet. O que a Receita Federal não analisou foi que, sem o investimento em tráfego pago (Google AdSense, Facebook Ads etc) e marketing digital, uma empresa que vende apenas no seu sítio eletrônico não sobrevive ao mercado, de modo que esse investimento não é apenas essencial, mas integra sua atividade, tipicamente de uma economia digital, ainda que preste um serviço tradicional.

Em suma, pouco foi dito até o momento, no entanto, sobre as particularidades do growth hacking e da economia digital, assuntos bastante recentes e com muitas

controvérsias a serem tratadas pela lei e jurisprudência.

Portanto, é necessário que outros argumentos acerca do marketing digital e do growth hacking sejam analisados pela Receita Federal e pelo Carf, uma vez que novas técnicas desse setor vêm trazendo crescimento acelerado para as empresas que as adotam e, para além disso, o investimento nessas áreas permite também a definição de estratégias comerciais, geração de tráfego, a identificação de necessidades do consumidor, mudanças e melhorias nos produtos, entre outras, que certamente são essenciais para a manutenção das atividades empresariais.

Em breve, é possível que essa discussão atinja um novo patamar de complexidade, pois tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento, em repercussão geral, do RE 841979, que poderá restringir a não cumulatividade à previsão legal explícita, ao determinar que é constitucional o artigo 195, parágrafo 12 da Constituição Federal, que determina que a lei deverá definir quais setores econômicos deverão adotar a contribuição não cumulativa. Tal solução geraria conflitos com o REsp 1221170/PR, restando ao tributarista acompanhar o caso e inteirar-se da jurisprudência administrativa e judicial.

**Gabriel de Sá Balbi Cerviño e Guilherme Chambarelli são, respectivamente, advogado de direito tributário, LLM em direito tributário internacional, na Universidade de Nova York, e sócio do Chambarelli Advogados; e sócio da TaxLab University**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

## **Conteúdo Publicitário**

---

**'Determinei que neutralidade climática seja alcançada até 2050', diz Bolsonaro**

VALOR INVESTE

**Bolsonaro volta a criticar medidas restritivas e diz que governo busca 'salvar empregos'**



mercado

# Brasil deve ter menor crescimento entre as dez maiores economias

Estudo da FGV com dados do FMI mostra que França e Reino Unido se aproximarão do país em 2021

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Brasil terá o pior desempenho econômico entre as dez maiores economias mundiais, considerando o critério da PPC (paridade de poder de compra), que reflete as diferenças de custo de vida entre os países.

É o que mostra estudo feito a pedido da Folha pelos economistas Claudio Considera e Juliana Trece, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), com base em dados e projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgados em abril.

Se for considerado o tamanho das economias mundiais com base na PPC, o Brasil deve manter em 2021 a 8ª posição pelo terceiro ano seguido. Em 2018, era o sétimo.

Em 2020, o Brasil conseguiu reduzir a distância para a maioria dos países que estão à sua frente, exceto em relação a China e Índia, que tiveram desempenho econômico melhor.

Em 2021, as sete maiores economias do planeta terão performance superior à brasileira, segundo a estimativa do FMI, que é mais otimista que a do governo brasileiro.

O país não deve perder posições no ranking neste ano, se

a projeção se confirmar, mas ficará próximo de ser ultrapassado por França e Reino Unido, atuais 9º e 10º colocados, que também vão crescer mais em 2021.

O Fundo projeta crescimento de 3,7% para o Brasil neste ano. O Ministério da Economia, de 3,2%. A estimativa do mercado está em 3,09%, segundo a pesquisa Focus do Banco Central. A média mundial é uma expansão de 6%, segundo projeção do FMI.

Pelo critério do PPC, a China é a maior economia mundial, seguida por EUA, Índia, Japão, Alemanha, Rússia, Índia,

nésia e Brasil. A série histórica do ranking PPC foi alterada por causa da revisão para cima do PIB brasileiro de 2018 e 2019, melhorando a colocação do país na lista — inicialmente, estimou-se queda do Brasil no ranking nesses dois anos.

No ano passado, o Brasil teve uma queda do PIB de 4,1%, acima da média mundial de 3,3%, além de uma desvalorização da sua moeda de cerca de 30%, um dos piores desempenhos internacionais.

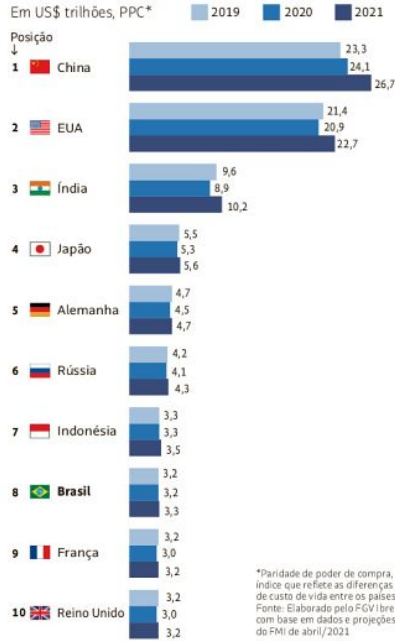
Em 2021, o câmbio não deve se desvalorizar tanto. No ano passado, o dólar passou de R\$ 4,03 para R\$ 5,20. As expectativas de mercado indicam uma taxa de R\$ 5,40 no fim deste ano.

“Mesmo que o real não se desvalorize tanto neste ano, você vai ter um crescimento menor do que no resto do mundo jogando contra, porque nós não cuidamos direito da pandemia”, diz Considera.

Segundo ele, mesmo que o país tenha uma recuperação em “V”, como afirma o governo, o crescimento deste ano não vai repor as perdas de 2020, e, mesmo que isso ocorresse, o país voltaria para o patamar de crescimento muito baixo verificado de 2017 a 2019.

A expectativa do Ibre é uma variação do PIB próxima de

Maiores economias do mundo



zero no primeiro trimestre, o que pode se repetir em abril e maio, com ganho de tração nos três meses seguintes e uma nova desaceleração a partir de setembro.

“O segundo trimestre vai depender do quanto você vai conseguir vacinar de gente, porque o setor mais importante da economia, que é o de serviços, depende de interação social. Ou tem população vacinada ou não tem interação social”, afirma o economista do FGV Ibre.

Além do critério da PPC, o Fundo compara o tamanho das economias considerando o valor do PIB de cada país em dólares a preços correntes.

Nesse caso, o Brasil caiu da 9ª posição ocupada em 2018 e 2019 para a 12ª posição em 2020, sendo ultrapassado por Canadá, Coreia do Sul e Rússia. A queda já havia sido projetada por um estudo do Ibre divulgado em novembro.

Para 2021, a projeção do FMI indica que o país deve perder mais uma posição, para a Austrália, segundo cálculos dos economistas do FGV Ibre.

Por esse critério, os EUA são a maior economia mundial, seguidos por China, Japão e Alemanha. Até 2014, antes da recessão iniciada naquele ano, o Brasil era a 7ª maior economia por esse critério.

As projeções do FMI também mostram que o Brasil recuou no ranking global dos países com maior PIB per capita em 2020 e deve continuar a perder posições nos próximos anos. A queda do Brasil no ranking ocorre pelo menos desde 1980, quando o país estava entre os 50 maiores.

Em 2020, ficou com a 85ª posição entre os cerca de 195 países para os quais há dados.

“Mesmo que o real não se desvalorize tanto neste ano, você vai ter um crescimento menor do que no resto do mundo jogando contra, porque não cuidamos direito da pandemia”

Claudio Considera economista do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas)



Cafés e restaurantes reabrem em áreas externas na Holanda. Clientes na praça Neude, em Utrecht; país relaxou medidas de distanciamento social, mas mantém toque de recolher noturno. Robin van Lonkhuijzen/ANP/AFP

## 71% projetam retomada da atividade apenas a partir de 2022, afirma CNI

Douglas Gavras

SÃO PAULO A lentidão da campanha de vacinação e um recrudescimento da pandemia de Covid-19 têm pesado nas expectativas da população, e 7 em cada 10 brasileiros dizem acreditar que a economia irá se recuperar só a partir de 2022, de acordo com levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Quando a mesma pergunta foi feita em julho do ano passado, 61% responderam que a economia brasileira deveria se recuperar dos efeitos da Covid-19 em até dois anos ou mais.

“Só a imunização em massa da população vai recolocar o Brasil no caminho da retomada da economia”, diz Robson Braga de Andrade, presidente da entidade.

Os dados apontam que 83% dos entrevistados consideram o ritmo de vacinação no país

lento ou muito lento, e 21% dizem acreditar que serão vacinados apenas no ano que vem.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, revisou o calendário de vacinação contra a Covid-19 e adiou o fim da imunização do grupo prioritário em quatro meses, de maio para setembro.

“Só a imunização em massa da população vai recolocar o Brasil no caminho da retomada da economia”

Robson Braga de Andrade presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria)

Andrade, da CNI, ressalta que é preciso avançar na execução do Plano Nacional de Imunização, respeitando a ordem dos grupos prioritários, para que a população consiga recuperar a confiança.

O levantamento, feito em parceria com a FSB Pesquisa, aponta também o impacto da crise provocada pela pandemia nos salários, seja de quem tem carteira assinada ou não.

Para 41% dos entrevistados, o rendimento ficou igual, enquanto 32% dizem que os rendimentos diminuirão.

Em um cenário ainda mais grave, 14% disseram que perderam toda a renda. Em contrapartida, 71% dos entrevistados afirmaram que reduziram gastos por causa das medidas de distanciamento social — mesmo resultado observado em julho do ano passado.

Só que o nível de cortes no orçamento doméstico

Mais pessimistas

Majoria diz que economia só se recupera a partir de 2022



aumentou: se na metade do ano passado, 30% dos que afirmaram ter reduzido gastos foram obrigados a fazer um corte grande ou muito grande em suas despesas, agora são 40% os que dizem ter feito o mesmo.

De acordo com a instituição, ainda que a pesquisa impossibilite afirmar que o ritmo de vacinação tem postergado a recuperação da economia, ela é medida fundamental “não só do ponto de vista do enorme custo humano que a pandemia impõe mas também fundamental para a retomada da economia”.

Em relação ao processo de reabertura de estabelecimentos comerciais e de ensino, a maioria aprova o funcionamento do comércio de rua (61%). A maior parte, no entanto, é contra a abertura de shopping centers (57%), salões de beleza (51%), academias (62%) e bares e restaurantes (60%).

A pesquisa ouviu, por telefone, 2.010 pessoas, de 16 a 20 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.



mercado

Guedes vai a Fux na véspera de sessão que pode dar perda bilionária à União

Supremo julga hoje se exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins tem efeito retroativo

Matheus Teixeira e Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, que a corte evite um prejuízo aos cofres públicos e determine que a exclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS e da Cofins só valha daqui em diante, sem efeito retroativo.

A reunião foi nesta quarta-feira (28), e o julgamento sobre o tema está marcado para quinta (29) como segundo item da pauta.

O primeiro é a análise da decisão liminar (provisória) do ministro Dias Toffoli que invalidou trecho de uma lei de 1999 que, segundo ele, abre margem para que patentes tenham prazo indeterminado.

O interesse do governo está na análise do recurso em que a União pede para o Supremo esclarecer o alcance da decisão tomada em 2017 de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Não há uma certeza sobre o tamanho do prejuízo que uma decisão contra a União representaria, mas todas as estimativas passam de R\$ 220 bilhões.

Segundo a Receita Federal, o potencial impacto econômico está na ordem de R\$ 258,3 bilhões. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o gover-



O presidente do STF, Luiz Fux, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante audiência nesta quarta (28) Nelson Jr./SCD/STF

no estímulo que o prejuízo ficaria na casa dos R\$ 229 bilhões.

Na reunião com Fux, por sua vez, o ministro da Economia afirmou a Fux que esse valor pode passar de R\$ 245 bilhões caso o Supremo tome uma decisão desfavorável.

Não é só o Executivo, no entanto, que tem pressionado o STF sobre o tema.

Em carta enviada ao pre-

sidente do Supremo, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a CNT (Confederação Nacional do Transporte) e outras entidades que representam o setor privado foram no sentido oposto do governo e pediram que não seja restringido o alcance da decisão de 2017 sobre o tema.

Além do encontro de Guedes com Fux, integrantes da

Procuradoria da Fazenda Nacional, por sua vez, também estiveram com outros ministros na tentativa de sensibilizar o tribunal e impedir uma derrota no julgamento.

A primeira derrota para a União sobre o tema foi há quatro anos, quando, por 6 votos a 4, o STF afirmou que o ICMS não faz parte do faturamento da receita da empresa e,

por isso, deve ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais.

Assim, os valores que as empresas pagam ao governo em PIS e Cofins devem ser reduzidos, uma vez que o imposto sobre circulação não incide também sobre eles.

A intenção da União é que seja aplicada a chamada doação de efeitos à decisão

Aras diz ao STF que lei da autonomia do BC é inconstitucional

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça-feira (27) que seja reconhecida a inconstitucionalidade da lei que instituiu a autonomia do Banco Central.

Aras apontou que a norma aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo pre-

sidente Jair Bolsonaro (sem partido) teve origem em projeto de iniciativa parlamentar, quando a matéria é tema privado do chefe do Executivo.

Na manifestação ao Supremo, o procurador-geral não entrou no mérito sobre a possibilidade de o Banco Central ser ou não autônomo.

A controvérsia é tema de uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) apresen-

tada ao Supremo pelos partidos PT e PSOL.

O relator é o ministro Ricardo Lewandowski.

Com o objetivo de blindar a instituição de interferências políticas e criar mandatos fixos, o projeto de lei deu autonomia ao BC foi proposto pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM) e aprovada em novembro de 2020.

O texto seguiu para votação

na Câmara, em fevereiro, e foi sancionado por Bolsonaro. A regra desvinculou o BC do Ministério da Economia.

Aras entendeu que houve violação formal na tramitação da proposta. Após a aprovação pelo Senado, quando o texto chegou à Câmara, um projeto de iniciativa do Executivo que já tramitava naquela Casa foi anexado a ele.

Após análise dos dois proje-

tos pelos deputados federais, o projeto do Senado foi aprovado e encaminhado à sanção presidencial. O texto de iniciativa do Palácio do Planalto, por sua vez, foi rejeitado.

O procurador-geral destaca que a inconstitucionalidade não reside no fato do apensamento nem na circunstância de os projetos terem recebido emendas e textos substitutivos no Parlamento.

"O ponto central da questão é o Senado Federal não ter deliberado sobre o projeto de iniciativa do presidente da República", afirmou Aras, por sua vez, foi rejeitado. "Manifesta-se pelo reconhecimento parcial da ação e, na parte conhecida, pela que se declare a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar 179/2021", concluiu o procurador-geral.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO PEDRO ELIAS DABURI, brasileiro, casado... CALADO DE ANDARAÉ, brasileiro, casado... DECLARAÇÃO em nome do Sr. Dr. Reginaldo de Araujo...

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - FENCTC EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABA AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 088/2021 - Proc. Adm. nº. 303/2021

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE BAHIA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAF/CEC

MEGA LEILÃO DE IMÓVEIS EXTRAJUDICIAL - ID - 374 PRESENCIAL E ON-LINE DIA: 07/05/2021-AS 11:00

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA AVISO DE LICITAÇÃO Nº 087/2021 - Pregão Eletrônico

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2021 Tipo: Menor Preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABA AVISO DE LICITAÇÃO Nº 087/2021 - Pregão Eletrônico

Bolsa fecha em alta e dólar cai para R\$ 5,36

O dólar caiu 1,84%, a R\$ 5,36, nesta quarta (28), após o Fed (Banco Central americano) manter o juro e seu programa mensal de compra de títulos...



# Lotação de UTIs acima de 90% atinge 16 capitais e o DF

Rio de Janeiro, que reabriu bares e atrações turísticas, está com 96% de ocupação; Campo Grande, 98%

Júlia Barbon, Katna Baran e João Valadares

**RIO DE JANEIRO, CURITIBA E RECIFE** Depois de uma leve melhora, a demanda por internações pela Covid voltou a subir nos estados. Em 16 capitais brasileiras e no Distrito Federal, 90% ou mais dos leitos públicos para pacientes graves da doença estão ocupados, segundo dados de segunda-feira (26). Na semana anterior, eram 14 capitais e o DF.

Uma das altas na demanda ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, que voltou a liberar a entrada em bares e restaurantes, o uso das praias durante a semana e também a visitação de atrações turísticas como o Cristo Redentor.

A taxa sofreu um aumento na última semana, de 93% para 96%. Com poucos leitos criados recentemente, 45 pessoas se seguem aguardando transferência para terapia intensiva ou enfermarias.

No estado do Rio, a fila por UTIs públicas, que havia despencado na última semana, também voltou a crescer, passando de 196 para 241 pessoas. Mesmo assim, a ocupação de leitos vem tendo leves quedas e está em 82%.

Campo Grande continua a ter a mais alta taxa de ocupação, de 98%. Há 24 pessoas que esperam por vagas.

Mato Grosso do Sul conseguiu superar a superlotação de hospitais que perdurava desde o final de março, mas ainda está com 98% das UTIs ocupadas, mesmo com acréscimo semanal de leitos.

O estado tem vivido o pior período desde o início da pandemia. Um terço do total de mortes no estado se concentrou entre março e abril.

Sergipe e Aracaju seguem com ocupação quase total, com 97% e 98% das suas UTIs, respectivamente. A fila por leitos não diminuiu na última semana e acumula 40 pacientes, sendo 18 delas na capital.

Em Pernambuco, apesar da abertura de 110 vagas de UTI no último mês, a taxa de ocupação permanece em 97%.

No estado, há 1.386 pessoas internadas recebendo cuidados intensivos. É o maior número desde o início da pandemia. Nesta terça, havia 40 pacientes graves esperando para acessar um leito. Na semana passada, eram 75.

No Ceará, a situação também permanece bastante grave. A taxa de ocupação subiu de 95% para 97%.

No Acre, a situação melhorou, de 94% para 82%. Em Rio Branco, onde só há UTIs públicas em três unidades de saúde, a ocupação baixou de 100% para 94%. A fila, que acumulava 14 pacientes, também zerou. Em Curitiba, a situação permaneceu estável em uma semana, com 93% de UTIs ocupadas e 38 pacientes aguardando por vagas na região metropolitana.

Após o lockdown, encerrado no começo do mês, a cidade viu despencar o número de casos. Porém, com o agravamento dos casos e consequente aumento na média de dias de internamento, essa queda ainda não se refletiu nos hospitais. A média diária de mortes continua elevada e gira em torno de 25 por dia.

No Rio Grande do Sul, a taxa de ocupação de UTIs vem

caindo e está em 81%, mesmo com a desativação de 12 leitos na última semana e a alteração da bandeira preta para vermelha feita pelo governo.

A queda se reflete em Porto Alegre, onde 81% das UTIs estão ocupadas e há três pessoas aguardando vagas.

Em Santa Catarina, o cenário é de estabilidade, com a taxa girando em torno de 94% e 45 pessoas na fila. O mesmo ocorre na capital, Florianópolis, onde o índice de ocupação continua beirando os 90% — a fila permanece zerada.

No Rio Grande do Norte, a ocupação passou de 92,8% para 91,6%. Na região metropolitana de Natal, 92,5%.

Na sexta-feira, em entrevista sobre a pandemia no estado, o secretário de saúde, Cipriano Maia, afirmou que o RN tem mantido uma média diária de 700 novos casos.

Minas Gerais teve uma leve redução na taxa de ocupação das UTIs entre o início da semana passada e esta segunda: passou de 89% para 85%.

Ainda assim, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, no início da manhã de segunda, 244 pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo coronavírus aguardavam por leitos do tipo no estado. Na semana passada, 277 pessoas estavam na fila.

O governo Romeu Zema (Novo) decidiu passar 13 das 14 macrorregiões de saúde do estado para a onda vermelha de plano que orienta a flexibilização de atividades em Minas, fase menos restritiva que a onda roxa, a única imposta a aos municípios — a medida passou a valer no sábado.

Em Porto Velho, pela primeira vez em dois meses, o índice de ocupação de leitos de UTI ficou abaixo de 90% — 89,6%. A fila está zerada.

No Piauí, a ocupação de leitos de UTI segue acima de 90%, embora tenha ocorrido uma ligeira queda nesta semana. Com 449 leitos disponíveis, o índice de ocupação está em 93%, 1% a menos em relação ao cenário do dia 19.

A fila de espera por uma vaga em UTI também diminuiu, de 35 para 27.

Já na capital do estado, Teresina, a ocupação de leitos está em 93%, ante os 91% da última semana, com 12 pessoas à espera de uma vaga.

A ocupação das UTIs paulistas continua em declínio. Se comparados os dias 19 e 26 de abril, a queda é de 2,6% — de 83% para 80,4%. Em relação à última semana de março, a queda foi de quase 7%.

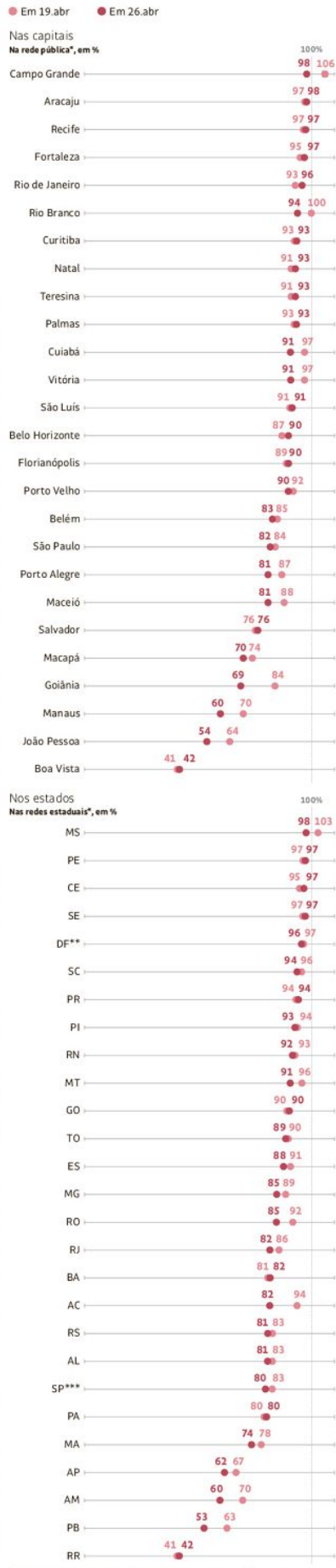
Na Grande SP, as taxas de internação alcançaram 78,7%; a capital paulista registrou 82%.

Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, o total de hospitalizados é 29,5% menor que no final do mês passado, que ultrapassou a casa dos 31.200. O órgão não informa a fila de espera, mesmo questionado semanalmente.

As solicitações para leitos de UTI na central de regulação de vagas do município caíram de 84 para 71, se comparadas com a semana anterior. É importante esclarecer que a informação é dinâmica e com variações em um mesmo dia.

Colaboraram Marcelo Toledo, de Ribeirão Preto, Fernanda Canfide, de Belo Horizonte, Monica Prestes, de Manaus, Patrícia Pasquini, de São Paulo, e Natália Cascan, de Brasília

## Ocupação de UTIs para Covid



\*BA, CE, RJ, RN, AL e SE incluem leitos estaduais, municipais e federais; PI e Teresina incluem leitos públicos e privados; RS e Porto Alegre contabilizam todos os leitos, e não apenas os para Covid-19; João Pessoa, Natal, Recife e Vitória consideram região metropolitana; Belém considera a região metropolitana e a região de saúde Tocantins, e Cuiabá também considera a Baixada; Paraíba divulga total de UTIs que inclui leitos adulto, pediátrico e obstétrico; Palmas inclui leitos estaduais e privados contratados pelo estado; MG contabiliza leitos SUS de gestão hospitalar municipal, estadual, federal e privada, assim como a Rede SUS BH; São Luís considera apenas leitos estaduais; Governo do Maranhão ressalta que a fila por leitos não é causada por excesso de ocupação, mas pela pressão normal de regulação.  
\*\*Dados do DF de fila de espera se referem apenas a pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19.  
\*\*\*Média diária na 2ª semana de abril de leitos Covid-19 regulados pelo estado de SP.  
\*\*\*\*Fontes: Governos estaduais e prefeituras.

# Justiça condena Estado a pagar R\$ 2 mi a homem preso injustamente

Artur Rodrigues

SP VAI IMPLANTAR BILHETE DIGITAL EM ÔNIBUS DA EMTU

SÃO PAULO A Justiça condenou nesta terça (27) o Estado a pagar indenização de R\$ 2 milhões ao artista plástico Eugênio Flúza de Queiroz, que ficou preso por 17 anos injustamente, acusado de ser esturpador. Eugênio foi preso no lugar do criminoso conhecido como "maníaco do Anchieta", em 1995, em Belo Horizonte. Na prisão, passou por torturas e traumas, em um dos casos conhecidos em que alguém passou mais tempo preso injustamente no Brasil.

O valor, em relação à primeira instância, caiu em R\$ 1 milhão, após recursos do Estado. Atendido pela Defensoria Pública de MG, Eugênio também garantiu a manutenção dos cinco salários mínimos mensais que vinha recebendo.

Em 1995, ele foi reconhecido por uma vítima de estupro e preso quando esperava a namorada em uma praça. Depois disso, no total, oito vítimas reconheceram Eugênio.

Posteriormente, ele relatou que, ao ser preso, foi torturado para confessar os crimes. Marta Juliana Marques Ferraz, uma das defensoras públicas que atuou no caso de Eugênio, lembra diversos sofrimentos pelo qual ele passou no cárcere. Ao chegar à prisão, teve o corpo raspado com uma lâmina de barbear pelos presos, ficando muito ferido.

Artista plástico, ele não podia mais pintar na prisão. Para se distrair, ele passava o tempo fazendo tapetes.

Durante as rebeliões, vivia com medo de ser alvo dos demais presos, devido ao estigma de esturpador na prisão. Além disso, segundo a defensora, perdeu, quando estava preso, a maioria dos familiares e o contato com o filho.

"O maior erro na situação dele foi que mesmo preso ele continuou respondendo por crimes", diz a defensora.

A situação começou a mudar quando uma vítima reconheceu, na rua, Pedro Meyer, que depois seria apontado por outras vítimas como o verdadeiro "maníaco do Anchieta".

Aessa altura, outro homem também estava preso e havia sido reconhecido por crime que depois seria atribuído pela vítima a Meyer, o porteiro Paulo Antônio da Silva.

Ambos os casos, então, foram reabertos e ambos os presos injustamente foram soltos. Meyer foi condenado em um caso — os outros já estavam prescritos. A Agência Pública, em 2016, um advogado de Meyer afirmou que o clamor social e a intensa exploração midiática contribuíram para que ele fosse sumariamente considerado culpado.

Enquanto isso, sem dinheiro, Eugênio passou a viver com ajuda de uma irmã, um dos poucos familiares que sobreviveram. Posteriormente, ação da Defensoria garantiu cinco salários mínimos a ele.

Um relatório falou com familiares de Eugênio, que relataram que ele viveu grande trauma e tem sequelas psicológicas. Mesmo solto, era reconhecido na rua por pessoas que acreditavam que ele fosse o "maníaco do Anchieta" — estigma vivido por seus parentes.

Em recurso, segundo a Defensoria, o Estado alegou não haver motivo para indenização porque a prisão e condenação de Eugênio Flúza teriam ocorrido no "estricto cumprimento do dever legal imposto aos agentes públicos pela lei".

No julgamento, ajudado pelo defensor público Wilson Hallak, por unanimidade, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de MG determinou o pagamento da indenização de dois cinco salários mínimos.

Os bilhetes digitais, que já estão substituindo os antigos modelos no metrô e na CPTM, também serão acelerados em toda a frota gerenciada pela EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo). A empresa opera linhas que circulam em 134 cidades paulistas das regiões da Grande São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral norte, atendendo cerca de 5,5 milhões de passageiros. Segundo disse ao Agora o secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy, a intenção da gestão João Dória (PSDB) é a de que o projeto seja concluído até março do ano que vem. "Primeiro vamos concluir no metrô e na CPTM para depois implementar na EMTU. É uma transição mais longa que são quase 5,5 milhões de usuários", afirmou.

Veículo: G1	
Data: 28/04/21	



## **Dívida pública tem alta de 0,85% em março, para R\$ 5,24 trilhões**

De acordo com o Tesouro Nacional, aumento se deve à emissão de R\$ 1,24 bilhão em títulos públicos, além de despesas com juros de R\$ 42,76 bilhões.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

28/04/2021 14h36 Atualizado há 18 horas

A dívida pública federal em títulos – que inclui os débitos do governo no Brasil e no exterior – registrou aumento de 0,85% em março e atingiu R\$ 5,242 trilhões, informou a Secretaria do Tesouro Nacional nesta quarta-feira (28).

Em fevereiro, a dívida somava R\$ 5,198 trilhões.

A dívida pública é a emitida pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Ou seja, são empréstimos feitos para pagar despesas que ficam acima da arrecadação com impostos e tributos.

"O mês de março foi negativo de forma geral, com deterioração na percepção de risco de emergentes e alta na curva de juros no mercado doméstico", informou o Tesouro Nacional.

Em março, as emissões somaram R\$ 164,77 bilhões, enquanto os resgates de títulos públicos alcançaram R\$ 163,53 bilhões.



Deste modo, as emissões superaram os resgates em R\$ 1,24 bilhão no mês passado. Além disso, houve uma despesa com juros de R\$ 42,76 bilhões em março.

A expectativa do Tesouro Nacional é de que a dívida pública continue a crescer nos próximos meses, e que **termine 2021 entre R\$ 5,6 trilhões e R\$ 5,9 trilhões**.

*Assista abaixo a reportagem sobre o resultado da dívida pública ao final de 2020, quando ela ultrapassou os R\$ 5 tri.*



Dívida pública federal bate recorde em 2020 e atinge R\$ 5 trilhões

## Detentores e custo médio

Os números do Tesouro Nacional também revelam que os investidores estrangeiros compraram títulos públicos no mês passado. Por isso, a participação desse grupo na dívida pública interna avançou.

Em março, os não residentes no país detinham 9,54% da dívida total, o equivalente a R\$ 475 bilhões, contra R\$ 467 bilhões, ou 9,43% do total, em fevereiro.

Com isso, os estrangeiros seguem na quarta colocação de principais detentores da dívida pública interna, atrás de:

- instituições financeiras (R\$ 1,549 trilhão, ou 31% do total).
- fundos de investimento (R\$ 1,201 trilhão, ou 24,10% do total);
- fundos de previdência (R\$ 1,131 trilhão ou 22,7% do total);



Já o custo médio das emissões de títulos públicos, segundo o Tesouro Nacional, passou de 4,7% ao ano, em fevereiro, para 4,8% ao ano em março.

## **Reserva de liquidez em R\$ 1 trilhão**

De acordo com a instituição, a chamada "reserva de liquidez" da dívida pública, ou seja, os valores separados para pagar os vencimentos da dívida, terminou março em R\$ 1,119 trilhão.

"O nível atual é suficiente para mais de 7 meses à frente de vencimentos e cabe destacar que os meses de abril e maio de 2021 concentram vencimentos estimados em R\$ 435 bilhões", informou o Tesouro Nacional.

No mês de abril, ainda de acordo com a instituição, o cenário para a dívida pública tem se mostrado mais positivo "com melhora na percepção de risco de emergentes e queda nas taxas de juros com prazos mais longos".

## Opinião do GLOBO

# Nova mudança na equipe de Guedes desperta ceticismo

*Ministro perde mais secretários e continua sem conseguir avançar no projeto das reformas necessárias*

**N**o início do governo, Paulo Guedes assumiu como uma espécie de superministro, concentrando sob seu comando o que antes eram quatro ministérios. Sua meta era um programa econômico de matriz liberal, que reduzisse o peso do Estado sobre a economia, com destaque para as reformas da Previdência, tributária e administrativa, além do programa estratégico de privatizações.

Desde o início, Guedes se fez notar por declarações de impacto e promessas tão ambiciosas quanto irrealizáveis. Aos poucos, seu ministério foi sofrendo as consequências previsíveis da pressão política e da resistência às reformas predominante há décadas em Brasília. O plano anunciado mal saiu da prancheta. Apenas a reforma previdenciária, já encaminhada na gestão Temer, foi aprovada, com a desidratação previsível para atender a bases eleitorais do presidente Jair Bolsonaro — em particular, militares e policiais.

A tributária foi levada ao Congresso numa versão mais fraca que duas PECs que já tramitavam no Senado e na Câmara. A administrativa ainda continua no campo das boas intenções. O pro-

grama de privatizações, apesar do sucesso em leilões recentes, ainda anda a passos trôpegos. Os recursos emergenciais exigidos pela pandemia contribuíram para deixar em segundo plano qualquer projeto cujo objetivo fosse a austeridade e a saúde fiscal.

Como resultado, secretários estratégicos do ministério começaram a sair, a começar pelo do Tesouro, Mansueto Almeida, egresso ainda do governo Temer. No ano passado, deixaram o governo os encarregados das privatizações (Salim Mattar) e do programa de desburocratização (Paulo Uebel). A crise em torno da negociação do Orçamento resultou em mais mudanças esta semana. Os destaques foram a demissão do secretário Waldery Rodrigues — sempre firme na defesa de um Orçamento exequível, pagou um preço — e a saída da secretária Vanessa Canado, uma das maiores tributaristas do país, assessora especial para a reforma. Dos oito secretários da equipe original de Guedes, apenas um permanece.

Caíram também os presidentes de BNDES, Petrobras e Banco do Brasil, substituídos por nomes mais dóceis ao Planalto. É verdade que a nova equipe de Guedes ainda mantém um

perfil técnico de competência reconhecida. Dentro do governo, porém, vêm de todos os lados pressões para desmembramento do ministério e recriação de pastas que, no passado, sempre foram usadas para atender a interesses políticos particulares, sem muito apreço pelo custo coletivo.

A nova configuração de sua equipe dá a Guedes uma última chance de entregar ao Brasil o que sempre prometeu. A realidade tem infelizmente dado a cada dia mais motivos para ceticismo. É até possível relevar o lado pitoresco de Guedes, aquele que diz que a China criou o coronavírus e vendeu ao Brasil uma vacina pior que as americanas, para depois sair desdizendo o que disse na tentativa de consertar o estrago. Palavras, afinal, são apenas palavras.

Atos são mais relevantes. Numa situação fiscal crítica, com pressão cambial e inflacionária, demanda social crescente e crise aguda como resultado da pandemia, mais do que nunca o momento é de ação concreta, sobretudo de capacidade política para pôr em marcha um programa ambicioso de reformas, de que o Brasil precisa para resgatar a confiança. Nesse ponto, é inegável que Guedes continua devendo.



## JUDICIÁRIO X EXECUTIVO

## STF DEFENDE CENSO

## Ministro Marco Aurélio determina que governo realize pesquisa neste ano

ANDRÉ DE SOUZA, GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E CAROLINA NALIN  
 andresouza@oglobo.com.br  
 mgalvino

Em uma decisão que colocou os Poderes Executivo e Judiciário mais uma vez em lados opostos, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o governo federal realize o Censo Demográfico neste ano. O levantamento estava oficialmente cancelado por falta de previsão orçamentária. O magistrado pediu que o assunto seja analisado pelo plenário da Corte, o que deve ocorrer até sexta-feira. Nos bastidores, a Advocacia-Geral da União (AGU) prepara um contra-argumento, no qual alegará que a escassez de recursos e a pandemia de Covid-19 impedem que a pesquisa seja realizada.

Marco Aurélio atendeu a um pedido feito pelo governo do Maranhão. Horas depois de conceder a liminar, o magistrado liberou o caso para julgamento no plenário virtual, no qual outros ministros também opinarão sobre o tema. Isso significa que, por enquanto, a decisão provisória que obriga o governo a realizar o Censo está valendo, a menos que seja derrubada pelo colegiado. Os integrantes do STF poderão começar a votar na sexta-feira da semana que vem, e terão até a sexta-se-



Cortes. A verba destinada à pesquisa caiu de R\$ 2 bilhões para R\$ 71 milhões. Ao final, o texto sancionado reservou apenas R\$ 53 milhões para a iniciativa

guinte para se manifestar.

A estratégia da AGU será apresentar aos ministros do STF as justificativas para não fazer a pesquisa em 2021. Uma delas é a escassez de recursos e outra, a questão de saúde pública no momento em que o país atravessa alta nos casos de Covid-19 e dificuldades para acelerar a vacinação da população. Segundo uma fonte do alto escalão, retirar quase R\$ 2 bilhões para realizar o Censo obrigaria o governo a cortar recursos de outras áreas em um Orçamento já engessado. Além disso, o argumento é que não é reco-

mandável fazer visitas domiciliares na pandemia. O governo tem convicção de que conseguirá reverter a decisão, disse um interlocutor do Planalto.

#### QUEDES CULPA CONGRESSO

Em artigo publicado no GLOBO em março, a ex-presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, explicou que o instituto vinha estudando protocolos sanitários para o Censo: "O primeiro pilar privilegia, antes de mais nada, a saúde e a segurança. Temos discutido, nacional e internacionalmente, os casos de sucesso nos protocolos de saúde que protejam não

só os recenseadores, como também os moradores dos domicílios visitados".

Perguntado sobre a decisão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que os cortes no Orçamento do Censo foram do Congresso, responsável por aprovar a proposta orçamentária no fim de março. Ao longo da tramitação do texto, a verba destinada à pesquisa caiu de R\$ 2 bilhões para R\$ 71 milhões. Ao final, o texto sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro reservou apenas R\$ 53 milhões para a iniciativa, o que fez o governo anunciar que o levantamento

estava cancelado.

— Não fomos nós que cortamos o Censo. Quem aprovou o Orçamento foi o Congresso. Quando houve o corte, no Congresso, a explicação que nos deram é que, com a pandemia, o isolamento social impediria que as pessoas fossem de casa em casa transmitindo o vírus — disse Guedes.

Segundo fontes ligadas ao Legislativo, partiu do relator do Orçamento, senador Marcio Bittar (MDB-AC), a decisão de cortar o dinheiro da pesquisa. A interlocutores, o parlamentar afirmou que a decisão teve o aval da equipe

econômica e foi tomada por causa dos riscos relacionadas à pandemia. O corte na pesquisa, no entanto, ajudou a fechar a conta para garantir cerca de R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares.

#### APAGÃO ESTATÍSTICO

Em sua decisão, Marco Aurélio avaliou que deixar de fazer o censo representa descumprir um trecho da Constituição e que cabe ao Supremo "impor a adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica".

"Como combater desigualdades, instituir programas de transferência de renda, construir escolas e hospitais sem prévio conhecimento das necessidades locais?", questionou o ministro.

Roberto Luis Olinto, ex-presidente do IBGE, destaca que é a primeira vez que o Censo precisa de determinação do STF para ser executado. Ele avalia, porém, que a liminar deve ser vista com ressalva, uma vez que as provas para recenseadores foram suspensas e o prazo é curto:

— É lamentável a operação estatística mais importante do país ficar dependendo de uma discussão do tipo "toma lá dá cá". A responsabilidade é também do ministro da Economia, que é o superior hierárquico pelo Censo.

O sociólogo Simon Schwartzman, que também presidiu o IBGE, alerta para a urgência do Censo frente ao apagão estatístico e a dificuldade de realização em 2022 por conta das eleições:

— Se for reconstituído o orçamento nos próximos dias ou semanas, dá para fazer. Existe um trabalho de preparação grande que já tem sido feito. Mas, se demorar um mês ou dois, fica mais difícil. No ano que vem, teria que ser feito no início do ano, sendo que o Censo é sempre em setembro.

Procurado, o IBGE não quis comentar a decisão do STF.

#### O IMPACTO DO LEVANTAMENTO NA VIDA DA POPULAÇÃO

### 1

#### Setor privado

A pesquisa serve de referência para que empresas definam ações de posicionamento no mercado, conheçam seus consumidores e estabeleçam políticas de preço e de investimento.

### 2

#### Cenário eleitoral

A partir da contagem populacional, o levantamento é usado na calibragem da democracia representativa, definindo o número de deputados federais e estaduais e de vereadores.

### 3

#### Distribuição de recursos

A contagem populacional também define as cotas dos fundos de participação dos estados (FPE) e municípios (FPM). As transferências têm como base o número de habitantes de cada localidade.

### 4

#### Transferência de renda

O Censo traz dados que permitem delimitar o perfil populacional e calcular a taxa de cobertura de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e de ações de emprego e educação.

### 5

#### Campanhas de vacinação

O detalhamento da população em risco, por idade e sexo, indica onde há maior ou menor chances de contágio, orientando como priorizar campanhas de vacinação como a da Covid-19.

### 6

#### Planejamento urbano

As informações sobre renda, perfil migratório e demandas reprimidas da população impactam desde discussões sobre moradias populares até a execução de grandes obras, passando por transportes.



# Guedes promete programa de ajuda a informais

Sem dar detalhes, ministro afirmou que governo deve lançar o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) para trabalhadores fora do mercado formal. Para os com carteira, entrou em vigor ontem a reedição da MP 936, que autoriza redução de jornada

FERNANDA TRISOTTO  
E GERALDA DOCA  
economi@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

REUTERS/ADRIANO MACHADO/2-4-2020



**Retorno ao trabalho.** Guedes quer solução enquanto não há vacinação em massa

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo deve lançar um novo programa para incentivar trabalhadores informais, batizado de Bônus de Inclusão Produtiva (BIP). Sem dar detalhes, Guedes comentou que o projeto está sendo desenhado pela equipe econômica, ao citar a reedição das medidas emergenciais para manutenção do emprego que entraram em vigor ontem, como a que autoriza acordos de redução de jornada e salário.

— Vêm mais programas por aí, vem o Bônus de Inclusão Produtiva, o BIP, como nós estamos chamando. O presidente (Jair Bolsonaro) sempre diz: “E os invisíveis, cadê o nosso programa para ajudar os invisíveis?”. No mercado formal de trabalho são 40 milhões de brasileiros, mas encontramos outros 40 milhões de brasileiros fora do mercado formal, excluídos por uma legislação obsoleta, excluídos pela nossa incapacidade de criar um mercado de trabalho vigoroso, forte, robusto.

Segundo técnicos que acompanham a elaboração da proposta, o BIP seria um incentivo para os trabalhadores sem carteira, autônomos e por conta própria.

## CONTRATO MAIS FLEXÍVEL

A medida prevê contratos de trabalho com regras mais flexíveis e o pagamento de um adicional a empregados que queiram se formalizar por meio desta modalidade. A ideia é polêmica porque, além de rever regras trabalhistas, exigiria mexer em algumas políticas existentes, como o abono salarial, para financiar o bônus.

No caso do programa que permite suspensão de contrato de trabalho e redução de jornada para os trabalhadores formais, as empresas já podem aderir. A medida provisória (MP) 1.045, uma reedição da MP 936, foi publicada ontem, e os novos acordos podem ter duração de 120 dias. Confirma ao lado os principais pontos da medida.

O ministro deve comparecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara na próxima terça-feira para dar explicações sobre a proposta de reforma administrativa. (Colaborou Adriana Mendes)

## CONFIRA OS PRINCIPAIS PONTOS DA MEDIDA QUE JÁ ESTÁ VALENDO

### A partir de quando podem ser firmados acordos de redução de jornada e suspensão de contrato?

Os acordos já podem ser firmados. AMP permite a redução de jornada e salário ou a suspensão do contrato de trabalho por até 120 dias. Este prazo poderá ser prorrogado por decreto do governo no futuro.

### Quais são os percentuais previstos para redução de salário e jornada?

Os salários e as jornadas poderão ser reduzidos em 25%, 50% e 70%.

### A medida é retroativa?

Os acordos não poderão retroagir, ou seja, só valerão daqui para frente.

### Como funciona a complementação de renda?

Durante a vigência do acordo, o governo paga diretamente aos trabalhadores o Benefício Emergencial (BEm), que é uma compensação proporcional à redução

salarial, calculada sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84). Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego a que teria direito. No caso de suspensão do contrato de trabalho, o pagamento da compensação do governo será de 100% do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito. A exceção são empresas que tiveram receita bruta superior a R\$ 4,8 milhões. Nesses casos, a empresa somente poderá suspender o contrato de trabalho mediante pagamento de ajuda compensatória mensal no valor de 30% do salário do empregado.

### Os trabalhadores terão estabilidade no emprego?

Os empregados terão garantia no emprego durante o período em que a empresa usar o mecanismo e após o restabelecimento da jornada por um tempo igual ao que durou a redução ou suspensão. Por exemplo, se a redução for de 30

dias, o empregado tem estabilidade por esse período e por mais 30 dias, totalizando 60 dias. A empresa que demitir sem justa causa durante a estabilidade deverá pagar, além das parcelas rescisórias previstas na legislação, indenização sobre o salário a que o empregado teria direito no período de estabilidade.

### A regra vale para todos os trabalhadores?

A regra vale para todos os trabalhadores com carteira assinada, incluindo empregados domésticos e trabalhadores intermitentes.

### No uso combinado de suspensão de contrato e redução de jornada, os períodos dos acordos devem ser consecutivos?

O prazo máximo de 120 dias pode ser contabilizado em períodos sucessivos ou com intervalos de dez dias ou mais entre os acordos. Mas, durante o intervalo, vale o salário integral do empregado. Ele deve ser pago proporcionalmente ao período do intervalo.



# Veja o que diz a nova MP que flexibiliza regras trabalhistas

Empresas poderão antecipar férias e feriados, adotar o teletrabalho e adiar o recolhimento do FGTS por até 120 dias

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem a medida provisória (MP) 1.046, que faz mudanças em regras trabalhistas, com o objetivo de preservar empregos em meio à pandemia. O texto reedita as regras da MP 927, de 2020, que permitia antecipação de férias e feriados, além de adiamento do recolhimento do FGTS. Veja abaixo o que poderá ser adotado pelas empresas:

## Teletrabalho

O empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho por um prazo de 120

dias. O retorno ao regime presencial poderá ser feito a qualquer momento, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos. A mudança para o trabalho remoto deve ser informada ao empregado com antecedência de, no mínimo, 48 horas.

A responsabilidade por aquisição e manutenção dos equipamentos necessários ao teletrabalho devem ser previstas em contrato escrito, firmado previamente ou no prazo de 30 dias a partir da data da mudança do regime de trabalho. Eventuais reembolsos de despesas devem constar no contrato e não caracterizam verba de natureza salarial.

## Antecipação de férias

Deve ser avisada ao menos 48 horas antes. O período de férias antecipadas não poderá ser inferior a cinco dias. A prioridade deve ser para os trabalhadores que pertencem ao grupo de risco do coronavírus. E as férias antecipadas podem ser concedidas mesmo que o trabalhador não tenha direito no momento, por exemplo, se a pessoa ainda não completou um ano de empresa.

No caso de demissão, o valor pago pelas férias antecipadas poderá ser descontado das verbas rescisórias.

O texto permite a poster-

gação do pagamento do adicional de 1/3 até a data da gratificação natalina (13º salário). Além disso, em vez de pagar o valor referente às férias 48 horas antes do início do período, o empregador poderá pagar até o quinto dia útil do mês seguinte.

## Férias coletivas

As empresas poderão dar férias coletivas a seus empregados por um período de 120 dias, a contar de ontem. Os empregados devem ser avisados ao menos 48 horas antes, e não há necessidade de comunicação prévia a sindicatos nem ao Mi-

nistério da Economia.

## Antecipação de feriados

Os empregadores poderão, pelos próximos 120 dias, antecipar feriados. Essa antecipação também deve ser avisada com antecedência de 48 horas. Os feriados poderão ser utilizados para compensação do saldo em banco de horas.

## Banco de horas

As empresas poderão implementar bancos de horas, por meio de acordo individual ou coletivo. A compensação pelas

horas excedentes ou horas não trabalhadas poderá ser feita no prazo de até 18 meses a partir do fim da validade da MP.

## Recolhimento do FGTS

O recolhimento do FGTS pode ser suspenso por 120 dias. Os valores referentes a abril, maio, junho e julho (com vencimento em maio, junho, julho e agosto) poderão ser parcelados. Serão até quatro parcelas, a serem pagas a partir de setembro, sem multa.

## Saúde

A obrigatoriedade de realização de exames médicos ocupacionais para quem está trabalhando remotamente fica suspensa por 120 dias, exceto exames demissionais. (Pollyanna Brêtas)



# Pequenas empresas poderão suspender dívida com BNDES

Crédito contratado por meio de outros bancos terá pausa de 6 meses no pagamento. Medida deve atingir 100 mil firmas

RAPHAELA RIBAS  
raphaela.ribas@oglobo.com.br

Em mais uma iniciativa para mitigar os efeitos da crise, o BNDES vai reeditar a suspensão temporária do pagamento de dívidas de micro e pequenas empresas. A pausa, no jargão econômico chamada de *standstill*, será de até seis meses. Segundo o banco, a medida atinge mais de cem mil firmas em todo o país. O valor total das parcelas suspensas será de R\$ 2,9 bilhões e vale para operações indiretas, nas quais o tomador do crédito levanta recursos junto a outros bancos e instituições financeiras.

A medida busca dar um alívio no caixa para as empresas em um momento de turbulência, mas as taxas de juros continuam a incidir nas parcelas congeladas, mesmo que pagas posteriormente. Além da pausa dos pagamentos, o banco vai dar a possibilidade de pedir prorrogação de até 18 meses para o prazo final de amortização de contratos com taxa de ju-

ros de longo prazo (TLP).

— O que queremos é ajudar as empresas que precisam dessa pausa para voltar ao processo de normalidade, gerando empregos — explica o diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do banco, Bruno Laskowsky.

## OUTRAS INICIATIVAS

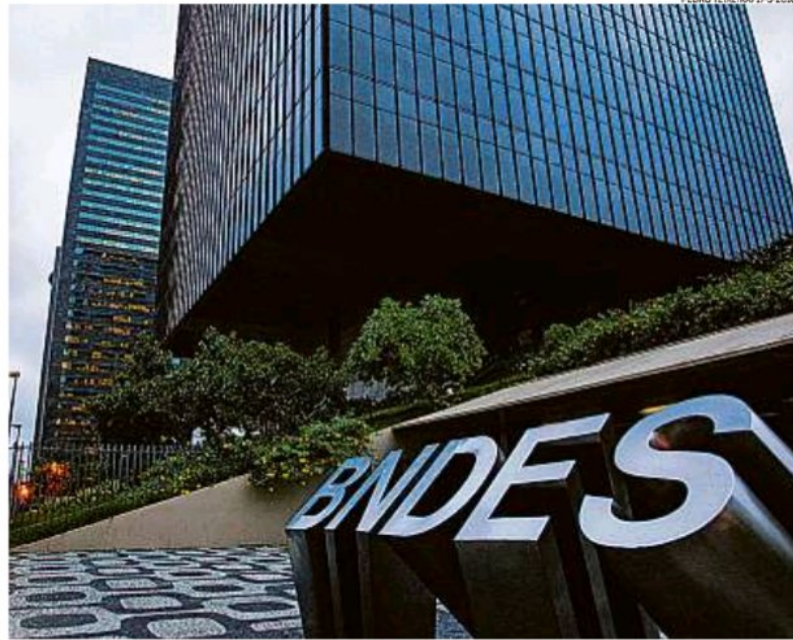
Não é a única medida de socorro anunciada pelo governo nesta semana. Foi reeditado o programa de redução de jornada e salário a fim de preservar empregos, além de uma medida que flexibiliza relações trabalhistas. O empresariado aguarda ainda uma nova rodada do Pronampe, programa de crédito a custo mais acessível, que teve três edições rapidamente esgotadas no ano passado.

No âmbito do BNDES, há planos de ampliar a medida que suspende pagamentos ainda neste primeiro semestre para empresas de médio e grande porte. Desta vez, porém, o grupo contemplado seria menor do que no ano passado, em uma

medida voltada agora para os setores mais atingidos pela pandemia. No ano passado, a iniciativa também durou seis meses, mas incluía empréstimos indiretos e os que são negociados diretamente com o banco para companhias de todos os portes, em um total de R\$ 13,6 bilhões.

Para o empresariado, embora as medidas do governo anunciadas até agora sejam necessárias e bem-vindas, elas podem ter demorado demais a chegar. O primeiro trimestre registrou uma escalada de casos da doença e de mortes por Covid, o que resultou na adoção de novas medidas restritivas para evitar o aumento do contágio.

— Essa medida de redução de jornada e salário veio tarde demais. Se viesse no mês passado, faria sentido, quando estava fechado. Agora que estamos abrindo, como vou diminuir a carga horária dos meus funcionários? — perguntou Diogo Freitas, dono do bar Art Chopp, na Taquara, Zona Oeste do Rio.



Em avaliação. Banco estuda ampliar medida para grandes empresas, mas somente nos setores mais atingidos pela crise

Para não demitir nos últimos dois meses, o jeito no bar de Freitas foi remanejar a equipe, dando férias para alguns funcionários e mudando funções, com parte da equipe do salão participando de entregas ou trabalhando na cozinha.

Para Pedro Hermeto, dono do restaurante Aprazível, em Santa Teresa, e presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Rio (Abrasel), mesmo que tardio, o pacote de socorro vai aliviar a situação das empresas. Ele pretende aderir a uma redução de jornada e salário de 25%.

— Quando estávamos fechados, com grande restrição e era necessário reduzir a mão de obra, a medida não veio.

Agora que se restabeleceu, fazem. Se tivessem editado há dois meses, a adesão seria gigantesca porque a necessidade era muito maior — afirmou, destacando porém que a suspensão do pagamento de dívidas por seis meses neste momento será útil.

## ‘É FECHAR OU TENTAR’

Na gastronomia, mais de 350 mil bares e restaurantes fecharam desde março do ano passado. O setor tem sido um dos que mais cobram uma resposta do governo à crise.

— Não sabemos se vamos conseguir reagir. Editar a medida provisória de redução de jornada e salário quase em maio e sem o Pronampe ainda mostra que essa questão não é urgente para o

governo — afirmou Paulo Solmucci, presidente da Abrasel nacional.

Para Bruno Imaizumi, economista da LCA, apesar das queixas do empresariado, a adesão às medidas de socorro será grande pois não restaram muitas opções para os pequenos empresários diante do risco de ter de fechar as empresas:

— Mesmo com a obrigação da estabilidade temporária prevista no acordo de redução de jornada e salário, a adesão das empresas vai ser grande porque trará alívio a curto e médio prazo. Existem ainda uma série de riscos no cenário: novas variantes, vacinação lenta, mas a situação é fechar ou tentar.



# Bolsonaro promete levar Bolsa Família a R\$ 250

No mesmo dia, presidente se reuniu com ala política, que pressiona por recomposição de até R\$ 4 bi de verba cortada para 2021

DANIEL GULLINO E GERALDA DOCA  
economista@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que pretende aumentar o valor médio de pagamento do Bolsa Família para R\$ 250. Bolsonaro afirmou que deseja fazer a mudança em agosto ou setembro. Atualmente, o benefício tem valor médio de R\$ 192.

— Hoje a média é R\$ 192. O auxílio emergencial está R\$ 250, é pouco, mas é mui-

to maior que a média do Bolsa Família, que a gente pretende passar para R\$ 250 agora em agosto, setembro — disse Bolsonaro, em conversa com apoiadores.

No mês passado, o ministro da Cidadania, João Roma, já havia dito ao GLOBO que o governo pretendia aumentar o valor médio do Bolsa Família em agosto, mas não definiu um valor.

O anúncio de Bolsonaro foi feito no mesmo dia em que o presidente se reuniu com a

ala política para articular uma recomposição de parte dos gastos cortados do Orçamento de 2021 pelo governo. A estratégia é aprovar o projeto de lei encaminhado pela equipe econômica para corrigir a proposta orçamentária e reaver entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 4 bilhões.

## SEM PRESEÇA DE GUEDES

O assunto foi discutido em uma reunião no Palácio da Alvorada na manhã de ontem, sem a presença do mi-

nistro da Economia, Paulo Guedes. Participaram do encontro os ministros da Casa Civil, Eduardo Ramos; da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho; da Cidadania, João Roma; da Agricultura, Tereza Cristina; das Comunicações, Fábio Faria; e da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni.

Entre as queixas relatadas pelos ministros estão o corte nas verbas para habitação de

baixa renda do programa Casa Verde e Amarela, obras para levar água à população do Nordeste, desenvolvimento da vacina contra a Covid-19 (projeto do Ministério de Ciência e Tecnologia) e para o meio ambiente.

Do total de cortes na proposta orçamentária, R\$ 9,3 bilhões ocorreram por meio de bloqueios, que podem ser revistos ao longo do ano. A ideia do grupo, no entanto, é não ficar esperando um eventual desbloqueio desses

recursos, que poderia ocorrer no segundo semestre. O argumento é que não haveria tempo suficiente para executar obras ainda em 2021.

O plano é usar o projeto de lei que recompõe em R\$ 19,7 bilhões a previsão de despesas obrigatórias que havia sido subestimada para dar espaço a mais emendas parlamentares durante a votação no Congresso. Na estratégia em discussão, essa recomposição seria menor, o que abriria espaço para mais recursos solicitados pelas pastas. Integrantes da ala política criticam o conservadorismo da equipe econômica na correção, principalmente ao estimar os gastos com a Previdência.

# Março registra saldo de 184 mil vagas e aponta desaceleração

Acumulado do 1º tri é de 837 mil empregos. Setor de serviços tem recuperação

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@obb.globo.com.br  
BRASÍLIA

O Brasil desacelerou o ritmo de criação de empregos formais e fechou o mês de março com saldo de 184.140 vagas criadas. O resultado positivo veio na esteira de um forte desempenho no primeiro bimestre do ano, com saldo de 659.780 empregos, mas traz indícios dos efeitos do recrudescimento da pandemia da Covid-19 no país.

Os números são do Cadas- tro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e foram divulgados pelo Ministério da Economia ontem, quando também entram em vigor as medidas que permitem suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada e salários.

Em março, foram registradas 1.608.007 admissões e 1.423.867 desligamentos. No acumulado do primeiro trimestre de 2021, o saldo é de 837.074 empregos formais.

O resultado ainda traz reflexos da primeira edição do programa de manutenção do emprego e renda (BEm), viabilizado pela MP 936. Até este mês, cerca de 3 mi-

lhões de trabalhadores tinham algum tipo de estabilidade por causa do BEm.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, destacou a reedição das medidas. Segundo ele, só o adiamento do recolhimento do FGTS vai injetar cerca de R\$ 40 bilhões na economia.

## EXPECTATIVA MENOR EM ABRIL

Os cinco setores analisados no Caged registraram desempenho positivo em março, com destaque para serviços, que foi fortemente afetado pela pandemia. O setor registrou a criação de 95.553 postos de trabalho. Na sequência veio a indústria, com 42.150 novas vagas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou a recuperação dos serviços:

— O último setor da economia que estava no chão se levantou.

Os setores de construção e comércio abriram 25.020 e 17.986 postos, respectivamente, enquanto a agricultura registrou 3.535 novas vagas.

Em relação aos estados, 23 dos 27 encerraram março com geração de empregos. À frente ficaram São Paulo

(50.940 postos), Minas Gerais (35.592 vagas) e Santa Catarina (20.729 empregos).

Os quatro estados que tiveram resultados negativos estão no Nordeste. Houve mais demissões do que admissões em Alagoas (-8.310 postos), Pernambuco (-2.762), Ceará (-1.564) e Sergipe (-1.457).

Especialistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que os números do Caged, embora positivos, já sinalizam a desaceleração motivada pela pandemia. Eles ressaltam o descompasso frente ao mercado informal, já que o desemprego medido pelo IBGE, na Pnad, continua a crescer.

— Já era esperado que viesse um número positivo, mas com a certa desconfiança em relação a uma subnotificação de empresas que fecharam e não notificaram — disse Patricia Krause, economista da Coface para América Latina.

O Caged surpreendeu José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, que projetava fechamento maciço de vagas, com saldo negativo de 300 mil empregos. Mas fez um alerta:

— Pode-se esperar uma desaceleração em abril, por causa dos lockdowns regionais.



Desigual. Quatro estados do Nordeste registram mais demissões que admissões em março, segundo dados do Caged

## Nubank quer qualificar 400 jovens negros

> O Nubank firmou uma parceria com a edtech Alicerce Educação para a formação de 400 jovens negros em situação de vulnerabilidade social e prepará-los para o mercado de trabalho.

> A iniciativa faz parte do compromisso com diversidade étnico-racial estabelecido em novembro e que prevê investimentos de R\$ 20 milhões em ações den-

tro e fora do banco.

> O compromisso foi uma resposta à reação da comunidade negra a uma declaração da cofundadora do banco, Cristina Junqueira, sobre a dificuldade de contratar profissionais negros para cargos mais qualificados.

> Na época, o banco se comprometeu a contratar duas mil pessoas negras até 2025, incluindo pelo menos 500 para o seu time de engenharia. O plano é garantir um quadro de ao menos 30% de funcionários negros e o

mínimo de 22% em cargos de gerência.

> O novo programa é voltado para a formação de base, e a intenção é que os jovens saiam do curso empregados no Nubank ou em empresas parceiras. A maioria dos 400 jovens será preparada para trabalhar na área de atendimento ao cliente (call center), e 80 serão selecionados para formação adicional em linguagens de programação.

> O foco do projeto são jovens com idade entre 17 e 25 anos que estejam

fora da escola ou não tenham vínculo de trabalho. Eles serão selecionados dentro das comunidades próximas aos 10 polos educacionais da Alicerce em São Paulo.

> Os alunos selecionados terão sete meses de aulas diárias de Português, Matemática, Inglês, Habilidades para vida e Descoberta.

> Todos os instrutores do projeto serão pessoas autodeclaradas negras, selecionados pela ONG EducAfro. (Mariana Barbosa)



## Cade dá mais tempo para Petrobras vender refinarias

Apesar da prorrogação do prazo para assinar acordos, órgão mantém datas-limite para conclusão das operações este ano

GABRIEL SHINOHARA  
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu prorrogar os prazos para que a Petrobras venda refinarias e ativos do mercado de gás natural.

Em 2019, a estatal fechou

dois acordos com o Cade. Nelas, ela se comprometeu a vender ativos em refino e gás natural para evitar problemas concorrenciais.

Com o argumento de que a pandemia atrapalhou o cronograma, a Petrobras pediu, em janeiro, a prorrogação dos prazos para a assinatura dos acordos

de vendas, o que foi concedido ontem. O Cade decidiu manter a data-limite para conclusão e efetivação de todas as vendas para o fim deste ano.

O processo envolve a venda de oito refinarias, da transportadora de gás Nova Transportadora Sudeste (NTS) e da redução da parti-

cipação da Gaspetro em companhias distribuidoras.

Com a decisão do Cade, as novas datas-limite no cronograma preveem que no próximo dia 30 precisa ser fechada a venda da NTS. Até 30 de junho deve ser vendida a participação acionária indireta em companhias distribuidoras.

Um mês depois, em 31 de julho, precisam estar fechadas as vendas da refinaria Isaac Sabbá (Reman), em Manaus; da refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza; e da refinaria Alberto Pasqualini (Refap), na cidade gaúcha de Canoas.

Já até 30 de outubro terão de ser completadas as alienações da Unidade de Industrialização de Xisto (Six), em São Mateus do Sul, no Paraná; da refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, Minas Gerais; e da refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca, Pernambuco.

Encerrando o ano, em 31 de dezembro, a Petrobras já precisa ter se desfeito da refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), na cidade de Araucária, no Paraná.

# BOMBEIRO NO ITAMARATY

## Após fala de Guedes, chanceler liga para embaixador chinês e elogia país



Diplomacia em ação. O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, em sua posse: chanceler tem estado em contato com autoridades chinesas para tentar obter insumos e vacinas para o Brasil

ELIANE OLIVEIRA  
eliane@globo.com.br

Um dia depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmar, sem saber que sua declaração estava sendo gravada, que os chineses “inventaram” o coronavírus, o chanceler Carlos França telefonou ontem de manhã para o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming. O teor da conversa não foi revelado, mas aparentemente deixou satisfeito o diplomata do país asiático, que disse depois, em um evento virtual, que a parceria entre os dois países no combate à Covid-19 continua firme.

— Temos um diálogo muito fluido e produtivo com o Ita-

maraty — afirmou Yang.

Em audiência na Câmara dos Deputados, também ontem, França disse que a questão envolvendo o ministro da Economia já foi esclarecida. Ele confirmou que conversou com o embaixador chinês sobre o fornecimento de insumos para a fabricação de vacinas no Brasil e afirmou que a China tem papel fundamental no combate à Covid-19.

— A China é um parceiro-chave nesta matéria — declarou o chanceler.

Em uma rede social, Yang Wanming já havia mencionado a conversa com o chanceler: “Concordamos em reforçar ainda mais a confiança política mútua num ambiente saudável e amigável, implemen-

tar os consensos entre os chanceleres e continuar a nossa parceria de vacinas.”

### MUDANÇA DE ESTILO

Fontes da área diplomática disseram que França não conversou com o embaixador chinês sobre o que Paulo Guedes falou. Mas o telefonema do chanceler — que tomou posse dia 6 — demonstra uma diferença de estilo marcante entre ele e seu antecessor, Ernesto Araújo. Em duas ocasiões, o então chanceler saiu em defesa do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República, quando o parlamentar questionou a transparência do governo chinês em relação

aos casos de Covid-19.

Ernesto e Yang Wanming também se desentenderam publicamente devido a uma declaração de Eduardo Bolsonaro sobre a possibilidade de espionagem de Pequim no Brasil com a implementação da rede 5G.

Após o telefonema ao embaixador, França contou na audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara já ter conversado, dias após sua posse, com o chanceler da China, Wang Yi. Ele disse ter ouvido das autoridades chinesas que abril é um mês crítico para a vacinação no gigante asiático, que tem a meta de imunizar 40% de sua população até junho. No en-



*“O vírus é um inimigo que afeta todo mundo, independentemente da ideologia. A maneira de enfrentá-lo é com solidariedade e cooperação internacional”*

Carlos França, chanceler

tanto, foi informado de que, em maio e junho, haverá grande aumento da produção de insumos (IFA, Ingrediente Farmacêutico Ativo) para a fabricação de imunizantes que o Brasil importa,

tanto no caso da CoronaVac quanto no da AstraZeneca.

Na conversa com o embaixador Yang Wanming, França pediu para que seja agilizado o envio de insumos ao Brasil. Ao chanceler Wang Yi, na conversa anterior, fez dois pedidos: que apoiasse a aquisição de 30 milhões de doses da vacina da Sinopharm para entrega ainda no segundo trimestre deste ano; e que ajudasse no fornecimento de insumos para a produção de 60 milhões de doses da vacina Oxford-AstraZeneca.

— Nosso diálogo foi muito positivo. O ministro Wang se comprometeu a fazer todo o possível para cooperar. Reservará e fornecerá ao Brasil, o quanto antes, quota maior de IFAs para a produção da vacina Oxford-AstraZeneca — disse.

### DINHEIRO SÓ APÓS AÇÕES

O chanceler defendeu mais solidariedade e menos ideologia entre os países:

— O vírus é um inimigo que afeta todo mundo, independentemente da ideologia. A maneira de enfrentá-lo é com solidariedade e cooperação internacional.

O ministro disse que negocia com a Índia a liberação das 8 milhões de doses pendentes — dentre as 12 milhões adquiridas pelo Brasil — da vacina Oxford-AstraZeneca produzidas pelo Serum Institute. Observou, porém, que diante do agravamento da crise sanitária no país do Sul da Ásia, Brasília está agindo “pelos canais adequados” para que as exportações sejam autorizadas. Com a explosão dos casos em seu território, Nova Delhi impôs um veto ao envio de doses para o exterior, buscando acelerar a vacinação nacional.

Em outro tema que foi cobrado, o chanceler também disse que os EUA cumpriram o que disseram e só deverão repassar recursos ao Brasil se houver redução do desmatamento na Amazônia. O Brasil pede recursos internacionais para combater o desmatamento — que em 2019 e 2020, no governo Bolsonaro, atingiu os maiores números desde 2008 — e insiste em recebê-los antecipadamente.

— O que temos escutado é que não haverá nenhum dinheiro à frente. A ideia é que haja primeiro ações e depois a remuneração — disse França.



ARTIGO

## O 'vírus chinês' de Guedes e o alinhamento ao risco

Frase do ministro que comanda uma das maiores economias do mundo revela desconexão com a realidade e os interesses do Brasil

MARCELO NINIO internacio@oglobo.com.br #gqem

Quando parecia que os ruídos nas relações do Brasil com a China haviam sido abafados com a demissão do chanceler Ernesto Araújo, Paulo Guedes volta a ecoá-los. Ao dizer que "o chinês inventou o vírus", o ministro da Economia confirmou que persiste no governo brasileiro um alinhamento mental automático não só com os Estados Unidos, onde a teoria conspiratória foi amplamente explorada pelo ex-presidente Donald Trump, mas com o desconhecimento sobre o que acontece no mundo.

Chamar o vírus Sars-CoV-2 de invenção chinesa, mesmo numa reunião a portas fechadas, significa corroborar uma

tese especulativa e ideológica, já que não tem comprovação científica, e alimentar um preconceito que já levou a vários ataques sinofóbicos nos EUA e em outros países. Além disso, produz um atrito desnecessário com nosso maior parceiro comercial e principal fornecedor de vacinas contra a Covid-19. Vacina, aliás, que Guedes não relutou em tomar. O alinhamento, é bom que se diga, é mais com o trumpismo do que propriamente com os EUA. Dias após tomar posse, o presidente Joe Biden condenou o uso de termos como "vírus chinês" e reconheceu o papel dos EUA no aumento da sinofobia.

A cada declaração hostil do

Brasil à China, ressurgem inquietações sobre impactos na relação comercial, principalmente entre os exportadores de commodities que têm na China o seu maior mercado. Mesmo entre os importadores, menos vulneráveis a turbulências, o receio com interrupções existe. Rodrigo Giralde, CEO da China Gate, empresa especializada em importação da China, conta que sempre que há ruídos na relação clientes ligam preocupados perguntando se declarações negativas do governo provocarão sanções de Pequim. Até hoje isso não aconteceu, diz ele.

— Voamos abaixo do radar. Estamos fora do fogo cruza-

do político. O que mais afeta quem importa da China são os preços do dólar e do frete.

Ambos, aliás, dispararam em 2020, para prejuízo dos importadores. Na contramão de outras moedas, o real se desvalorizou frente ao dólar, segundo analistas principalmente devido à desconfiança com o governo Bolsonaro e a equipe econômica liderada por Paulo Guedes.

### CHINA EVITA CONFRONTO

Mesmo que tenha sido apenas "uma frase infeliz", como tentou se retratar Guedes depois que seu comentário foi divulgada, ela parece ser mais um ato falho que revela uma desconexão com a realidade

com os interesses do Brasil. Repetir a alegação de que a China criou o vírus, difundida sem provas pelo governo Trump, é entrar em um terreno minado com a diplomacia chinesa, e Guedes deveria saber disso. Não é de hoje que causa espanto entre pessoas com experiência diplomática o desinteresse em relações internacionais de alguém que comanda uma das maiores economias do mundo.

Em Pequim o governo chinês tem evitado o confronto com o governo brasileiro, numa postura de comedimento estratégico. As reações aos comentários hostis ao país têm ficado a cargo dos diplomatas chineses no Brasil, principalmente o embaixador em Brasília, Yang Wanming, que já se envolveu em alguns embates nas redes sociais com a ala ideológica do governo. Num deles, no ano passado, Ernesto Araújo chegou a pedir a cabeça de Yang a Pequim, que respondeu com um rotundo não.

Quando houve atraso no

envio para o Brasil de insumos chineses para as vacinas, o embaixador chinês virou destino de uma ro-maria de políticos em busca de ajuda, enquanto Araújo hoje está encostado no Itamaraty. Ontem, após a declaração de Guedes vir a público, Yang lembrou numa rede social qual o país que tem mais a perder com atritos desnecessários. Sem mencionar Guedes, ressaltou que a China é o principal fornecedor das vacinas para o país, "que respondem por 95% do total recebido pelo Brasil".

Na dúvida, é melhor para o Brasil que o governo deixe as relações com a China nas mãos da diplomacia profissional. E que siga a receita que o chanceler Carlos França sugeriu ontem na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados ao falar da melhor ação internacional no combate à pandemia: mais solidariedade, menos ideologia.

# Biden quer levar EUA a 'conquistarem século XXI'

Em discurso em sessão conjunta do Congresso, presidente evoca competição crescente com a China para pedir aos parlamentares que aprovem seus planos de gastos trilionários e defende expansão do papel do Estado

ANDRÉ DUCHIADE  
andreduchade@globo.com.br

Em tom otimista e de forte rivalidade com a China, o presidente dos EUA, Joe Biden, fez seu primeiro discurso ao Congresso em uma sessão especial conjunta na noite de ontem, na véspera de seu centésimo dia à frente da Casa Branca. O presidente defendeu uma ampla reformulação da economia americana, justificando ser necessário uma expansão do papel do Estado para fazer frente à ascensão internacional de Pequim.

## 'INVESTIMENTO ÚNICO'

Biden disse que seus planos de investimentos federais — que, se aprovados, ultrapassarão US\$ 6 trilhões em gastos ao longo da próxima década — são necessários para manter a primazia tecnológica americana, porque "a China e outros países estão se aproximando rapidamente".

— Os Estados Unidos estão avançando e avançando, mas não podemos parar agora. Estamos competindo com a China e outros países para conquistar o século XXI — afirmou Biden.

O presidente descreveu seu plano de infraestrutura, revelado no começo do mês e atualmente sob avaliação do Congresso, como um "investimen-



Foto histórica. Biden fala em sessão conjunta ao Congresso, em Washington: pela primeira vez, duas mulheres compõem o trio mais importante da cerimônia

to único, que só acontece uma vez por geração", e como "o maior plano de empregos desde a Segunda Guerra". Biden descreveu o pacote de US\$ 2,25 trilhões, a ser financiado com o aumento de impostos corporativos, como uma solução comum para diversos problemas: por um lado, ao desenvolver tecnologias verdes, o pacote combaterá as mudanças climáticas. Por outro lado, gerará empregos. Por fim,

manterá a pesquisa e a indústria americanas à frente da chinesa, ele disse.

— Não há razão para que as pás para turbinas eólicas não possam ser construídas em Pittsburgh em vez de Pequim — afirmou Biden. — Por muito tempo, deixamos de usar uma palavra muito importante quando discutimos a crise do clima: empregos, empregos, empregos.

Biden repetiu um slogan

que já usou outras vezes em relação a Pequim, e afirmou ser necessário provar "que a democracia ainda funciona".

Em seguida, o presidente defendeu as propostas de um novo pacote para as famílias americanas, detalhado ontem, de US\$ 1,8 trilhões, oferecendo benefícios como acesso universal a pré-escola, licença médica remunerada e faculdades comunitárias gratuitas. Biden pediu a parla-

mentares dos dois partidos que adotem uma visão ampla abrangente para a expansão da rede de proteção social americana, a ser financiada por impostos mais altos sobre americanos mais ricos.

Em seu discurso, Biden pediu apoio republicano, mas deixou claro que está preparado para seguir em frente com seus planos sem o apoio do partido opositor, se necessário.

— Não fazer nada não

é uma opção — disse. — O Congresso precisa agir.

No começo de seu discurso, Biden disse que, ao assumir em janeiro, herdou uma convergência de graves crises — sanitária, econômica e democrática — mas que medidas adotadas por seu governo já puseram "os Estados Unidos de novo em movimento". Biden ressaltou que mais de 70% dos americanos com mais de 65 anos já receberam mais de duas doses, e que as vacinas atualmente estão disponíveis a todos os americanos.

## IMIGRAÇÃO E POLÍCIA

Em função da pandemia, só 200 convidados compareceram, em vez dos 1.600 habituais. Pela primeira vez, no entanto, as duas figuras sentadas atrás do presidente eram mulheres: a vice-presidente, Kamala Harris, e a presidente da Câmara, Nancy Pelosi.

— Já era tempo — disse Biden no começo da fala, em referência às presenças femininas no alto do pódio.

Biden usou o discurso para abordar outros assuntos. O presidente fez um pedido para que haja uma vasta revisão do sistema de imigração e das leis de policiamento. E repetiu um apelo ao Congresso para aprovar novas leis para restringir as verificações de antecedentes sobre a compra de armas